

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**Quem não tem cão, caça com gato:**

**Uma tentativa de tratamento dos ditados populares na Semântica Dinâmica**

**CURITIBA  
2011**

**MARINA CHIARA LEGROSKI**

**Quem não tem cão, caça com gato:**

**Uma tentativa de tratamento dos ditados populares na Semântica Dinâmica**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística no programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Negri.

**CURITIBA  
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS  
BIBLIOTECA CENTRAL – COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

- 
- L519q      Legroski, Marina Chiara, 1985-  
              Quem não tem cão, caça com gato [manuscrito] : uma  
tentativa de tratamento dos ditados populares na semântica  
dinâmica / Marina Chiara Legroski. – 2011.  
              iv, 132 f. : il., color. ; 30 cm.
- Impresso.  
              Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa  
de Pós-graduação em Letras, 2011.  
              “Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lígia Negri”.  
              Bibliografia: f. [129]-132.
1. Semântica. 2. Metáfora. 3. Figuras de linguagem. 4.  
              Provérbios brasileiros. I. Universidade Federal do Paraná. II.  
              Negri, Lígia. III. Título.

CDU: 81'37

## AGRADECIMENTOS

“Se enxerguei longe, foi porque me apoiei nos ombros de gigantes.” Sir. Isaac Newton

Agradeço aos gigantes que me emprestaram os ombros durante esses dois anos:

ao professor Rodolfo Ilari por ter lido meu trabalho com respeito e por ter feito sugestões interessantes na qualificação – espero novas sugestões interessantes!;

ao professor Renato Basso por ter aceitado o convite e por ser mais uma bibliografia com quem poderei dialogar;

À minha orientadora, Lígia, por ser uma pessoa incrível, por ter me ensinado, suportado, aconselhado, orientado e ter feito, sempre, muito mais do que o que eu esperava;

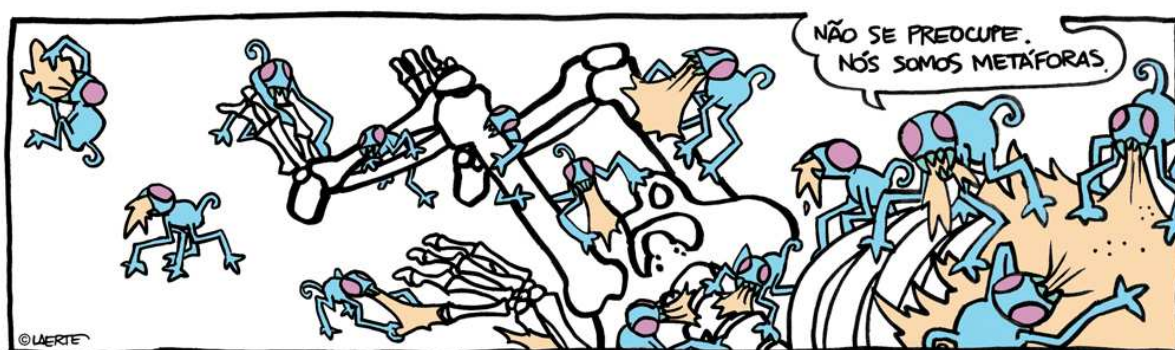
Ao professor Luiz Arthur Pagani por ter me ensinado lições sobre a profissão de professor, por ter me tratado sempre como alguém do seu nível (espero um dia chegar perto disso!), por ter me apresentado a semântica dinâmica e o texto do Vogel. Sem esses incentivos, essa dissertação teria tomado outro rumo.

Aos amigos e colegas de trabalho, muito mais competentes que eu, por me ensinarem o que eu precisava saber e por terem dado contribuições (desculpem por não nomear, mas e o velho papo de esquecer alguém?);

Aos amigos de sempre pela generosidade, bom humor, companheirismo, noites de pôquer, noites em claro batendo papo e me dando conselhos, viagens para lugares lindos ou mesmo por terem lembrado de mim quando eu tentava sumir da face da Terra. (Tenho sorte de ter amigos assim! Também não nomeei pra que todos se sintam especiais.)

À minha família, incluindo a família que eu escolhi mais tarde, por terem me dado casa-comida-e-roupa-lavada sem muitos questionamentos, e principalmente à vó Inêz que fez sempre muito mais do que eu merecia.

Ao Tiago, por ser sempre maior que um gigante em todos os significados do conjunto que essa metáfora vai gerar. Obrigada pela companhia e por todo o resto.



## **RESUMO:**

Neste trabalho, objetivamos investigar se os ditados populares podem ser tratados dentro das teorias da semântica e da pragmática da mesma forma que as expressões metafóricas. Assim, apresentamos um breve panorama dos pressupostos teóricos e dos tratamentos dispensados à metáfora pela semântica e pela pragmática, com o objetivo de verificar a nossa hipótese. Além disso, apresentamos uma pequena caracterização do que são os ditados populares e quais são as suas diferenças mais aparentes das expressões idiomáticas. Ao final, apresentamos a semântica dinâmica como uma terceira via para o tratamento desse fenômeno e uma breve análise dessas expressões dentro de duas teorias dinâmicas.

**Palavras-Chave:** ditados populares, semântica, pragmática, semântica dinâmica, interface, metáfora.

## **ABSTRACT:**

In this dissertation, we investigate if the proverbs can be accounted within the semantic and pragmatic theories as that metaphorical expressions. Thus, a brief theoretical overview and considerations about the treatment of metaphor provided by semantics and pragmatics are presented, to verify our hypothesis. Moreover, we present a short characterization of the quotes and which are their most apparent differences of idioms. Finally, we present the dynamic semantics as a third way to treat this phenomenon and a brief analysis of these expressions into two dynamic theories.

**Keywords:** proverbs, semantics, pragmatics, dynamic semantics, interface, metaphor.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	i
RESUMO: .....	iii
ABSTRACT: .....	iv
Introdução .....	1
1. A César o que é de César – Pressupostos teóricos da semântica e da pragmática.....	7
1.1 Semântica .....	7
1.2 Pragmática .....	11
1.3 Discussão de pressupostos .....	22
2. Cada macaco no seu galho - Expressões idiomáticas e ditados populares.....	28
2.1 Expressões idiomáticas enquanto expressões lexicalizadas .....	30
2.1.1 Propostas de classificação e análise das expressões idiomáticas.....	32
2.2 Ditados populares.....	47
2.2.1 Tentativa de classificação dos ditados populares .....	53
3. Quem não tem cão, caça com gato – De como a metáfora pode iluminar a compreensão dos ditados populares .....	59
3.1 Metáfora como base da cognição .....	61
3.2 Metáfora tradicionalmente tratada na semântica .....	66
3.3 um pouco mais da Metáfora na semântica .....	72
3.3.1 Críticas ao modelo semântico .....	78
3.3.2 Propostas da pragmática .....	81
4. De grão em grão, a galinha enche o papo - as possibilidades da semântica dinâmica .....	90
4.1 Hintikka e a Game Theoretic Semantics .....	97
4.1.1 – Um tratamento dos ditados populares por meio da GTS.....	107
4.2 Vogel e o tratamento da metáfora.....	110
4.2.1 Lobo em pele de cordeiro - Uma semântica intensional para sentidos extensionais.....	117



Considerações finais .....	126
REFERÊNCIAS bibliográficas.....	129

## Introdução

Ao longo do tempo que tenho dedicado à escrita desse trabalho, tive a oportunidade de ouvir, diversas vezes, que uma dissertação de mestrado nada mais é que um trabalho escolar e, por ser o primeiro trabalho de fôlego da vida de um pesquisador, ela não deveria – nem poderia – trazer soluções para os problemas que encontra, mas que, ao menos, mostrasse quais problemas foram encontrados. Pensando assim, este trabalho cumpre, aparentemente, a sua missão: apresenta um problema encontrado, faz algumas hipóteses, mas não chega a uma conclusão que vá dar grandes contribuições para o desenvolvimento da ciência.

Sempre quis contar a história de como cheguei ao meu projeto de mestrado e penso que aqui é um lugar no qual posso falar sobre isso. Minha questão inicial, ainda no pré-projeto, era estudar a significação dos ditados populares e, para isso, sem saber que tipo de teoria daria conta melhor do meu objeto, tinha em mente fazer uma revisão bibliográfica de teorias semânticas e teorias pragmáticas e escolher, entre elas, a que mais sucinta e justificadamente desse conta do fenômeno. Já sabia de antemão que preferia abordagens formalistas porque, além de imaginar que as abordagens funcionalistas fossem numerosas e bastante abrangentes, parecia-me que seria um desafio interessante – ainda que compatível com a complexidade esperada de uma dissertação de mestrado – colocar aquele fenômeno para rodar dentro de uma teoria formal.

No decorrer do projeto e da orientação, no entanto, percebemos que as raras abordagens existentes para os ditados populares eram funcionalistas e mais classificatórias do que explicativas. E que persistia outra dúvida: de que forma aconteceria o processamento do significado de um ditado popular? Não nas vezes em que os utilizamos corriqueiramente, mas da primeira vez que o ouvimos! Quer dizer, que cálculo nossa mente faz para interpretar um enunciado completamente novo, utilizado em uma situação na qual não há uma relevância aparente para o seu sentido literal? E isso fez com que o nosso fenômeno fosse transportado para a dimensão metafórica do uso – e do processamento – da linguagem.

Porém, outra pergunta decorre dessa nova hipótese: se as metáforas são usos bastante corriqueiros da linguagem e, portanto, altamente produtivos, – um ponto de vista que adotamos e que ficará mais claro e justificado ao longo deste trabalho – por que os ditados

populares não se comportam dessa forma? E, além disso, por que há certas manipulações sintáticas e semânticas que são possíveis em algumas dessas expressões e não em outras?

A investigação que nos propusemos, nesse ponto, voltou a justificar a revisão bibliográfica de teorias semânticas e pragmáticas, principalmente com relação a investigações sobre a interface entre as duas teorias, porque nosso fenômeno não parecia se encaixar no escopo prototípico de uma e nem de outra disciplina. Além disso, parece haver um grande número de pesquisadores voltando seus olhares para as questões da fronteira dos limites das disciplinas e para os fenômenos que estão nessa zona obscura.

Aparentemente, isso se deve ao fato de que a epistemologia e a filosofia da ciência são discussões sempre bem-vindas dentro das ciências, principalmente quando surgem dados que até então não eram abarcados por alguma teoria. Na opinião de Marcelo Dascal, inclusive, o desenvolvimento das teorias se dá justamente nos momentos de controvérsia, nos momentos em que a teoria olha para si mesma e se pergunta sobre seu poder explicativo. Para ele, “as controvérsias são indispensáveis para a formação, evolução e avaliação das teorias porque é nelas que se exerce a crítica ‘séria’, ou seja, aquela que permite engendrar, melhorar e controlar seja a ‘boa estruturação’, seja o ‘conteúdo empírico’ das teorias científicas”. (DASCAL, 1994:78)

Dessa forma, é graças às controvérsias que as ciências podem crescer e receber críticas sérias, porque nos momentos em que a teoria vai bem, que seu poder heurístico parece consolidado e os dados se encaixam perfeitamente dentro dos moldes de análise, não há crescimento científico. Lígia Negri chega ainda a afirmar que “as novas disciplinas aparecem justamente para tentar explicitar fatos, ou mesmo facetas, de fenômenos da linguagem até então inexplicados, negligenciados ou inexplicáveis nos modelos e correntes até então vigentes” (NEGRI, 2006:01), ou seja, a discussão de pressupostos teóricos é realmente importante quando nos damos conta de fenômenos que parecem estar na fronteira das disciplinas existentes e que podem, inclusive, culminar no surgimento de uma nova disciplina, de uma nova forma de olhar para o que acontece corriqueiramente na área de interesse.

Além disso, pretendemos refletir neste trabalho sobre a questão que Negri (2006) se coloca quando afirma que

A questão que se coloca, ou que eu – como outros tantos (não sei se quantos) – me coloco, é se de fato há na linguagem fenômenos que são tipicamente semânticos ou tipicamente pragmáticos, se há uma fronteira que separe essas disciplinas. A definição se dá a partir da natureza do fenômeno, observacional, ou a partir de uma

construção teórica desse fenômeno? E, portanto, como se constitui, se constrói, se configura a distinção entre tais disciplinas? (2006:12)

Duvidamos, como Negri (2006), da localização da fronteira entre essas disciplinas, uma vez que é bastante possível que ela esteja na construção que a cada teórico faz do seu objeto. No entanto, não afirmamos que o tratamento que as teorias semânticas dão para seus dados não é plenamente justificado; pelo contrário, são extremamente pertinentes. Porém, da mesma forma que ocorre com as outras teorias, existem dados que elas não conseguem abarcar e, dessa forma, eles acabam sendo deixados de lado: ou porque as teorias não querem abarcá-los, por conta da tradição, de preconceitos ou de quaisquer outros motivos que não nos cabe elencar, ou porque julgam que outra teoria seria mais adequada para dar conta deles.

Essa é basicamente a ideia de uma das metáforas famosas dos estudos do significado contemporâneos: a da “lata de lixo da linguística”. Essa metáfora está no título de um famoso artigo de Bar-Hillel<sup>1</sup>, que se referia à prática comum de jogar para a pragmática a responsabilidade de explicar qualquer fato que se configura como irregularidade para a teoria em questão. Porém, essa expressão tornou-se famosa também ao ser utilizada sempre que algum pesquisador se dispõe a “retirar” um fenômeno da “lata de lixo”, dar “uma limpadinha” e encaixá-lo dentro de uma teoria.

Creio que um dos fenômenos que está à margem, na “lata de lixo” das teorias formais, são os ditados populares. No entanto, parece possível pensar em um tratamento pertinente para esse fenômeno dentro de teorias formais, porque não há, *a priori*, objetos que pertençam à determinada teoria e, mesmo que seja necessário fazer algumas reformulações para dar conta do objeto, as teorias podem se prestar a explicar fenômenos que antes não explicavam. Parece-nos possível, então, incluir nos estudos da significação o que tem sido deixado de fora, seja pelo completo abandono da teoria, seja por remodelações ou inclusões de novos termos dentro da análise.

Estudar os ditados populares, especificamente, é estudar usos linguísticos bastante corriqueiros, utilizados largamente pelos falantes, mas cuja significação não foi ainda calculada de maneira precisa por análises formais. Dessa forma, pretendemos trazer uma contribuição para os estudos do significado, além de engrossar a discussão acerca das fronteiras teóricas das disciplinas com as quais trabalharemos.

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao título do famoso artigo de BAR-HILLEL, Y. Out of the Pragmatic Wastebasket. In: *Linguistic Inquiry*. 401-407, 1971.

A hipótese principal desse trabalho é que a significação dessas expressões pode ser calculada da mesma forma que a significação das metáforas, feitas algumas ressalvas. Entendemos que o significado de uma expressão como “Quem não tem cão caça com gato” não é processado todas as vezes que ouvimos essa sentença sendo enunciada ou a lemos em algum lugar; isso, porém, é o que acontece com as metáforas (cada vez que ouvimos a palavra “gato” sendo usada metaforicamente, corremos o risco de que ela não esteja sendo usada com o mesmo significado da vez anterior). Por outro lado, o significado de um ditado popular – ou de uma expressão idiomática – não é estável a ponto de ser utilizado sempre e apenas nos mesmos contextos. Parte do nosso trabalho, aqui, será o de investigar se a significação dessas expressões é ou não calculável *a priori*.

Dessa forma, nos interessa, também, a discussão de pressupostos teóricos da semântica e da pragmática, além de pressupostos de uma teoria que nasce dentro da zona de fronteira entre elas duas: a semântica dinâmica. Os estudos dessa disciplina no Brasil são ainda incipientes, o que *per se* justificaria uma tentativa de abordagem de qualquer fenômeno dentro dela, uma vez que traz contribuições interessantes para a semântica formal.

O caminho que percorreremos neste trabalho se inicia justamente com a apresentação e discussão dos pressupostos teóricos da semântica e da pragmática. Tal discussão pretende apresentar o objeto teórico dessas disciplinas, bem como sua abrangência e sua metodologia de análise. Ainda que de uma forma pouco aprofundada, esse capítulo traz à tona algumas das questões cruciais com as quais várias teorias inscritas nessas disciplinas se deparam e, ainda, este primeiro capítulo procura elucidar, mesmo que não completamente, que teoria deve ser escolhida para a análise do fenômeno que é objeto deste trabalho. Essa discussão é importante por causa da pergunta que nos colocamos no início deste trabalho sobre a natureza do objeto e da construção teórica feita a partir dele.

Munidos de um olhar menos ingênuo sobre as disciplinas e suas vertentes teóricas, partimos para o segundo capítulo, no qual apresentaremos o fenômeno a ser analisado nesse trabalho: os ditados populares. Para isso, é necessário discutir um ponto nevrálgico dessa questão: a caracterização e a classificação de expressões idiomáticas, além de identificar diferenças entre tais expressões e os ditados populares. Dessa forma, tentaremos encontrar semelhanças e diferenças que permitam mostrar que ditados populares não são exatamente a mesma coisa que expressões idiomáticas, ainda que possam ser entendidos, para alguns autores, como uma subclasse destas expressões. Nesse capítulo, a preocupação maior será

com uma caracterização morfológica e sintática e uma pequena discussão semântica. Essa heterogeneidade de níveis que pretendemos investigar se deve à natureza híbrida do fenômeno, que não parece coberto a ponto de dar boas respostas sobre seu funcionamento quando ignoramos algum dos seus níveis.

Já a significação das metáforas é o objeto do nosso terceiro capítulo. Nele, tentaremos caracterizá-las e rever um pouco do que já foi dito acerca delas na literatura. Assim, nos ocuparemos com os tratamentos da metáfora feitos tanto sob uma perspectiva semântica quanto pragmática, a fim de buscar legitimação para a aproximação que propomos entre a interpretação dos ditados populares e a das metáforas. Por meio de uma investigação das várias teorias que tratam a metáfora, tanto no interior da semântica quanto da pragmática, pretendemos oferecer um panorama que permite uma seleção mais acurada da teoria que pode dar conta do fenômeno que nos interessa aqui.

Dessa forma, chegamos à discussão do capítulo 4, que pretende apresentar um viés teórico que, numa via diferente daquelas apresentadas no capítulo 2, não considera apenas o significado estrito da sentença, mas também não chega a se interessar pelo falante, ou por suas intenções e de convicções: a semântica dinâmica. Assim, através de um viés teórico formal, mas que incorpora alguns aspectos discursivos, podemos propor um tratamento para a metáfora e, por extensão, os ditados populares. Nesse capítulo, além de discutir essa questão, apresentaremos essas teorias semânticas e duas possibilidades de tratamento da metáfora, que levam em conta mais de um mundo possível. A primeira delas é a “semântica da teoria de jogos” e, a segunda, a “semântica do predicado lógico dinâmico”. Dentro dessas teorias, parece viável pensar na aproximação da metáfora com os ditados populares.

Além disso, apresentamos nesse capítulo a análise das expressões dentro destas perspectivas teóricas. Assim, poderemos verificar as teorias em funcionamento para a análise tanto das metáforas, a que se propõem, quanto aos ditados populares. É por meio dessa análise que podemos verificar ou refutar a nossa hipótese, apresentada previamente. Aparentemente, não há problemas na análise das expressões: as teorias parecem não vetar a análise das expressões idiomáticas. Os problemas que persistem são os mesmos apresentados para o tratamento da metáfora que, no entanto, não demos conta de resolver neste trabalho.

Em todo o caso, este trabalho parece nos levar a pensar que, ao menos licenciados pelas teorias que apresentamos, os ditados populares podem ser entendidos como um tipo de expressão cuja significação é metafórica – conclusão que se estende, aparentemente, também

para as expressões idiomáticas, já que as teorias não fazem restrições desse tipo. Porém, conforme afirmamos anteriormente, persistem os problemas que apresentamos para as teorias em questão, uma lacuna que não seremos capazes de preencher por enquanto.

## 1. A César o que é de César – Pressupostos teóricos da semântica e da pragmática

A intenção que temos aqui de fazer uma apresentação dos pressupostos teóricos que os cientistas de cada disciplina dizem ter é não deixar o nosso olhar se tornar ingênuo. cremos que, ao olhar para os pressupostos teóricos de cada disciplina enunciados por cientistas nelas inscritos, poderemos distinguir, de forma mais criteriosa, o que é consensual e o que não é; o que é consistente na argumentação dos antagonistas e o que é irrelevante para a análise que pretendemos propor ao final.

Para isso, trago uma apresentação, em parte levantada por mim em Legroski (2010), que captura em manuais introdutórios das disciplinas em pauta aquilo que os próprios cientistas definem como sendo seu objeto de estudo. Esse tipo de discurso é interessante porque é constitutivo da disciplina, ou seja, é o fazer dos cientistas que dá corpo à ciência e é através do que eles dizem que fazem que claramente podemos ver o que eles pretendem fazer.

### 1.1 SEMÂNTICA

Para iniciar a discussão, escolhemos dois nomes importantes dos estudos semânticos, Gennaro Chierchia e Sally McConnell-Ginet, em seu livro *Meaning and Grammar*. Esses autores afirmam que “a semântica é o ramo da linguística devotado à investigação do significado da língua, à interpretação de expressões em um sistema de linguagem” (CHIERCHIA e Mc-CONNEL-GINET, 2000:01)<sup>2</sup>. Além disso, afirmam que “muitos dos conceitos e técnicas de análise que introduzimos têm sua origem na lógica e na filosofia da linguagem”. (2000:01)<sup>3</sup>

Além disso, entendem a semântica como parte da linguística porque adotam como pressuposto que a língua possui uma gramática, ou seja, um sistema de regras simples que

---

<sup>2</sup> “(...) *semantics is the branch of linguistics devoted to the investigation of linguistic meaning, the interpretation of expressions in a language system.*” (Todas as traduções apresentadas no corpo do texto contém o original em notas de rodapé e a foram feitas por mim. Espero que isso justifique alguns problemas prováveis.)

<sup>3</sup> “*Many of the concepts and analytical techniques we introduce have their origins in logic and the philosophy of language(...)*”.



podem ser utilizadas e recombinadas de maneiras infinitas pelos falantes, o que permite a criatividade dentro do sistema da língua. Essas ideias, evidentemente, estão pautadas nas reflexões de Noam Chomsky e dos gerativistas que, segundo Chierchia e McConnell-Ginet, deram contribuições muito interessantes para os rumos das investigações linguísticas.

Os autores tocam num ponto que parece crucial para o tipo de reflexão que pretendemos. Para eles, “a compreensão é uma questão não de recuperar representações, mas de chegar a um consenso sobre o significado da informação.” (2000:16)<sup>4</sup>. Ou seja, também é de interesse da semântica (ainda que principalmente da semântica cognitiva) a capacidade cognitiva que os seres humanos têm de conversarem e se entenderem mesmo que possuam experiências e conhecimento de mundo bastante diferentes. Inclusive, afirmam que apenas “parte da tarefa da semântica precisa ser dizer algo sobre o como o significado das palavras deveria ser e algo sobre os algoritmos de combinação desses significados das palavras para chegar aos significados dos sintagmas e das sentenças” (2000:07)<sup>5</sup>, ou seja, a tarefa que conhecemos como sendo da semântica formal é apenas parte das possibilidades do tratamento que pode ser feito dentro da semântica.

Charles Kreidler, em seu livro *Introducing English Semantics*, define a semântica como “uma tentativa de explicar o conhecimento de qualquer falante para comunicar fatos, sentimentos, intenções e os seus produtos da imaginação para outros falantes e entender o que eles lhe comunicam.” (KREIDLER, 1998:13)<sup>6</sup>. Para Kreidler, “a semântica é o estudo sistemático do significado, e a semântica linguística é o estudo de como as línguas organizam e expressam significados.”(1998:03)<sup>7</sup>

Também Ronnie Cann, em *Formal Semantics*, afirma que “em seu sentido mais abrangente, semântica é o estudo do significado e a semântica linguística é o estudo do

---

<sup>4</sup> “Understanding is a matter not of retrieving representations but of achieving consensus on informational significance”.

<sup>5</sup> “(...) part of the task of semantics must be to say something about what the word meaning might be and something about the algorithms for combining those word meanings to arrive at phrasal and sentential meanings”.

<sup>6</sup> “Linguistic semantics is an attempt to explicate the knowledge of any speaker to communicate facts, feelings, intentions and the products of imagination to other speakers and to understand what they communicate to him or her.”

<sup>7</sup> “Semantics is the systematic study of meaning, and linguistic semantics is the study of how languages organize and express meanings.”

significado expresso pelas palavras, sintagmas e sentenças das línguas humanas.” (CANN, 1993:01)<sup>8</sup>. Para ele, recuperando Kempson (1977),

uma teoria semântica deve:

1. capturar, para qualquer língua, a natureza do significado das palavras, sintagmas e sentenças e explicar a natureza da relação entre elas;
2. ser capaz de prever as ambiguidades nas expressões de uma língua;
3. caracterizar e explicar as relações sistemáticas de significado entre as palavras, as sintagmas e as sentenças de uma língua. (KEMPSON, 1977, apud CANN, 1993:01)<sup>9</sup>

A partir desse quadro, podemos perceber que a semântica, conforme vista pelos semanticistas, não é uma disciplina de escopo limitado, que fecha os olhos para a interação humana. Ao contrário, é dentro da língua utilizada pelos falantes que a semântica busca os dados que se propõe a analisar. É evidente que não o faz da mesma forma e com a mesma metodologia da pragmática, mas os cientistas que, em geral, argumentam contra a semântica, traçam raciocínios desse tipo e acabam por acusá-la de desvinculada da língua real.

Já para a semântica formal, uma das vertentes teóricas possíveis dentro da semântica, outros tipos de recorte são feitos. Cann define a semântica formal como sendo

distinta da **semântica linguística geral** pelo seu maior uso de técnicas matemáticas e confiança na precisão lógica. (...) A semântica formal *per se* foi idealizada como um meio de fornecer uma interpretação precisa para **linguagens formais**, *i.e.*, as linguagens lógica e matemática que se opõem às **línguas naturais** que são faladas ou escritas como as línguas maternas dos seres humanos.<sup>10</sup>(1993:02)

Isto não significa que a semântica formal não possa ser utilizada para descrever e analisar as línguas naturais, já que a ferramenta formal se presta a ser utilizada para analisar fenômenos de qualquer língua; ou seja, esse tipo de semântica conta com ferramentas que não pressupõem o uso real da linguagem, mas que não falha nesses casos.

---

<sup>8</sup> “In its broadest sense, semantics is the study of meaning and linguistic semantics is the study of meaning as expressed by the words, phrases and sentences of human languages”.

<sup>9</sup> “A semantic theory must: 1.capture for any language the nature of the meaning of words, phrases and sentences and explain the nature of the relation between them; 2. be able to predict the ambiguities in the expressions of a language;3. characterize and explain the systematic meaning relations between the words, the phrases and the sentences of a language”.

<sup>10</sup> “This theory is a formal theory of semantics and is distinguished from **general linguistic semantics** by its greater use of mathematical techniques and reliance on logical precision. (...) Formal semantic itself was devised as a means of providing a precise interpretation for **formal languages**, *i.e.*, the logical and mathematical languages that are opposed to **natural languages** that are spoken or written as the native languages of human beings.”

A despeito de ter surgido, historicamente, com o objetivo de estudar a interpretação de línguas criadas artificialmente, a semântica formal não fica limitada, necessariamente, a esse tipo de análise. Mas ela não é a única abordagem possível para os fenômenos da significação. Um exemplo disso pode ser encontrado no “Manual de Semântica” de Márcia Cançado, que define essa disciplina como “o estudo do significado das línguas.” (CANÇADO, 2005:15). Além disso, ela afirma que “(...) mais especificamente, (...) o semanticista busca descrever o conhecimento semântico que o falante tem de sua língua”(2005:16).

Essas definições dão conta apenas da parte mais superficial do estudo da significação, mas a autora ainda vai além. Na contramão do que parecia consenso até então, ela afirma que “a semântica não pode ser estudada somente como a interpretação de um sistema abstrato, mas também tem que ser estudada como um sistema que interage com outros sistemas no processo da comunicação e expressão dos pensamentos humanos.”(2005:19). Possivelmente, os outros sistemas que a autora menciona estão relacionados à cognição e talvez à conversação, mas isso é algo que não está claro em seu texto.

Cançado afirma ainda que

fica claro que nem sempre o sistema semântico é o único responsável pelo significado; ao contrário, em várias situações, o sistema semântico tem o seu significado alterado por outros sistemas cognitivos para uma compreensão final do significado. Por exemplo, vem sendo explorado por alguns estudiosos que alguns aspectos do significado são explicados em termos de teorias da ação, ou seja, dentro do domínio de uma teoria da pragmática. (2005:17)

Podemos perceber que, para a autora, a semântica precisa dar conta de fenômenos além dos estudados pela semântica formal. Por isso, para ela, é necessário trazer à tona a preocupação com a interação de diversos sistemas.

Em vista disso, podemos perceber que os cientistas são unânimes em afirmar que a semântica, mais que uma disciplina que pretende analisar a significação, está também preocupada com as realizações dos falantes e com os processos pelos quais combinamos palavras e produzimos significados. Dessa forma, a semântica não é uma disciplina que necessariamente ignora a existência da interação entre os falantes; algumas teorias é que recortam o seu objeto diferentemente.

## 1.2 PRAGMÁTICA

A discussão sobre os pressupostos teóricos da pragmática é alvo de grande interesse, principalmente porque essa disciplina parece se constituir em oposição às outras. Em relação a isso, Negri (2006) afirma que

Embora a segunda metade do século XX tenha presenciado grandes contribuições e avanços na linguística – na configuração de diferentes disciplinas: sociolinguística, psicolinguística, aquisição da linguagem, análise do discurso, linguística da enunciação, análise da conversação, entre outras; e – na consolidação de vários modelos teóricos: semântica formal, gramática gerativa, gramática categorial, gramática funcionalista, entre os mais destacados; a oscilação da fronteira entre a semântica e a pragmática ainda persiste e, mais, a pragmática continua a ser o depositário dos casos insolúveis – ainda a receptiva lata de lixo de Bar-Hillel. (NEGRI, 2006: 11-12)

Iniciaremos nossa apresentação da epistemologia da pragmática utilizando os mesmos manuais que trouxeram as definições de semântica da seção anterior, porque eles também trazem um panorama do que seus autores acreditam ser escopo da pragmática. Chierchia e McConnell-Ginet, em *Meaning and Grammar*, afirmam que a interação com a pragmática se dá porque

Como nossa adoção do paradigma gerativo implica, assumimos que a linguística inclui não apenas o estudo das línguas e suas interpretações como sistemas abstratos, mas também o estudo de como tais sistemas são representados nas mentes humanas e usados por agentes humanos para expressar seus pensamentos e se comunicar com os demais. Assim, desenvolvemos nossa teoria semântica visando sua interação com a teoria pragmática. Nós iremos considerar não apenas o que as expressões linguísticas significam por elas mesmas (semântica *stricto sensu*), mas também o que os falantes querem significar utilizando-as (pragmática). (CHIERCHIA e McCONNEL-GINET, 2000:05)<sup>11</sup>

Dessa forma, a abordagem que eles dizem estar desenvolvendo leva em conta o *a intenção do falante*, um dos conceitos fundamentais para a pragmática. Eles explicam que

---

<sup>11</sup> “As our adoption of the generative paradigm implies, we take linguistics to include not only the study of languages and their interpretations as abstract systems but also the study of how such systems are represented in human minds and used by human agents to express their thoughts and communicate with others. Thus we developed our semantic theory with a view to its interaction with a pragmatic theory. We will consider not only what linguistic expressions themselves mean (semantics in the strict sense) but also what speakers mean by using them (pragmatics).”

“pragmática é o estudo de *usos instanciados* da língua, e trata de questões como o estatuto das ações enunciativas associado a certos tipos de efeitos pretendidos” (2000:05)<sup>12</sup>.

O segundo autor que focalizamos, Ronnie Cann (1993), também faz alusão ao contexto, dizendo que “uma das influências mais importantes no significado é o *contexto de uso*. O contexto desempenha um papel vital ao determinar como um uso particular pode ser interpretado em uma ocasião.” (1993:22)<sup>13</sup>. Já o livro *Introducing English Semantics*, de Charles Kreidler, possui um capítulo chamado “Language in use”, no qual trata de questões que vão da pragmática à prosódia, além de comunicação não verbal. Nesse capítulo, entre outras coisas, Kreidler escreve que

a pragmática é outro ramo da linguística que é ligado ao significado. Pragmática e semântica podem ser vistas como partes diferentes, ou aspectos diferentes, do mesmo estudo geral. Ambas estão envolvidas com a habilidade de as pessoas usarem a linguagem de modo significativo. Enquanto a semântica está majoritariamente ligada à competência do falante em usar o sistema da língua para produzir enunciados significativos e para processar (compreender) enunciados produzidos por outros, o principal foco da pragmática é a habilidade da pessoa de derivar significados a partir de tipos específicos de situações discursivas. (...) Evidentemente, o limite entre a semântica e a pragmática é vago e, no presente momento, diversos estudiosos estão prontos a discordar a respeito de onde está a fronteira. (1998:18-19)<sup>14</sup>

No entanto, a menção à pragmática feita pelos semanticistas se dá apenas a título de comparação entre as duas disciplinas; é dar legitimidade a esse tipo de análise linguística para, depois, suplantá-la. Por isso, trazemos aqui essas definições para que se saiba que esse tipo de menção é feito pelos semanticistas, embora não seja a única fonte de definições de pressupostos pragmáticos que se deve adotar.

Em seu livro *Pragmatics*, Stephen Levinson se propõe, assim como os semanticistas que citamos anteriormente, a fazer uma introdução e dar um panorama dos fenômenos de

---

<sup>12</sup> “*Pragmatics is the study of situated uses of language, and it addresses such questions as the status of utterance actions with certain kinds of intended effects.*”

<sup>13</sup> “*One of the most important influences on meaning is that of the **context of utterance**. The context plays a vital role in determining how a particular utterance is to be interpreted on any occasion.*”

<sup>14</sup> “*Pragmatics is another branch of linguistics that is concerned with meaning. Pragmatics and semantics can be viewed as different parts, or different aspects, of the same general study. Both are concerned with people’s ability to use language meaningfully. While semantics is mainly concerned with a speaker’s competence to use the language system in producing meaningful utterances and processing (comprehending) utterances produced by others, the chief focus of pragmatics is a person’s ability to derive meaning from specific kinds of speech situations. (...) Obviously the boundary between semantics and pragmatics is vague and, at the present time various scholars are apt to disagree about where the boundary is.*”

linguagem mais comumente discutidos pela pragmática. Em uma definição bastante inicial, ele diz que “a pragmática é o estudo daquelas relações entre linguagem e contexto que são gramaticalizadas ou inseridas na estrutura de uma língua.” (LEVINSON, 1983:09)<sup>15</sup>. Para além disso, “o escopo da pragmática pode incluir o estudo da **dêixis** (...), e provavelmente o estudo da **pressuposição e atos de fala**.” (1983:09)<sup>16</sup>.

Ou seja, o escopo da pragmática supera o sentido literal e procura dar conta do que está dentro da linguagem mas foi excluído do sistema linguístico, ao menos nas perspectivas linguísticas habituais. Levinson afirma que “a pragmática é o estudo de todos aqueles aspectos do significado que não são capturados em uma teoria semântica” (1983:12)<sup>17</sup> (o que de certa forma remete à famosa questão de Bar-Hillel de que a pragmática seria a cesta de lixo da linguística).

George Yule (1996), em *Pragmatics*, retoma a conhecida divisão tripartite de Morris (1933) (embora o autor não mencione, sabe-se que essa divisão é considerada fundadora dos estudos sobre o significado dos falantes<sup>18</sup>) dos estudos das sentenças e os recortes teóricos executados por cada uma dessas disciplinas para dar conta desse objeto. Segundo ele,

**Sintaxe** é o estudo das relações entre as formas linguísticas, como elas são arranjadas e de quais sequências são bem formadas. Esse tipo de estudo geralmente ocorre sem considerar qualquer referência ao mundo ou a qualquer usuário das formas. **Semântica** é o estudo das relações entre as formas linguísticas e entidades do mundo, isto é, como as palavras literalmente se conectam às coisas. A análise semântica também tenta estabelecer relações entre as descrições verbais e o estado de coisas no mundo como certas (verdadeiras) ou não, sem se preocupar com quem produziu tal descrição. **Pragmática** é o estudo das relações entre as formas linguísticas e os usuários dessas formas. Nessa distinção tripartite, apenas a pragmática incorpora os humanos na análise. A vantagem de estudar a língua *via* pragmática é que é [ela] a única que pode falar sobre os significados pretendidos pelos falantes, suas intenções, seus propósitos ou objetivos, e que tipos de ações (por exemplo, pedidos) elas estão realizando quando falam. A desvantagem é que todos

---

<sup>15</sup> “*Pragmatics is the study of those relations between language and context that are grammaticalized, or encoded in the structure of a language.*”

<sup>16</sup> “(...)such a scope of pragmatics would include the study of **deixis** (...),and probably the study of **presupposition and speech acts**. ”

<sup>17</sup> “*Pragmatics is the study of all those aspects of meaning not captured in a semantic theory.*”

<sup>18</sup> “(...) ainda que não haja consenso quanto à classificação dos fenômenos com relação ao seu enquadramento nesta ou naquela disciplina e sobre os limites entre elas, toma-se a delimitação de Morris como uma régua para discutir ou rediscutir competências e propriedades, seja das disciplinas envolvidas seja dos fenômenos a serem explicados.” (NEGRI, 2006: 114)

esses conceitos humanos são extremamente difíceis de analisar de uma forma consistente e objetiva. (YULE, 1996: 03-04)<sup>19</sup>

Com isso, vemos que Yule afirma que há vantagens trazidas para o estudo da compreensão de um enunciado através da pragmática, embora reconheça o quanto é difícil analisar objetivamente as intenções do falante, por exemplo. Novamente, vemos uma apresentação da semântica como sendo uma disciplina que abstrai os falantes de suas análises.

Dois dos autores mais representativos da pragmática, Dan Sperber e Deirdre Wilson (2005), apresentam duas formas de entender a pragmática. Segundo eles,

A pragmática é, em geral, descrita como o estudo do uso da língua, e contrastada com o estudo da estrutura da língua. Em seu sentido amplo, ela cobre uma extensão de programas de pesquisas vagamente relacionados, de estudos formais de expressões dêiticas a estudos sociológicos de estereótipos verbais étnicos. Em um sentido mais restrito (...), a pragmática contrasta com a semântica, o estudo do significado linguístico, e é o estudo de como os fatores contextuais interagem com o significado linguístico na interpretação dos enunciados. (SPERBER e WILSON, 2005:353)<sup>20</sup>

O tipo de objeto proposto por Sperber e Wilson, na sua definição mais restrita de pragmática, é muito semelhante ao que propuseram os outros teóricos, principalmente porque o embate com a semântica está presente assim como estava nos outros textos. Por outro lado, Sperber e Wilson, pragmaticistas reconhecidamente filiados a Grice, afirmam que este teórico teria mostrado que não há uma separação intransponível entre a semântica formal e as línguas naturais.

---

<sup>19</sup> “**Syntax** is the study of the relationships between linguistic forms, how they are arranged in sequence, and which sequences are well-formed. This type of study generally takes place without considering any world of reference or any user of the forms. **Semantics** is the study of the relationships between linguistic forms and entities in the world; that is, how words literally connect to things. Semantic analysis also attempts to establish the relationships between verbal descriptions and states of affairs in the world as accurate (true) or not, regardless of who produces that description. **Pragmatics** is the study of relationships between linguistic forms and the users of those forms. In this three-part distinction, only pragmatics allows humans into the analysis. The advantage of studying language via pragmatics is that one can talk about people’s intended meanings, their assumptions, their purposes or goals, and the kinds of actions (for example, requests) that they are performing when they speak. The big disadvantage is that all these very human concepts are extremely difficult to analyze in a consistent and objective way.”

<sup>20</sup> “Pragmatics is often described as the study of language use, and contrasted with the study of language structure. In this broad sense, it covers a range of loosely related research programmes from formal studies of deictic expressions to sociological studies of ethnic verbal stereotypes. In a more focused sense (the one we will use here), pragmatics contrasts with semantics, the study of linguistic meaning, and is the study of how contextual factors interact with linguistic meaning in the interpretation of utterances.”

Para filósofos da linguagem comum, existe um abismo intransponível entre a semântica formal e as línguas naturais. Grice mostrou que esse abismo poderia, pelo menos, ser reduzido, distinguindo-se nitidamente o significado da sentença daquele do falante e explicando-se como significados linguísticos relativamente simples e esquemáticos podem ser usados em contextos para transmitir significados do falante mais ricos ou mais vagos, em cuja construção entram não apenas O QUE FOI DITO, mas também o que foi implicado. Isso se tornou a base para a maior parte da pragmática moderna. (2005:354)<sup>21</sup>

Dessa forma, a pragmática e a semântica poderiam se encontrar em algum ponto desse caminho, e isso tem sido feito, principalmente, graças a esforços de teóricos preocupados tanto em formalizar a pragmática quanto em dinamicizar a semântica, através da inclusão do contexto dentro do escopo das disciplinas formais da semântica e da formalização desse contexto dentro de algumas correntes pragmáticas, como discutiremos, adiante, no capítulo 4 deste trabalho.

Para esses teóricos, o objeto da pragmática não é a sentença, ou a proposição, mas o enunciado, que é capaz de dar “fragmentos de evidências do significado do falante”. Para eles,

Enunciados não são signos, mas fragmentos de evidência acerca do significado do falante, e a compreensão é alcançada inferindo-se esse significado a partir da evidência fornecida não apenas pelo enunciado, mas também pelo contexto. Um enunciado é, evidentemente, um fragmento de evidência codificado linguisticamente, de forma que a sua compreensão envolve em elemento de decodificação. (2005:355)<sup>22</sup>

Um ponto de vista semelhante vem da definição de Kadmon, reformulada e citada por Lígia Negri em sua tese de doutorado. Para aquela autora, “a semântica se ocupa de questões ligadas à interpretação veri-condicional, isto é, questões ligadas ao sentido literal; e a pragmática estaria ligada à linguagem em uso ‘indo além do sentido literal’”(KADMON, apud NEGRI, 2006:13). A literatura não costuma definir com rigor o que venha a ser o sentido literal, mas vamos entendê-lo, para fins deste trabalho, como aquele sentido “ordinário”, comum, mais consolidado, das palavras.

---

<sup>21</sup> “For ordinary language philosophers, there was an unbridgeable gap between the semantics of formal and natural languages. Grice showed that the gap could at least be reduced by sharply distinguishing sentence meaning from speaker’s meaning, and explaining how relatively simple and schematic linguistic meanings could be used in context to convey richer and fuzzier speaker’s meanings, made up not only of WHAT WAS SAID, but also of what was implicated. This became the foundation for most of modern pragmatics.”

<sup>22</sup> “(...)utterances are not signals but pieces of evidence about the speaker’s meaning, and comprehension is achieved by inferring this meaning from evidence provided not only by the utterance but also by the context. An utterance is, of course, a linguistically coded piece of evidence, so that comprehension involves an element of decoding.”



Um contraponto a Levinson vem da resenha de Ilari (2000), feita por Negri (2006). Ela afirma que

a assunção explícita desse autor [Ilari (2000)] é a de que fenômenos sistemáticos e calculáveis como a dêixis, os atos de fala e as pressuposições pertenceriam ao campo da semântica, ao passo que as implicaturas conversacionais se constituiriam como protótipo do fenômeno pragmático, este como avesso da interpretação calculável. (2006:119)

Dessa forma, Ilari enxerga como sendo semânticos fenômenos que são tradicionalmente vistos e tratados como pragmáticos, com o argumento principal de que eles são calculáveis. É uma forma extremamente interessante e pouco ortodoxa de pensar e com a qual concordamos, embora os fenômenos em questão não sejam tratados neste trabalho. No entanto, cabe a observação de Ilari enquanto uma contramão daquilo que Levinson (1983) e demais pragmaticistas explicitam e assumem, uma vez que os atos de fala, por exemplo, estão no centro de diversas teorias pragmáticas.

Cabe, ainda, mencionar Gazdar (1979), principalmente pelo ponto de vista relativamente inovador na tentativa de **formalizar o cálculo** do significado de uma expressão levando em conta o seu contexto. Essa formalização, embora não tão presente nas teorias pragmáticas – principalmente não nas teorias do *mainstream* –, nos parece de fundamental importância para a semântica dinâmica, que apresentaremos no capítulo 4.

Gazdar é um teórico da pragmática preocupado em descrever fenômenos, assim como os que vimos anteriormente. A primeira caracterização que ele faz, no entanto, remete ao referencial teórico utilizado pela semântica. Ele cita Kalish (1967), que possui uma visão das relações entre as duas disciplinas que, segundo o próprio Gazdar, é compartilhada com Montague, o que significaria que Kalish estaria pensando em uma pragmática com noções formais. “A pragmática, assim concebida, é simplesmente a extensão da definição semântica de verdade para línguas formais que contém termos indiciais.”<sup>23</sup> (KALISH, 1967: 356, apud GAZDAR, 1979: 02).

No entanto, Gazdar discorda dessa definição e formula a sua própria e célebre definição de pragmática nos seguintes termos:

---

<sup>23</sup> “*Pragmatics, so conceived, is simply the extension of the semantical truth-definition to formal languages containing indexical terms.*”

A pragmática tem como objeto os aspectos do significado das proposições que não podem ser tratados pela referência direta às condições de verdade das sentenças enunciadas. Mais cruamente: PRAGMÁTICA = SIGNIFICADO – CONDIÇÕES DE VERDADE. Uma vez que as expressões indiciais são prototipicamente e naturalmente tratadas com o aparato das condições de verdade, segue-se que esse domínio exclui aquele proposto por Kalish. (GAZDAR, 1979: 02)<sup>24</sup>

Outra referência clássica para a qual se tem apelado para delimitar o escopo da pragmática é a situação da carta anônima, elaborada por Katz (1977) (também citada por Gazdar). Essa referência, de certa forma, transparece nos pressupostos de muitas teorias pragmáticas ainda hoje.

A situação da carta anônima é o caso em que um falante ideal de uma língua recebe uma carta anônima contendo apenas uma sentença dessa língua, sem nenhuma pista sobre o motivo, circunstâncias da transmissão ou qualquer outro fator relevante para entender a sentença com base no seu contexto enunciativo... Nós pretendemos traçar uma linha teórica entre a interpretação semântica e a interpretação pragmática utilizando o componente semântico para representar apropriadamente apenas os aspectos do significado da sentença que um falante-ouvinte ideal da língua saberia em uma situação como a da carta anônima. (KATZ, 1977:14, apud GAZDAR, 1979:03)<sup>25</sup>

Gazdar, no entanto, faz algumas críticas a essa abordagem. Para ele, se a frase contida na carta fosse, por exemplo,

(1) O au-au da Ana matou o coelhinho da Bia.

o falante-ouvinte ideal da língua poderia fazer as seguintes conjecturas: ou o autor de (1) é uma criança, ou quer se fazer passar por uma criança, ou está se dirigindo a uma criança, ou está se dirigindo a alguém que pensa que ele é uma criança. De acordo com Gazdar, essas (ou quaisquer outras) inferências não poderiam ser feitas a partir de uma sentença como

(2) O cachorro da Ana matou o coelho da Bia.

---

<sup>24</sup> “Pragmatics has as its topic those aspects of the meaning of utterances which cannot be accounted for by straightforward reference to the truth conditions of the sentences uttered. Put crudely: PRAGMATICS = MEANING – TRUTH CONDITIONS. Since indexical expressions are standardly and naturally handled with truth-conditional apparatus, it follows that this domain excludes that proposed by Kalish.”

<sup>25</sup> “The anonymous letter situation is the case where an ideal speaker of language receives an anonymous letter containing just one sentence of that language, with no clue whatever about the motive, circumstances of transmission, or any other factor relevant to understanding the sentence on the basis of its context of utterance... We intended to draw a theoretical line between semantic interpretation and pragmatic interpretation by taking the semantic component to properly represent only those aspects of the meaning of the sentence that an ideal speaker-hearer of the language would know in such an anonymous letter situation.”

cujas condições e cujos valores de verdade são os mesmos da sentença anterior. No entanto, nos parece que, ainda que não esteja ligado ao valor de verdade da sentença, esse tipo de informação trazido pela palavra “au-au” não está completamente ligado à pragmática, como quer Gazdar. Estudos sobre léxico costumam atribuir à palavra uma carga semântica e, além disso, certas informações sobre o seu funcionamento discursivo. Dessa forma, é impossível descolar da palavra “au-au” o significado e a restrição de uso, por assim dizer, que ela carrega. Esse tipo de informação, segundo entendemos, não pode ser atribuído completamente à semântica da língua, nem está restrito às condições de verdade da sentença.

Outra objeção que pode ser feita em relação à situação da carta anônima é a dificuldade de descolar as conjecturas que o destinatário pode fazer; ou seja, é possível que a pessoa que recebeu a carta anônima pense nas razões que levaram alguém a escrevê-la e mesmo o que estaria por trás disso (qual seria a intenção do remetente). Embora esse seja um problema no isolamento do que é pragmático nessa interação, a situação da carta anônima descrita por Katz ainda nos parece bastante razoável para delimitar o tipo de objeto que essa disciplina quer abarcar em seu escopo, porque mesmo que consideremos que o remetente tenha tido intenções, não temos acesso a elas, e a interpretação de uma sentença descolada de qualquer contexto ainda permanece. Além disso, podemos pensar que, como o autor pretende, o que estaria fora do sentido estrito daquela sentença caberia à pragmática.

Gazdar (1979), como vimos, prefere não adotar a definição de Katz e reformula ainda mais precisamente, em termos formais, o que vê como o objeto da pragmática.

Seja  $D$  o conjunto de sentenças de alguma língua natural,  $J$  o conjunto das proposições,  $M$  o conjunto de contextos e  $E$  o conjunto  $D \times M$ . Um objetivo muitas vezes avançado para a pragmática é a identificação, de fato, de um conjunto  $U \subset E$ , a saber, o conjunto dos enunciados possíveis (a estratégia de tratar os enunciados como pares de sentença-contexto é muito difundida e, eu acredito, indiscutível.) (...) Portanto, eu vou assumir, contrafactualmente, que  $E$  é o conjunto de enunciados possíveis.<sup>26</sup> (1979: 04)

Ou seja, apesar de fazer uma generalização que ignora dados reais da língua, Gazdar assume que o conjunto de enunciações possíveis em uma língua nada mais é que o produto

---

<sup>26</sup> “Let  $D$  be the set of sentences of some natural language,  $J$  the set of propositions,  $M$  the set of contexts and  $E$  the set  $D \times M$ . One goal often advanced for pragmatics is the identification, in effect, of a set  $U \subset E$ , namely the set of possible utterances (the strategy of treating utterances as sentence-context pairs is widespread and, I think, uncontroversial). (...) Accordingly, I shall assume, counterfactually, that  $E$  is the set of possible utterances.”

cartesiano de todos os elementos do conjunto de sentenças possíveis por todos os elementos do conjunto de contextos possíveis. Além disso, o autor afirma que é necessário pensar na semântica dentro dessa caracterização e que isso seria possível caso houvesse uma função que mapeasse D dentro de J. No entanto, assumir esse ponto de vista, que é o mesmo apresentado por Katz (1977), implica alguns problemas.

O que nós precisamos, além disso, é alguma função que nos fale sobre o significado dos enunciados. Claramente uma função assim precisa ter como domínio E, mas é menos claro o que devemos ter como extensão. Suponha que escolhamos D (ou J – não importa qual deles para os comentários a seguir). Então para cada enunciado será atribuída uma sentença, a sentença que denota o significado desse enunciado (isto é, para todos os intentos e propósitos, a estratégia adotada por Katz 1977:16). Esse jeito de fazer as coisas nos apresenta um problema – um problema conectado com o fato de que o enunciado muda o contexto.<sup>27</sup> (GAZDAR, 1979a: 04)

Gazdar, porém, sugere que uma saída simples seria pensar que basta incorporar ao contexto o significado da sentença enunciada anteriormente, numa adição simples. Assim, em uma conversa, os enunciados iriam se somando ao contexto, de forma a atualizar as informações. No entanto, embora isso funcione perfeitamente, segundo o autor, para implicaturas de quantidade, pressuposições e para a maioria dos atos de fala, esse tratamento não se aplica a todos os últimos. Embora o próprio autor não cite as exclusões, isso mostra que a saída simples deve ser deixada de lado.

Podemos solucionar o problema formulando nossa função de forma que ela tenha M como extensão. Para cada enunciado, então, nossa função retornará como valor um novo contexto – o contexto mudado pela sentença enunciada (essa forma de análise deve-se, essencialmente, a Hamblin (1971). E podemos tratar o significado do enunciado como a diferença entre o contexto de origem e o contexto de chegada ao enunciarmos uma sentença. Um objetivo razoável para a pragmática é, portanto, fornecer uma função que mapeie E dentro de M. (1979a: 05)<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> “What we need in addition is some function that tells us about the meaning of the utterances. Clearly such a function must have E as its domain but it is less clear what we ought to have as range. Suppose we choose D (or J – it does not matter which for the remarks that follow). Then to each utterance will be assigned some sentence, the sentence which denotes the meaning of the utterance (this is, to all intents and purposes, the strategy adopted by Katz 1977:16). This way of doing things presents us with a problem – a problem connected with the fact that utterances change the context.”

<sup>28</sup> “We can solve the problem by formulating our function so that it has M as its range. For each utterance, then, our function will return as value a new context – the context as changed by the sentence uttered (this way of proceeding is due, essentially, to Hamblin (1971). And we can treat the meaning of the utterance as the difference between the original context and the context arrived at by uttering the sentence. A reasonable goal for pragmatics is thus the provision of a function that will map E into M.”

Essa caracterização formal do objeto da pragmática proposta por Gazdar é retomada por Levinson (1983), que também está interessado em uma classificação desse tipo. Segundo ele, Gazdar “quer capturar as maneiras como as enunciações *mudam* o contexto no qual eles são proferidos; ele mostra que a formulação de Katz é incompatível com esse objetivo, e então sugere  $f(u) = c$  (ou:  $f(s,c) = c$ ).” (LEVINSON, 1983:31)<sup>29</sup>. (Onde  $u$  é o produto cartesiano de  $s$  (um elemento do conjunto  $S$  de sentenças da língua) por  $c$  (um elemento do conjunto  $C$  de contextos possíveis), ou seja,  $u$  é um membro do conjunto  $U$ , formado por todas as combinações possíveis entre sentenças e contextos.)

Levinson, porém, encontra algumas contradições nessa explicação de Gazdar, principalmente assumindo que

ela sugere que a teoria pragmática, como um todo, deveria ser baseada na noção da mudança de contexto. (...) Ambas as formulações são consistentes com as definições de pragmática como ‘significado menos semântica’ ou como a contribuição do contexto para o entendimento das línguas. Nossas outras definições poderiam exigir formulações ligeiramente diferentes. (LEVINSON, 1983: 31)<sup>30</sup>

Para exemplificar o que está afirmando, Levinson sugere algumas funções ligeiramente diferentes. Segundo ele, poderíamos dizer  $f(s) = c$ , em que  $C$  fosse o conjunto de contextos potenciais codificados pelos elementos de  $S$  (o conjunto das sentenças), ou seja,  $f$  é uma teoria capaz de calcular as sentenças nos contextos que codificam, para uma teoria pragmática que fosse entendida como a codificação dos aspectos do contexto. Outra possibilidade, segundo ele, seria a de pensar uma teoria que selecionasse pares ordenados de sentenças apropriadas e contextos, numa formulação como  $f(u) = a$ , onde  $U$  são os enunciados e  $A$  tem apenas dois elementos que denotam sentenças apropriadas  $X$  impróprias. Uma terceira formulação possível seria  $f(u) = b$ , onde cada elemento de  $B$  seria uma combinação de um ato de fala, um conjunto de pressuposições, um conjunto de implicaturas conversacionais, entre outros, e assim  $f$  seria uma teoria que atribui, para cada enunciado, um ato de fala, as pressuposições que ele projeta – tanto convencionais quanto conversacionais – entre outras

---

<sup>29</sup> “Gazdar (1979a: 4-5), on the other hand, wishes to capture the ways in which utterances change the context in which they are uttered; he shows that Katz’s formulation is incompatible with that goal, and therefore suggests instead  $f(u) = c$  (or:  $f(s,c) = c$ ).”

<sup>30</sup> “It suggests that pragmatic theory as a whole should be based on the notion of context change (...). Both these formulations are consistent with the definitions of pragmatics as ‘meaning minus semantics’ or as the contribution of context to language understanding. Our other definitions might require slightly different formulations.”

coisas. Segundo Levinson, esta última formulação consistiria numa visão da pragmática como uma lista de tópicos.

No entanto, Levinson está interessado em demonstrar a possibilidade de formalizar uma teoria com um escopo restritamente delimitado e, após apontar falhas nos exemplos que deu, afirma que “a multiplicidade de definições alternativas pode parecer maior do que realmente é” (1983:32)<sup>31</sup>.

Gazdar afirma, ainda, que a formalização é altamente desejável dentro dos estudos linguísticos – o que de certa forma o coloca na contramão daquilo que alguns pragmaticistas pretendem, mas o posiciona, epistemologicamente, ao lado de sintaticistas e semanticistas formais. Citando Stalnaker (1975), Gazdar afirma que pretende, como este,

defender, por exemplo, a afirmação segundo a qual os conceitos da pragmática podem ser tão matematicamente precisos como qualquer um dos conceitos da sintaxe e da semântica formal; mostrar que alguém pode reconhecer e incorporar dentro de teorias abstratas a dependência extrema em relação ao contexto que obviamente está presente na língua natural sem sacrificar os padrões de rigor. (STALNAKER, 1975:281-282, apud GAZDAR, 1979a:11).<sup>32</sup>

Poderíamos, ainda, trazer diversas outras definições de pragmática e mesmo fazer muitas outras comparações nos moldes das feitas por diversos estudiosos, mas creio que não é necessário que esgotemos a lista aqui: apenas com os trechos acima, percebemos que estes autores parecem afirmar que a pragmática i) é uma disciplina disposta a lidar com fenômenos excluídos por outras, na medida em que dá conta do que está além das sentenças, e ii) inclui o falante dentro do seu campo de interesse. “Assim, o senso comum atribuía (e talvez atribua até hoje) à pragmática tudo o que dizia respeito à significação do usuário, mas de difícil formalização ou tratamento teórico.” (NEGRI, 2006:08)

Da maioria das visões que apresentamos, podemos depreender que a pragmática *mainstream* se debruça sobre tudo aquilo que não pode ser calculado, ao passo que a semântica seria o exemplo de disciplina que se ocupa do que pode, efetivamente, ser alcançado por cálculos – apesar de sabermos que coisas que não são formalizáveis em certos

---

<sup>31</sup> “So the multiplicity of alternative definitions may well seem greater than it really is.”

<sup>32</sup> “Defend, by example, the claim that the concepts of pragmatics can be made as mathematically precise as any of the concepts of syntax and formal semantics; to show that one can recognize and incorporate into abstract theory the extreme context dependence which is obviously present in natural language without any sacrifice to standards of rigor.”

momentos podem passar a sê-lo e, por isso, não é necessariamente verdade que as abordagens pragmáticas não possam ser formalizáveis e calculáveis.

No entanto, a discussão de Gazdar que apresentamos aqui parece ser extremamente interessante por apresentar uma formalização do que sejam enunciados e contextos. Ela será útil no capítulo 4, adiante, quando incluiremos na discussão uma teoria “semântica dinâmica”, que irá se apoiar em pressupostos semelhantes a esses.

### 1.3 DISCUSSÃO DE PRESSUPOSTOS

O breve levantamento metodológico e epistemológico que trouxemos nas seções anteriores serve como base para a discussão dos pressupostos teóricos da semântica e da pragmática no que diz respeito ao seu objeto mas, além disso, para clarear um pouco o limite da fronteira entre as duas disciplinas. Endossamos, aqui, o ponto de vista Negri (2006), que afirma que

O ponto mais importante a se ressaltar é o de que a definição dos contornos, dos objetos e da consistência das disciplinas não se dá *per se* ou intrinsecamente a partir da sua natureza, mas sim é definida especularmente na relação de como cada uma se define e consequentemente redefine o outro termo do par. (NEGRI, 2006:118).

Essa afirmação, de certa forma, legitima a preocupação que temos em apresentar a discussão que se segue. Em Pires de Oliveira & Basso (2007), também encontramos um interesse na discussão de pressupostos teóricos e da delimitação da fronteira entre disciplinas, já que, ao longo do texto, os autores apresentam diversos pontos de vista sobre a delimitação do objeto da sintaxe, da semântica e da pragmática. No entanto, o ponto mais interessante é a resenha que fazem de Ilari (2000[1997]), para quem “a diferença básica [entre as teorias] não está na relação dos signos com suas referências e entre eles e os interlocutores (...) mas no próprio objeto de análise”. (PIRES DE OLIVEIRA e BASSO, 2007:10)

Segundo esses autores,

a natureza do objeto semântico e do pragmático é distinta: o objeto semântico é previsível (um cálculo que vale sempre), ao passo que o pragmático só pode ser “calculado” *a posteriori*, isto é, podemos explicar o cálculo depois que o fizemos, mas não há como saber de antemão o resultado, porque ele depende de fatores imponderáveis (de uma combinação de muitos fatores). (2007:10)

E, de fato, parece ser verdade que os fenômenos considerados estritamente pragmáticos são resultados de fatores não calculáveis *a priori*. No entanto, esse tipo de tomada de posição acarreta uma série de problemas, e, como consideram mais adiante no texto, a distinção dos fenômenos pragmáticos não está exatamente no fato de ele ser *calculável* ou não, mas em ser *cancelável* ou não.

Fenômenos pragmáticos podem ser previsíveis, mas eles podem ser sempre canceláveis. Fenômenos semânticos são os resultados de deduções lógicas (acarretamentos) e por isso são sempre previsíveis e não canceláveis, já que não é possível cancelar uma dedução. Levinson (2000) aponta essa como sendo a propriedade essencial das implicaturas e dos fenômenos pragmáticos: elas se ancoram em inferências não-monotônicas, isto é, em raciocínios que podem ser refeitos ou desfeitos. (2007:13)

As implicaturas de uma proposição são, em geral, o exemplo prototípico de fenômeno pragmático e, portanto, elas podem ser canceladas. Tomemos (3):

- (3)    (3a)    - Maria, a sopa está sem sal.
- (3b)    - Quer que eu passe o saleiro?
- (3c)    - Não, não foi isso que eu quis dizer.

A implicatura gerada pela fala em (3a) (algo como “quero que você me passe o saleiro”) foi cancelada, porque em (3b) o indivíduo interpretou (3a) como sendo um pedido, enquanto era possivelmente uma constatação, conforme podemos conferir em (3c). Nesse caso, parece ser consenso que a implicatura é perfeitamente cancelável.

Segundo os autores, para Ilari, essas implicaturas conversacionais seriam o exemplo prototípico de um fenômeno pragmático. Por outro lado, dêixis, pressuposição e atos de fala (que vêm sendo considerados também fenômenos pragmáticos por teóricos tanto da semântica quanto da pragmática) seriam exemplos de fenômenos semânticos, uma vez que podem ser calculados antes, ou seja, são previsíveis. “Por exemplo, ao proferir ‘Prometo X’ o falante sempre se compromete com a realização de X: assim, de ‘Prometo X’ podemos inferir ‘Me comprometo com a realização de X.’.” (2007:11)

Por outro lado, segundo Ilari, não é possível prever se alguém que diz, por exemplo, “Maria saiu”, quer ou não significar “Podemos ir embora”. Para Pires de Oliveira e Basso, inferir uma informação da outra “só é possível se, dado um tanto de conhecimento compartilhado por falante e ouvinte (um contexto), o ouvinte fizer uma aposta de que é essa a intenção do falante. O sistema por si só não pode gerar essa inferência.” (2007:11). E, além



disso, que não se pode, de antemão, prever que o falante queria dizer “Podemos ir embora.” ao proferir “Maria saiu”.

Ou seja, o cálculo só pode ser feito depois. Podemos dizer que “Maria saiu” significa “Podemos ir embora” se soubermos que, em um determinado contexto, é necessário que Maria saia para que outras pessoas, incluindo o autor da sentença, possam ir embora. A conta, então, só pode ser feita “de trás para frente”, ou seja, não se sabe o que o falante quis dizer conhecendo apenas a primeira proposição, isolada de um contexto.

Essas seriam as implicaturas conversacionais particulares. No entanto, Pires de Oliveira e Basso detectam uma falha na argumentação de Ilari, que não estaria distinguindo esse tipo de implicatura daquela conversacional generalizada, e afirmam que não há como dar um tratamento semântico às implicaturas que Grice chamou de “escalares”, já que o raciocínio que as sustenta

depende crucialmente de uma passagem que não pode ser justificada apenas recorrendo-se à estrutura lógica (ou semântica); há uma passagem em que a opinião do intérprete entra no “cálculo”, subjetivando-o, impondo-lhe o seu gosto e a sua sagacidade para interpretar a opção do falante.(2007:14)

ou seja, para que ocorra a interpretação do que o falante proferiu, é necessário incluir aspectos pragmáticos no cálculo. Além disso, cabe observar que Ilari não chegou a publicar nenhum trabalho no qual comprovasse as suas intuições a respeito desses fenômenos.

Outra proposta de distinção entre semântica e pragmática, apontada por Pires de Oliveira e Basso, é a de Stalnaker (1972). Segundo a distinção deste autor, o contexto seria o grande divisor de águas entre a semântica e a pragmática, porque esta “mobiliza o contexto nas suas explicações; enquanto a semântica não depende do contexto.” (2007:15). Para esse modelo, a pragmática teria duas tarefas, segundo os autores: explicar como o contexto determina a proposição e como se dá a “performance” dos atos linguísticos. “Há, assim, dois tipos de problemática pragmática: uma ao redor do conceito de atos de fala, tomados no sentido amplo de entender como as implicaturas ocorrem, e outra que diz respeito a como o contexto determina a proposição” (2007:15), ou seja, como o contexto altera a sentença que foi colocada em uso naquela situação.

Sobra, portanto, para a semântica, o estudo da proposição. Afirmam os autores que, se nos balizarmos pelo que Stalnaker está propondo, devemos deixar de lado a hipótese de que a semântica se ocupa da valoração de verdade, porque disso decorreria que ela seria incapaz de captar nuances de significado, como a diferença entre as sentenças “João veio” e “Até João

veio”. No entanto, “há a pressuposição de uma escala e o posicionamento de João no ponto mais baixo dessa escala, o que permite a inferência de que todos vieram (se o falante está afirmando que (até) o menos esperado veio, então está livre para inferir que todos os demais vieram).” (2007:15). Captar essas diferenças é, para Stalnaker, na leitura dos autores, objeto da semântica.

O texto de Pires de Oliveira e Basso, evidentemente, não se resume apenas a esses poucos pontos, mas creio que esse levantamento de trechos da discussão serve para demonstrar que tipo de ponto de vista os autores defendem. Além do exposto, eles afirmam que estão “advogando que o pragmático não se caracteriza por nenhuma dessas características tomadas isoladamente, mas pela sua combinação: o pragmático é não-calculável, contextual e cancelável”(2007:18) e que

o semântico, embora dependente desse julgamento em contexto, porque a caracterização da proposição só é possível a partir dele, se dá na sua independência, porque seu objeto de estudos é a proposição que se caracteriza por carregar não apenas as informações sobre as condições de verdade, mas também sobre as condições de admissibilidade (sobre o contexto em que ela é feliz). (2007:18)

Contudo, a cancelabilidade não parece ser um critério distintivo, uma vez que aparentemente podemos cancelar qualquer proposição, ainda que em graus diferentes. Podemos cancelar até mesmo o que já dissemos, reformulando ou mesmo retirando o que foi dito, e essa seria uma forma de cancelar a parte “semântica” de um enunciado<sup>33</sup>.

Aparentemente, a dificuldade da cancelabilidade de uma proposição é inversamente proporcional à sua calculabilidade. Assim, quanto mais fácil calcular o significado de uma proposição *a priori*, menos cancelável ela é (como uma sentença como “Todo homem é mortal”, isolada de contexto, objeto da semântica) e, quanto menos calculável *a priori*, mais cancelável (como os enunciados que são objeto da pragmática).

Toda essa discussão sobre os limites das disciplinas queria tentar entender que objetos podem ser entendidos como sendo de uma ou de outra disciplina, mas pudemos perceber que os limites não são tão claros assim e essa discussão é permeada de embates teóricos. Estes

---

<sup>33</sup> Pensemos num exemplo como o seguinte, que adaptamos de uma sugestão da banca de qualificação: “João é um homem. Todos os homens são mortais, portanto João é mortal. Mas não, eu me enganei, João é o cachorro empalhado que fica no meu escritório, então ele não é mortal coisa nenhuma.” Evidentemente, não temos um cancelamento do mesmo nível e com as mesmas consequências que um cancelamento pragmático (do tipo A: “Nossa, você emagreceu”, B: “Tá dizendo que eu tava gorda?”, A: “Não, eu não quis dizer isso”), mas ainda assim é um cancelamento.

embates dentro de disciplinas científicas, como sabemos, são a base para a construção da ciência e, de forma alguma, poderiam deixar de existir, pois, sem eles, não haveria processo científico nem teorias possíveis. Além disso, o próprio embate entre os teóricos pode ser material de análise da filosofia das ciências.

No entanto, como sabemos, teorias são incomensuráveis e, de acordo com Pires de Oliveira e Basso (2007), admitimos que

Como estamos num plano de descrição de fenômeno e não de fenômenos diferenciados, a escolha por uma descrição pragmática e/ou semântica cabe ao pesquisador no âmbito de sua pesquisa, nos horizontes de seus interesses, ou seja, ela é arbitrária e, portanto, pode ser normativa na medida em que enquadrar um dado trabalho automaticamente enquadra os outros, e assim fechamos um círculo já traçado na introdução [daquele trabalho].(2007:18)

Concordamos com esse ponto de vista no sentido em que qualquer tipo de proposta pode ser feita para analisar os fenômenos da língua, desde que ela seja coerente e capaz de tratá-los de uma forma adequada. Ou seja, o que se espera de uma teoria é que ela utilize todos os seus recursos para dar conta do fenômeno que pretende observar e que seja capaz de fazê-lo com uma coerência interna e, principalmente, levando em conta os pressupostos que a teoria escolhida carrega. Não se trata de um “vale-tudo”, mas da liberdade sitiada que um cientista tem: a partir do momento que escolhe uma teoria, é necessário que ele arque com as consequências da sua escolha.

De forma alguma uma teoria pode ser considerada melhor que a outra e é impossível traçar comparações entre elas, a não ser que a medida seja o poder explicativo que cada uma possui frente aos mesmos fenômenos. A escolha teórica, portanto, não diz respeito a estar mais perto da verdade, mas a poder explicar mais concisa e coerentemente determinado fenômeno.

Além disso, sabemos ser evidente que a apresentação do oponente teórico não vai deixar de ser uma mera redução do que a teoria contempla – porque, se assim não fosse, seria impossível dar conta de tanto material teórico – mas é possível, e desejável, tratar o oponente com mesma dignidade com que se apresenta a linha teórica que se está tomando por aliada. O que esse capítulo procurou demonstrar, portanto, foi a diferença de pressupostos, de metodologia e de epistemologia entre a semântica e a pragmática, na tentativa de evidenciar como o embate se estabelece e qual é o estado da zona de fronteira entre as duas.

Assim, pudemos perceber que a escolha por uma ou outra teoria não é apenas justificada empiricamente, mas pelo interesse do pesquisador em abordar um fenômeno que tradicionalmente está inscrito dentro dela. No próximo capítulo, apresentaremos o fenômeno que escolhemos como objeto deste trabalho enquadrado tanto em teorias funcionalistas quanto formalistas e que isso não parece prejudicar o seu tratamento.

## 2. Cada macaco no seu galho - Expressões idiomáticas e ditados populares

Os processos linguísticos pelos quais têm origem as expressões idiomáticas e lexias têm sido objeto de estudos de diversas linhas teóricas, cujas abordagens podem ser sincrônicas ou diacrônicas; discursivas, sintáticas, pragmáticas, semânticas e morfológicas. Nos diversos campos de pesquisa da linguística, o que se entende por lexias não parece ser consenso e é comum que muitos teóricos comecem seus textos explicando que tipo de (re)categorização do fenômeno pretendem fazer.

Em geral, entende-se por lexia – ou expressão idiomática<sup>34</sup> – aquele tipo de expressão da língua cuja significação foge ao princípio da composicionalidade. Claudia Xatara, Huelinton C. Riva e Tatiana Helena C. Rios, em artigo intitulado “As dificuldades na tradução de idiomatismos”, apresentam a seguinte definição: “expressão idiomática é uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural” (Xatara, 1998, apud XATARA, RIVA E RIOS, 2002:184). Segundo esses autores, para identificarmos uma expressão idiomática, é necessário se considerar

a indecomponibilidade da unidade fraseológica (quase não existindo possibilidade de substituição por associações paradigmáticas), a conotação (sua interpretação semântica não pode ser feita com base nos significados individuais de seus elementos) e a cristalização (consagração de um significado *estável*). (2002:184)

Assim, as expressões idiomáticas parecem não funcionar de acordo com o princípio da composicionalidade, o que faz delas alvo de estudo de outras teorias, principalmente não formais. Conforme afirma Gross<sup>35</sup>, “a definição clássica de expressão cristalizada consiste no fato do seu significado não poder ser calculado a partir de seus componentes” (GROSS, 1982 apud VALE, 1999: 164).

Dizer de uma expressão que seu significado é composicional significa dizer que seu significado é uma função dos significados dos elementos que fazem parte daquela sentença.

---

<sup>34</sup> Neste trabalho, usaremos os termos indistintamente.

<sup>35</sup> GROSS, M. Une classification des phrases “figées” du français. *Revue Québécoise de Linguistique*, Montréal: UQAM, v. 11, n. 2, p. 151- 185, 1982.

Ou seja, significa dizer que cada um dos membros daquela sentença possui um significado que será “adicionado” aos outros para que a o completo significado da sentença. Isso decorre do “princípio de composicionalidade”, atribuído a Frege (1892)<sup>36</sup>, que postula que não apenas sentenças, mas quaisquer expressões compostas, são funções de significado das suas partes imediatas.

No entanto, como vimos, as expressões idiomáticas fogem a esse princípio (o que estes autores chamaram de “conotação”, possivelmente entendendo que, como não é o sentido literal que está em jogo, o sentido seria “conotativo”. Há um salto teórico e de pressupostos aqui não descrito pelos autores.)

Isso, contudo, não é motivo para excluir esse fenômeno das observações formalistas, principalmente as que dividem o significado das expressões em composicional ou não-composicional. Por exemplo, Nunberg, Sag e Wasow (1994: 491, apud GAZZANA, M.A., 2008:17) afirmam que “a idiomaticidade está fortemente ligada a não-composicionalidade na literatura da gramática gerativa”.

De acordo com Maria Tereza Camargo Biderman, Gross (1982), em um célebre estudo sobre expressões idiomáticas, “nota que os linguistas geralmente atribuíram às expressões cristalizadas (*expressions figées*) um caráter de exceção, de anomalia linguística e não tentavam propor maneiras de tratamento científico para elas” (BIDERMAN, 2005:747). Existem diversos tipos de estudo a respeito dessas expressões, muito embora a grande maioria se volte ao ensino de línguas estrangeiras e à confecção de dicionários.

Dentro da linguística formal, no entanto, explicações e análises são extremamente raras, dado que essas expressões parecem solicitar análises que envolvam o que é interacional (pelo fato de esses linguistas admitirem que a significação das expressões idiomáticas se dá na interação, e não *a priori*) e que grande parte das teorias formais parece carecer de ferramentas capazes de englobar esse aspecto, que é, por vezes, deixado de fora de seu escopo como uma escolha epistemológica – ou, ainda, metodológica. Análises morfológicas, sintáticas e semânticas, no entanto, podem ser feitas, desde que observada a natureza multifacetada do objeto.

---

<sup>36</sup> Esse princípio é comumente atribuído a Frege, embora ele não o tenha enunciado da maneira como o conhecemos. Segundo Bart Geurts (2006), “[esse princípio] é às vezes chamado de ‘princípio de Frege’, mas é sabido que em nenhum lugar de seus textos Frege apóia esse princípio em tantas palavras.”) GEURTS, B. “Compositionality: the real problem”. In: Hans-Martin Gärtner, Sigrid Beck, Regine Eckardt, Renate Musan, and Barbara Stiebels (org.), *Between 40 and 60 puzzles for Krifka*. 2006. p.1.

Os pontos principais de discussão deste capítulo são, portanto, tentar definir o que são expressões idiomáticas; destacar dentro desse conjunto maior o que são os ditados populares; discutir brevemente o fenômeno da lexicalização e fazer algumas considerações sobre a significação destas expressões.

## **2.1 EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS ENQUANTO EXPRESSÕES LEXICALIZADAS**

Antes mesmo de olharmos para o fenômeno da lexicalização, vamos definir o que estamos entendendo por léxico. Utilizaremos, para fins deste trabalho, a noção de léxico como o inventário de palavras de uma língua. Assumimos, assim como Maria Tereza Camargo Biderman, em seu texto “Unidades complexas do léxico”, que “o léxico de uma língua inclui unidades muito heterogêneas – desde monossílabos e vocábulos simples até sequências complexas formadas de vários vocábulos e mesmo frases inteiras como é o caso de muitas expressões idiomáticas e provérbios.” (BIDERMAN, 2005:747), embora com o adendo de que o léxico pode conter pedaços menores que monossílabos e mesmo outros elementos que poderiam estar no intervalo entre vocábulos simples e sentenças inteiras.

Dessa forma, expressões lexicalizadas são aquelas que, de uma forma ou outra, estão gravadas nesse acervo lexical e podem ser acessadas a qualquer momento pelos falantes como uma única entrada, ou seja, como um único bloco. Em “O estudo dos sintagmas bloqueados no gênero informe”, Mara Medeiros Cardoso afirma que “as expressões lexicalizadas consistem em um conjunto de palavras cujos elementos andam mais ou menos intimamente ligados para denotarem certa ideia” (CARDOSO, 2008: 116), ou seja, são entradas lexicais acionadas em bloco, não individualmente, que possuem certa unidade mesmo que em graus diferentes de ligação interna. Cardoso afirma, ainda, que “a lexicalização pressupõe uma combinação frequente no discurso e se configura como uma escolha em bloco pelos falantes” (2008:116), corroborando o que afirmamos acima.

Cardoso apresenta o ponto de vista de Pottier (1973 *apud* Cardoso 2008)<sup>37</sup> sobre as expressões lexicalizadas. Ela afirma que, para este autor, as palavras e lexias estão em níveis diferentes e que, “quando o falante diz ‘quebrar um galho’, ‘bater as botas’, ‘barra-limpa’”, ‘pelo amor de Deus’, não constrói essa combinação no momento em que fala, mas tira o conjunto de seu repertório lexical.” (2008:117) Além disso, afirma que “as lexias são

---

<sup>37</sup> POTTIER, Bernard. *Estruturas linguísticas do português*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

formadas ao atingir um grau de aderência tão forte entre os termos que se tornam estáveis como um vocábulo, apresentando, assim, as características essenciais da palavra: a inseparabilidade e irreversibilidade das partes articuladas.” (2008: 118)

Afirmar, no entanto, que as expressões idiomáticas possuem um grande grau de aderência não significa, contudo, dizer que não possuam uma estrutura interna. Tim Ifill, em seu artigo “Seeking the Nature of Idioms: A Study in Idiomatic Structure”, afirma que “lexias não são átomos cristalizados sem estrutura – elas têm uma estrutura interna significativa, que é responsável por muito do seu comportamento” (IFILL, 2002:03)<sup>38</sup> e “que lexias são um aspecto muito importante da língua, e que elas deveriam ser incluídas no léxico” (2002:03)<sup>39</sup>.

Citando o trabalho de Jackendoff (1997), Ifill afirma que

uma consequência de admitir as lexias no léxico é que isso lhes permite ter algum tipo de estrutura interna. Se uma lexia é um listema sintagmático, ela representa uma unidade linguística – e terá uma estrutura linguística interna: sintática, semântica, morfológica, fonológica. (Jackendoff, 1997 apud IFILL, 2002:06).<sup>40</sup>

Além disso, Ifill afirma que “as lexias são expressões sintagmáticas fixas, mas elas não são completamente cristalizadas”<sup>41</sup> (2002:06), reiterando a possibilidade de olhar para dentro da sua estrutura para poder buscar o que acontece ali.

Outro ponto interessante desta discussão é o que Castilho (2004) suscita com a proposta de Givón (1979)<sup>42</sup>, para quem a “Pragmática alimenta a Gramática, sustentando que por gramaticalização também se entende o trânsito das estruturas pragmáticas para a sintaxe. Tornou-se famosa sua explicação de que as construções de tópico se gramaticalizam como sujeito.” (CASTILHO, 2004: 983). Com base nisso, podemos pensar que as expressões idiomáticas, se vistas como um fenômeno pertencente ao pragmático, poderiam transitar numa via de mão dupla, ou seja, ao mesmo tempo um fenômeno pragmático e que trazem implicações a gramática – e, como entendemos, também para o léxico.

---

<sup>38</sup> “I will then argue that idioms are not frozen structureless atoms –they do have significant internal structure, which is responsible for much of their behavior.”

<sup>39</sup> “(...)That idioms are a very important aspect of language, and that they should be included in the lexicon.”

<sup>40</sup> Jackendoff, Ray. 1997. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge, Mass.: MIT Press. “One consequence of admitting idioms to the lexicon is that it permits them to have internal structure of some kind. If an idiom is a phrasal listeme, it represents a linguistic unit – it will have internal linguistic structure: syntax, semantics, morphology, phonology.”

<sup>41</sup> “We will see that idioms are fixed phrasal expressions, but they are not completely frozen forms.”

<sup>42</sup> GIVÓN, Talmy (1979). *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press.



A questão de relacionamento do léxico com a pragmática, no entanto, parece fazer mais sentido pensando-se nas lexias mais do que nos itens gramaticais. Biderman afirma que “o fenômeno da lexicalização de combinatórias lexicais (sintagmas discursivos) não se verifica de modo uniforme e reiterado e também logicamente estruturável. Acresce ainda que os falantes muitas vezes discordam sobre o grau de cristalização de tais sequências.” (2005:747). A principal consequência disso, apontada por Biderman, é que “assim, as fronteiras de demarcação do que já está estocado no tesouro lexical da língua e o que é combinatória discursiva são fluidas” (2005:747).

De certa forma, é o mesmo ponto de vista de Cardoso, quando afirma que “a lexicalização é um processo que se consolida em diferentes graus de fixação ou aderência. Por esta razão, muitos autores preferem usar o termo ‘expressões lexicalizadas’, ‘grupo fraseológico’, a ‘expressões fixas’, ‘frases feitas’, pois estas últimas noções pressupõem um certo grau de cristalização, que nem todos os grupos apresentam.” (CARDOSO, 2008:116)

É como se o léxico fosse frequentemente alimentado por expressões lexicalizadas provenientes do discurso, embora não seja fácil, como afirmou Cardoso, identificar os níveis dessa cristalização. Um exemplo bastante interessante dos impasses que isso cria pode ser encontrado no artigo “The phrasal lexicon”, de Joseph D. Becker (1975), que faz uma tentativa de organizar as expressões cristalizadas em grupos, ou mesmo no texto de Silvia Palma, “Donde manda el capital no manda el guerrillero”, que tenta enquadrar os ditados populares dentro das categorias da gramática tradicional, como veremos detalhadamente mais adiante nesse trabalho. O que fica claro da leitura desses textos, no entanto, é que, no limite, as expressões não se ajustam tão bem quanto o esperado. Uma parecem mais cristalizadas que as outras e é muito difícil encontrar homogeneidade dentro das categorias.

### **2.1.1 Propostas de classificação e análise das expressões idiomáticas**

Pottier (1973, apud CARDOSO, 2008:117) propõe quatro categorias diferentes para organizar o léxico. A primeira delas, chamada “lexia simples”, seria composta por itens que se conformam à definição de palavra adotada tradicionalmente na literatura (embora saibamos que a própria definição de *palavra* não é consensual, costuma-se chamar de clássica a definição bloomfieldiana, para quem uma palavra é “uma forma que pode ser enunciada sozinha (com significado), mas não pode ser analisada em partes que podem (todas elas) ser

enunciadas sozinhas (com significado)”<sup>43</sup>). Exemplos dessas lexias simples seriam “árvore”, “sair”, “agora”.

A segunda categoria seria a das “lexias compostas”: duas palavras que compõem um “todo” semântico, ou seja, palavras como “primeiro-ministro”, “para-brisa”, que coincidem com as definições clássicas de palavras compostas.

A terceira categoria criada por Pottier seria a das “lexias complexas”, *i.e.*, expressões formadas por elementos que não podem ser separados sem que isso acarrete uma mudança do significado não-composicional da expressão. Exemplos de lexias complexas seriam “guerra-fria”, “mesa-redonda”, “mortalidade infantil”, “pôr a mão na massa”. Para o autor, expressões dentro dessa categoria estariam a caminho de serem lexicalizadas.

Por fim, a quarta categoria seria a das “lexias textuais”: provérbios, títulos de certas obras salientes em um determinado contexto sócio-cultural, ou qualquer outro tipo de construção que comporte um enunciado de domínio público, como “quem tudo quer, nada tem”; “muito barulho por nada”, etc. Aparentemente, bordões de novelas e de programas de humor entrariam nessa categoria também. Essas categorias estão relacionadas tanto à formação das sequências quanto à sua unidade de significado, o que parece nos mostrar mais uma vez que são dois aspectos indissociáveis desse tipo de expressão.

Uma tentativa de categorização semelhante é feita por Joseph Becker, em seu artigo “The phrasal lexicon”, no qual o autor afirma que

As estruturas que estou discutindo neste artigo foram frequentemente jogadas para debaixo do tapete com afirmações do tipo “Ah, isso é uma expressão idiomática”. O resultado é que, agora, encontramos coisas muito diferentes debaixo do mesmo tapete. Para substituir o inútil termo “expressão idiomática” por uma taxonomia com algum conteúdo, proponho seis categorias principais de expressões lexicais. As categorias são listadas em ordem crescente de “tamanho” dos membros, como as descrições nas próximas duas páginas mostrarão. (BECKER, 1975:05)<sup>44</sup>

Para ele, portanto, podem ser identificadas seis classes de lexias diferentes agrupadas por critérios morfológicos, sintáticos e semânticos e de “tamanho dos membros”, como ele

---

<sup>43</sup> BASILIO, Margarida. O conceito de vocábulo na obra de Mattoso Câmara. DELTA, São Paulo, v. 20, 2004. Disponível em <http://tinyurl.com/25h37f4>.

<sup>44</sup> “The structures I am discussing in this paper have often been swept under the rug by means of the disclaimer ‘Oh, that’s an *idiom*’. The result is that we now find a variety of apples and oranges under the same rug. In order to replace the useless term “idiom” with a taxonomy of some substance, I am proposing six major categories of lexical phrases. The categories are listed in order of increasing “size” of the members, as the descriptions on the next two pages should make apparent.”

mesmo afirma. A primeira categoria seria a das “multi-palavras”, que não admitem variabilidade nem troca de nenhum de seus termos por outro para não prejudicar seu sentido global.<sup>45</sup> Sua função seria a mesma de palavras simples, e os exemplos dados pelo autor seriam “a profissão mais antiga do mundo”, “o melhor amigo do homem”, entre outras.

A segunda classe seria a dos “restritores frasais”, que incluiria palavras capazes de restringir a variação de uma sentença e até mesmo sentenças inteiras caso sejam invariáveis. A sua função, portanto, seria “especificar como uma função particular expressiva é aplicada em materiais semânticos particulares” (1976:06), ou seja, a função de “pura” na sequência “pura coincidência” seria simplesmente enfatizar (embora possamos ter “mera coincidência”, que enfatizaria ainda mais), mas ficaria estranho substituímos “pura” ou “mera” por “real” ou “verdadeira” – que seriam ainda adjetivos intensificadores, com a diferença de não estarem cristalizados. Outros exemplos citados pelo autor são “oportunidade de ouro” e mesmo alguns compostos nos quais palavras difíceis de encontrar em outros contextos aparecem, como seria o caso de “ledo engano”, “próspero ano novo” e “bodas de ouro” (ou “bodas de prata”), em português.

A classe número três seria a de expressões com baixa variabilidade, de extensão “curta para média”, chamadas de “meta-mensagens”. Essas expressões teriam a função de direcionar a enunciação, ou seja, mostrar quebras de expectativas e atitudes proposicionais, por exemplo. “Falando nisso”, “Mudando de assunto”, “Mudando de saco pra mala”, “e só”, seriam exemplos em português dessas construções (novamente, os exemplos em inglês não puderam ser traduzidos sob o risco de serem deixados de lado).

Os “construtores de sentença”, que constituem a quarta categoria dessa classificação, seriam expressões “maiores que sentenças” que conteriam “lacunas” que o falante pode preencher de acordo com a situação e com o que pretende falar. Para o autor, esse tipo de construção “difere das outras classes de expressões lexicais porque a sua identidade está

---

<sup>45</sup> O professor Luiz Arthur Pagani, que fez parte da banca de qualificação desse trabalho, observou de forma muito pertinente que essas expressões se comportam de formas diferentes nos níveis sintáticos e semânticos, e que talvez esse rótulo de “multipalavras” faça mais sentido para a computação, área de onde vem esse teórico. Segundo Pagani, “(...) a questão aqui é mais a de que sintaticamente ele continua se comportando como um SN, ainda que semanticamente ele tenha se especializado (ainda que possamos dizer “o melhor amigo do homem não é o cachorro” e isso não é uma contradição, soaria apenas como uma discordância em relação a quem é o melhor amigo do homem), assim como “quebrar o galho” e “bater as botas” continuam se comportando sintaticamente como um predicado.”

ligada mais à sua semântica do que precisamente na sua ordenação lexical.” (1975:17)<sup>46</sup>. Exemplos seriam “*puxar o tapete* [de alguém]”, “[isso] *é sopa*”, “[a pessoa] *está cagando e andando para* [isso]”, “[esse vinho] *é de quinta categoria*”, etc.

A quinta classe, composta pelas “proposições situacionais”, abriga proposições completas, “geralmente conhecidas como as frases corretas para determinadas situações e podem ser usadas fora de contexto para gerar algum efeito”(1975:07)<sup>47</sup>. Becker cita exemplos como “Acho que hoje não é o meu dia”, “Posso fazer [isso] com uma mão nas costas”, “É um problema na rebimboca da parafuseta”, “Como não pensei nisso antes”, etc.

Por fim, a sexta categoria seria a de “textos decorados”, que consiste, precisamente, em textos conhecidos e compartilhados por uma comunidade que os memorizou. Os ditados populares, nomes de livros famosos, *slogans* de comerciais, frases de pára-choque de caminhão são exemplos desse tipo de expressão lexicalizada.

Outra proposta de classificação das expressões idiomáticas é apresentada ainda por Maria Teresa Camargo Biderman, de um estudo feito por Ornella Corazzari (1992), intitulado “Phraseological Units”<sup>48</sup>. Segundo Biderman, Corazzari propõe que essas estruturas complexas sejam chamadas de “unidades fraseológicas [UFs]” e afirma que sua identificação é “fundamental para a análise computacional de textos porque elas se comportam irregularmente tanto morfossintaticamente (sic) como semanticamente.” (BIDERMAN, 2005:750) Da mesma forma que os autores anteriores, Biderman afirma que essas expressões “não se trata[m] de um problema linguístico menor” e que “tais UFs incluem uma vasta gama de combinações que foram estudadas superficialmente pelos linguistas teóricos.” (2005:750)

De acordo com Biderman, Corazzari define unidades fraseológicas como “sequências de palavras que têm uma coesão interna do ponto de vista semântico e que possuem propriedades morfossintáticas específicas.” (2005:751) De acordo com a leitura que Biderman faz de Corazzari, UFs “são sequências de, pelo menos, duas palavras separadas por brancos, hífen ou apóstrofes” que, “embora sejam compostas por mais de uma palavra, (...) se classificam funcionalmente como uma única categoria léxico-gramatical.” (2005:750).

---

<sup>46</sup> “Sentence builders differ from previous classes of lexical phrases in that their identity often hangs more on their semantics than on their precise wording.”

<sup>47</sup> “Utterances which are known to be the appropriate thing to say in certain circumstances. May be used out of context for effect.”

<sup>48</sup> CORAZZARI, O. (1992), *Phraseological Units*, Consiglio Nazionale delle Ricerche. Istituto di Linguistica computazionale. Network of European Reference Corpora (NERC), serial nº 68, Pisa (manuscrito).

Basicamente, é um modo de isolar um tipo de expressão idiomática, ainda que ancorado mais na ortografia do que no seu funcionamento linguístico.

O comportamento gramatical é uma propriedade interessante desse tipo de unidade, já que compostos com N+Adj se comportam como substantivos; expressões que sejam do tipo V+Complemento se comportam sintaticamente como verbos e assim por diante.

Biderman, ainda citando Corazzari, salienta que existem graus diferentes de cristalização nas expressões lexicalizadas (que, *grosso modo*, é o que ela está chamando de “unidades fraseológicas”), ou seja, “de um ponto de vista sintático as UF têm graus diferentes de cristalização, isto é, elas resistem a algumas manipulações morfossintáticas (transformações, inserção de modificadores, flexão) e comutações léxicas que são geralmente possíveis com construções equivalentes comuns. (Corazzari,1992,05, *apud* BIDERMAN, 2005: 751)

Corazzari propõe, ainda segundo Biderman, uma subclassificação triádica das UFs: *expressões idiomáticas*, *colocações* e *metáforas mortas* como uma forma de olhar ainda mais para o interior dessas estruturas. Segundo essa subclassificação, *expressões idiomáticas* são aquelas cujo significado total não depende do sentido de cada um de seus componentes, já que são expressões opacas. Ao contrário, as *colocações* seriam semanticamente transparentes e “formadas de itens lexicais que geralmente co-ocorrem” (2005:751). Por fim, as *metáforas mortas* seriam aquelas expressões cujo significado metafórico é estereotipado (o exemplo citado pela autora é “ter os pés na cova”).

Finalmente, Biderman aponta, ainda, autores que, apesar de também usarem o termo “unidades fraseológicas”, propõem outros tipos de divisão desse conjunto maior. Um exemplo disso seria dividir em

expressões *fixas*, *semi-fixas* e *variáveis*, dependendo do tipo de modificações morfossintáticas que elas admitem. As *semi-fixas* aceitam variações lexicais e flexões de alguns de seus componentes até um determinado ponto, enquanto as *variáveis* admitem a inserção de modificadores (adjetivos, advérbios). (2005:751)

Como podemos ver, as categorizações precedentes são tentativas de classificação que não deixam de lado os aspectos sintáticos, semânticos e discursivos das expressões lexicalizadas. Mais uma vez nos damos conta de que qualquer tipo de análise dessas expressões que deixe de contemplar um desses aspectos vai parecer insuficiente.

No entanto, o fato de os critérios utilizados para a categorização serem de origens diversas torna esse tipo de classificação pouco útil, porque não ajuda na análise dos dados,

nem tampouco ajuda a solucionar as irregularidades dentro das categorias. Além disso, os limites dos critérios são um pouco tênues, o que dificulta a inclusão das expressões dentro das categorias.

Nesta seção ainda, apenas para apresentar uma proposta de tratamento das expressões idiomáticas por um viés formal, trazemos a apresentação que Ifill (2002) faz de uma proposta que Jackendoff (1997) baseou em um *corpus* que catalogou a partir de um programa de TV, chamado “Wheel of Fortune” (Roda da Fortuna). Segundo Ifill, grosseiramente classificadas, as expressões idiomáticas se encaixariam nos seguintes grupos: (1) compostos, como “filme preto e branco”, ou “programa de fidelidade”; (2) lexias, como “respirar ar puro” e “eles tiveram seus altos e baixos”, (3) nomes próprios, como [*Clint Eastwood*], [*Boston, Massachussetts*] (porque geralmente mencionamos o nome de uma cidade sucedido do nome do estado onde ela fica), trator [*John Deere*]; (4) clichês, como “mulher de amigo meu pra mim é homem” ou “se é seu amigo é meu amigo”; (5) nomes de canções ou de livros [ou filmes], como “Garota de Ipanema” ou “Nove semanas e meia de amor”; (6) citações famosas, como “Nunca antes na história desse país”, por exemplo, e (7) frases estrangeiras, como *au contraire* ou *persona non grata*.<sup>49</sup>

Ifill afirma que é o fato de existir um número tão grande de expressões desse tipo a que os cidadãos têm acesso que intrigou Jackendoff. Segundo ele, “Jackendoff (1997) cita uma estimativa de 25.000 para o número total de expressões idiomáticas em inglês (há uma estimativa semelhante para o francês), o que é da mesma ordem de grandeza do número de palavras isoladas no léxico” (IFILL, 2002:03)<sup>50</sup>.

A proposta de Jackendoff, sustentada por Ifill, é que podemos olhar para a estrutura de uma expressão e entender como se dá seu funcionamento morfológico, sintático e semântico, além de aproximá-las das expressões comuns da língua. Dessa forma, trata-se não de excluir as expressões por serem diferentes, mas tornar disponível um modelo de análise formal para essas expressões. Quanto ao tratamento sintático das sentenças, Ifill apresenta um modelo chamado de “**restrição de continuidade**”, baseado na tradição dos estudos gramaticais da Teoria da Gramática Gerativa. Para ele, o núcleo de um VP de uma expressão

---

<sup>49</sup> Alguns exemplos de Ifill foram adaptados.

<sup>50</sup> “Jackendoff (1997) cites one estimate of 25,000 for the total number of such fixed expressions in English (there is a similar estimate for French), which is the same order of magnitude as the number of individual words in the lexicon.”

idiomática rege<sup>51</sup> apropriadamente o que virá depois e o significado da expressão não é dado apenas por esse nó, mas pela soma do VP todo (isso se assumirmos que todas as expressões idiomáticas possuam um VP e então selecionamos dentro das categorias anteriormente listadas apenas as que apresentarem um verbo).

Isso, em última análise, se aproxima imensamente do que o Modelo X-barras da gramática gerativa propõe para sentenças não-idiomáticas. E é exatamente essa a proposta, ou seja, se é possível aplicar uma análise formal a esse tipo de expressão que vem sendo tratado na literatura como marginal, é possível pensar nela como um fenômeno linguístico muito semelhante aos outros.

Em relação à “restrição de continuidade”, o autor apresenta considerações feitas por O’Grady (1998)<sup>52</sup>. Este autor analisa a expressão idiomática como uma cadeia feita a partir do núcleo, que em geral é um nome (assim, “cor de burro quando foge” teria o núcleo “cor”, que selecionaria “burro”, responsável por selecionar “quando foge” e “de”). Dessa forma, as expressões ficariam restritas ao tipo de constituinte selecionado pelo núcleo, o que permite que se façam previsões sobre que tipos de expressões idiomáticas podem ou não ser formadas. Além disso, a cadeia formada dentro da expressão não pode ser quebrada.<sup>53</sup> Isso, de certa forma, vem a corroborar a afirmação de Corazzari, citada por Biderman (2005), de que essas unidades se comportam como uma única categoria funcional.

Essa análise, como podemos perceber, está preocupada em mostrar o funcionamento sintático das expressões. Dessa forma, ela é capaz de prever apenas que tipo de estrutura sintática pode acontecer e isso baseada apenas nas expressões que já acontecem, o que parece não dizer nada sobre o significado da expressão.

Mas, ainda que ela possa parecer pouco conclusiva, é uma investida formalista na explicação do fenômeno que joga luz na semelhança que as expressões idiomáticas possuem com respeito às não-idiomáticas – um aspecto pouquíssimo considerado dentro desse tipo de estudo. Conforme Ifill,

---

<sup>51</sup> De acordo com Miotto, Figueiredo-Silva e Vasconcellos Lopes (2007), regência pode ser definida como uma relação na qual um núcleo lexical  $\alpha$  comanda o item a ser regido, ou seja,  $\alpha$  rege  $\beta$  se ambos estiverem sob uma projeção que  $\alpha$  domine simultaneamente (a menos que  $\alpha$  domine  $\beta$ ). (MIOTTO, C., SILVA, M. C. F., LOPES, R. E. V. (2007). *Novo manual de sintaxe*. 3ª. Edição. Florianópolis: Insular.p.207)

<sup>52</sup> O’GRADY, William. 1998. The Syntax of Idioms. In *Natural Language and Linguistic Theory* 16: 279-312.

<sup>53</sup> Não nos alongaremos muito nesse tipo de análise, por fugir do foco desse trabalho. Para informações mais detalhadas a respeito, cf. IFILL (2002), O’GRADY (1998), ZEEVAT (1995).

A restrição de continuidade não apenas descreve a estrutura de expressões idiomáticas existentes, mas faz previsões sobre que tipo de expressões pode ou não existir. Como nós vimos, existem previsões de onde podem ocorrer posições variáveis dentro da expressão podem estar – apenas no final das cadeias, mas é útil olhar para como uma expressão hipotética poderia violar a restrição. (2002: 22)<sup>54</sup>

Todas as tentativas anteriores de classificação, sem exceção, são bastante interessantes e parecem apresentar, em comum, a hipótese de que os ditados populares são expressões idiomáticas também, o que justifica plenamente a breve discussão que fizemos, até aqui, sobre o fenômeno da lexicalização. No tópico a seguir, apresentaremos alguns testes para demonstrar o comportamento sintático e semântico das expressões idiomáticas.

### 2.1.2 Alguns testes

Maria Teresa Camargo Biderman, discutindo os critérios utilizados para a classificação das Unidades Fraseológicas, afirma que eles não consistem apenas em determinar em que classe as expressões devem ser inseridas e que, para que uma categorização mais interessante seja proposta, são necessários testes.

Entre construções totalmente cristalizadas (p. ex. *bilhete azul, tudo azul*) e menos cristalizadas (p. ex. *tomar uma decisão/ tomar uma importante decisão, tomar qualquer decisão*) e entre EI (p. ex. *levar a ferro e fogo*) e não idiomáticas (*levar em conta, levar em consideração*) há muitos casos intermediários que mostram graus diferentes de cristalização e de idiomaticidade. (2005:756)

Não é o objetivo deste trabalho categorizar expressões idiomáticas conforme as classificações anteriores, mas discutir brevemente questões morfossintáticas e semânticas das lexias. Para isso, é interessante fazer alguns testes com essas estruturas e verificar qual o seu comportamento nesses níveis. O fenômeno que pretendo analisar neste sub-item não são todas as expressões lexicalizadas, mas apenas as expressões que constituem um VP (verbos e seus complementos e adjuntos), ou seja, expressões do tipo “*bater as botas*”, “*quebrar a cabeça*”, “*dar com os burros n’água*”, etc. É interessante observar que a diferença entre uma expressão idiomática e uma sentença cristalizada, considerada um ditado popular, parece ser que

---

<sup>54</sup> “The Continuity Constraint not only describes the structure of existing idioms, but it makes predictions about what kind of idioms can and can’t exist. As we’ve seen, it has predicted where variable positions in idioms can be – only at the end of chains, but it is helpful to look at what a hypothetical idiom might look like which breaks the constraint.”



enquanto aquelas são apenas trechos de sentenças, os ditados populares não admitem a variação do sujeito.

#### **2.1.2.1 Nível morfossintático**

Biderman, em “Unidades complexas do léxico”, apresenta um teste, baseado em Xatara (1994), sobre a liberdade que as expressões idiomáticas apresentam no nível morfossintático. Para ela, a sintaxe das sentenças cristalizadas “não difere da sintaxe de uma sequência livre.” (BIDERMAN, 2005: 748)

A fim de verificar a hipótese de Biderman e Xatara, vamos testar três expressões lexicalizadas e submetê-las a flexões verbais de perfeito, futuro, condicional, presente, gerúndio e imperfeito na tentativa de ver até que ponto a morfossintaxe dessas expressões pode ser alterada. A escolha desses tempos verbais foi direcionada para que os aspectos iterativo, perfectivo e imperfectivo fossem contemplados. Dessa forma, esperamos constatar o quanto a lexicalização influencia os processos morfológicos e sintáticos.

##### **(4) Bater as botas**

- (a) João bateu as botas.
- (b) O médico disse que João baterá as botas se não parar de fumar.
- (c) Se não quiser bater as botas, é melhor não se arriscar.
- (d) ? João bate as botas.<sup>55</sup>
- (e) João está batendo as botas.
- (f) ? João batia as botas.

##### **(5) Quebrar a cabeça.**

- (a) Maria quebrou a cabeça com o problema.
- (b) Maria quebrará a cabeça com o trabalho de morfologia.

---

<sup>55</sup> Na literatura, é frequente a utilização do ponto de interrogação para indicar estranhamento dos níveis semântico ou pragmático. Para fins deste trabalho, utilizaremos o ponto de interrogação quando o significado não composicional da expressão não for mantido ou quando for, pelo menos, parcialmente perdido, mesmo que a expressão seja semanticamente e pragmaticamente aceita para o significado composicional.

- (c) Se a Maria quebrar a cabeça, quem sabe resolva o problema.
  - (d) A Maria quebra a cabeça toda vez para resolver equações.
  - (e) Maria está quebrando a cabeça com matemática na escola.
  - (f) Maria quebrava a cabeça com problemas de física.
- (6) Dar com os burros n'água.
- (a) Pedro queria arrumar um emprego novo, mas deu com os burros n'água.
  - (b) Pedro dará com os burros n'água quando tentar fazer isso.
  - (c) Se Pedro der com os burros n'água, eu estarei lá pra apoiar.
  - (d) Pedro dá com os burros n'água toda vez que começa um novo negócio.
  - (e) Pedro está dando com os burros n'água outra vez.
  - (f) Pedro sempre dava com os burros n'água antes de aprender computação.

Há uma liberdade morfológica nas sentenças acima em relação à flexão verbal, ou seja, o sentido das expressões não se altera com a mudança do tempo verbal. No entanto, imperfeito, ou seja, no presente e no imperfeito, com ideia de continuidade, “*bater as botas*” perde o sentido não-composicional. Isso se deve, possivelmente, ao significado pontual do evento que denota “*bater as botas*” – ou seja, morrer.

Esse resultado é bastante semelhante ao que propõe Tim Ifill, que afirma que “as diferenças na conjugação dos verbos podem parecer menores a princípio, mas elas são a peça chave da evidência que indica que essas expressões devem ter algum tipo de estrutura interna.” (2002:07)<sup>56</sup>

Para investir um pouco mais no comportamento sintático dessas expressões, podemos colocar advérbios encaixados no VP, de modo a testar se a modificação da sintaxe compromete o sentido das expressões.

(7) Bater as botas

- (g) João bateu muito cedo as botas.

---

<sup>56</sup> “These differences in the conjugation of the verbs may seem minor at first, but they are the first key piece of evidence which indicates that these idioms must have an internal structure of some kind.”

- (h) O médico disse que João baterá aos poucos as botas se não parar de fumar.
  - (i) Se não quiser bater depressa as botas, é melhor não se arriscar.
- (8) Quebrar a cabeça.
- (g) Maria quebrou muito cedo a cabeça com o problema.
  - (h) Maria quebrará aos poucos a cabeça com a dissertação de mestrado.
  - (i) Se a Maria quebrar depressa a cabeça, quem sabe resolva o problema.
- (9) Dar com os burros n'água.
- (g) Pedro queria arrumar um emprego novo, mas deu muito cedo com os burros n'água.
  - (h) Pedro dará aos poucos com os burros n'água quando tentar fazer isso.
  - (i) Se Pedro der depressa com os burros n'água, eu estarei lá pra apoiar.

Aparentemente, todas as sentenças apresentam o mesmo grau de aceitabilidade. Biderman aponta outros tipos de irregularidades na significação das expressões quando submetidas a outros testes. Segundo ela, algumas expressões cristalizadas sem verbo não sofrem flexão de número, como “*comunhão de bens*”, “*bodas de prata*”, “*jogo de panelas*”, não podem ser usadas no singular; “*linha dura*”, “*mercado negro*”, “*queda livre*”, não podem ser usadas no plural; e outras são híbridas, como “*aos pés de/ ao pé de*”, “*jogo de palavra/ jogos de palavra/jogo de palavras*”, etc. (2005: 753). Como se trata de um teste morfológico interessante, vamos reproduzi-lo com algumas expressões do tipo verbo+objeto e verificar se a flexão de número altera seu significado.

- (10) Ficar a ver navios / ? Ficar a ver navio
- (11) Chegar de mãos abanando / Chegar de mão abanando
- (12) Pegar com as calças curtas / ? Pegar com a calça curta
- (13) ?Dourar as pílulas/ Dourar a pílula
- (14) Fazer nas coxas / ? Fazer na coxa
- (15) ?Comprar gatos por lebres / Comprar gato por lebre
- (16) ? A dar com os pés / A dar com o pé

- (17) Falar pelos cotovelos / Falar pelo cotovelo
- (18) Deixar as barbas de molho / Deixar a barba de molho
- (19) Chorar as pitangas / ? Chorar a pitanga
- (20) Bater as botas / ? Bater a bota
- (21) Misturar alhos com bugalhos /? Misturar alho com bugalho
- (22) Ir pentear macacos / Ir pentear macaco
- (23) ?Começar com os pés direitos / Começar com o pé direito
- (24) ?Catar milhos / Catar milho

Como pudemos observar, o comportamento flexional observado por Biderman (2005) se repete, pois pudemos encontrar VPs que podem ser utilizados nos dois números, VPs que só podem ser utilizados no singular e outros, só no plural. Esse teste também serve para reiterar a seguinte observação, feita por Ifill:

Tem sido largamente observado que palavras individuais dentro de uma expressão idiomática não podem ser substituídas por sinônimos e ainda manter a sua leitura idiomática. Isso é o que as qualifica como formas fixas. Na maioria das proposições não-idiomáticas, um falante pode usar sinonímia para criar uma nova sentença com o mesmo significado semântico. Esse não é o caso das lexias. (2002:08)<sup>57</sup>

As reflexões que se seguem a esses testes são as comparações com frases chamadas por Biderman de “sequências livres”.

As sequências livres são aquelas em que sujeito e complemento têm distribuição livre, sendo as únicas restrições e coerções as determinadas pela semântica. Inversamente, os sintagmas cristalizados são frases do mesmo tipo, porém, em que um ou vários dos actantes são lexicalmente invariáveis. (2005:748).

Biderman cita ainda Gross (1982)<sup>58</sup>, que opera com cerca de 8.000 frases ou expressões cristalizadas do francês. Nesse trabalho, afirma Biderman, o autor constatou que “objetos e complementos parecem ser mais cristalizados que os sujeitos” (BIDERMAN,

---

<sup>57</sup> “It has been widely noted that the individual words in an idiom can not be replaced by synonyms and still retain the idiomatic reading of the phrase. This is what qualifies them as fixed forms. In most non-idiomatic discourse, a speaker can use synonymy to create a new sentence with the same semantic meaning. This is not the case for idioms.”

<sup>58</sup> GROSS, M. (1982), “Une classification des phrases figées du français”, in *Revue québécoise de linguistique*, v. 11, n. 2, pp. 151-185.

2005: 748). Segundo ela, Gross afirma isso baseado na observação de que “(...) havia menos de 600 sujeitos fixos” (2005:748). Disso decorre, adicionalmente, que “as formas cristalizadas, que são tradicionalmente consideradas como exceção, ocupam no léxico um volume comparável àquele das formas livres correspondentes.” (Gross, 1982:181 *apud* BIDERMAN, 2005:749).

Além disso, cabem algumas observações a respeito da estrutura sintática das expressões. Segundo Figueiredo Silva “enquanto os elementos de um sintagma podem ser separados por certos processos sintáticos, os elementos que integram um composto nunca podem sofrer qualquer desses processos” (FIGUEIREDO SILVA, 2006:03).

Apresentaremos alguns testes sintáticos simples para verificar a cristalização ou não de algumas expressões idiomáticas. O primeiro desses testes é a topicalização, no qual oporemos afirmação e negação:

- (25) A ver navios, João não ficou. / A ver navios, João ficou.
- (26) De mãos abanando, João não chegou. / De mãos abanando, João chegou.
- (27) As barbas de molho, João não deixou. / As barbas de molho, João deixou.
- (28) ?A pílula, Maria não dourou. / ?A pílula, Maria dourou.

Podemos ver que o sentido composicional se perde, principalmente em (28). Em (25), (26) e (27), se tivermos uma afirmação ao invés da negação, o sentido composicional fica um pouco mais embaçado. Podemos, ainda, passivizar a sentença, ou seja, transformá-la de voz ativa em de voz passiva:

- (29) ? Os navios ficaram sendo vistos por João.
- (30) \* As mãos foram chegadas abanando por João.
- (31) ?As barbas foram deixadas de molho por João.
- (32) ?A pílula foi dourada por Maria.

Podemos notar que, em nenhuma delas, o significado não-composicional parece permanecer. O mesmo se observa quando transformamos as sentenças em perguntas:

- (33) ? Que navios João ficou a ver?

- (34) ? Que mãos João chegou abanando?
- (35) ? Que barbas João deixou de molho?
- (36) Que pílula foi dourada por Maria?

Nesses casos, podemos pensar em algum contexto que permita a utilização destas sentenças, como, por exemplo, se pensarmos que o interlocutor quer saber o que foi, exatamente, que João perdeu, ou que ficou esperando, ou que realidade Maria mascarou. No entanto, vemos que a não-composicionalidade do sentido está diretamente ligada ao engessamento da estrutura, ou seja, modificações sintáticas não são permitidas sem que se altere, substancialmente, o significado mais comum da expressão.

No caso dos testes morfossintáticos, a flexão é permitida pelo comportamento do próprio verbo: muitas das expressões possuem VPs infinitivos, e é evidente que esses verbos podem ser submetidos à flexão pela sua natureza sem que se comprometa o sentido não composicional do VP.

#### **2.1.2.2 Nível semântico**

Desde a primeira tentativa de definição das expressões idiomáticas que apresentamos neste trabalho, um critério semântico tem sido trazido à tona: a não-composicionalidade do sentido global da expressão e, como dito anteriormente, esse é um critério bastante caro à semântica.

Segundo Valle (1999: 164), “na construção das expressões cristalizadas pode-se dizer que a maioria esmagadora dos casos parte de uma metáfora” e, dessa forma, pode-se pensar que testes semânticos podem ser propostos, uma vez que estudos da metáfora são comuns dentro das teorias semânticas. Portanto, o fato de o princípio da composicionalidade ter sido violado na significação desse tipo de expressão não significa que análises semânticas não possam ser feitas. Como o objetivo deste trabalho não é fazer análises exaustivas da semântica de todas as expressões idiomáticas, mas principalmente do tipo que iremos discutir no item 2.2 adiante, os ditados populares, aqui iremos desenvolver alguns testes semânticos muito simples, a título de ilustração desses comportamentos.

Neste item, mencionamos muito rapidamente as características aspectuais dos tempos verbais submetidos ao teste. No entanto, a estranheza que encontramos no teste (4) se deveu à

incompatibilidade do aspecto do verbo com a natureza do evento denotado. O teste, repetido como (37) abaixo, trouxe uma expressão que denota um evento que necessariamente apresentará uma culminação, enquanto (5), repetido como (38) abaixo, traz um evento sem culminação, que a literatura convencionou chamar “atividade”.

(37) Bater as botas

- (j) João bateu as botas.
- (k) O médico disse que João baterá as botas se não parar de fumar.
- (l) Se não quiser bater as botas, é melhor não se arriscar.
- (m) \* João bate as botas
- (n) João está batendo as botas.
- (o) \* João batia as botas.

(38) Quebrar a cabeça.

- (j) Maria quebrou a cabeça com o problema.
- (k) Maria quebrará a cabeça com o trabalho de morfologia.
- (l) Se a Maria quebrar a cabeça, quem sabe resolva o problema.
- (m) A Maria quebra a cabeça toda vez para resolver equações.
- (n) Maria está quebrando a cabeça com matemática na escola.
- (o) Maria quebrava a cabeça com problemas de física.

Seria interessante desenvolver testes semânticos que pusessem em foco a não-composicionalidade da expressão, e ver em que medida essas mudanças alteram seu significado lexicalizado. Um teste possível seria trocar alguns itens lexicais por outros de significados do mesmo campo semântico, ou seja, palavras com significados afins, para ver se o sentido se mantém. Nesse teste, ignoraremos as categorias lexicais e executaremos a troca no foco da sentença.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Foco é um conceito semântico pragmático, que se opõe à noção de escopo. Segundo Meireles e Hardarik (2007), “escopo é um conceito semântico que indica o alcance da ação de um operador.” Enquanto foco seria o equivalente do clássico *rema*, e indica “o componente de maior peso em termos de informatividade” (2007:66).

- (39) Ficar a ver navios /\* barcos / \* lanchas
- (40) Chegar de mãos abanando / \* mãos chacoalhando / \* mãos balançando
- (41) Dourar a pílula / \*o comprimido / \* a cápsula
- (42) Fazer nas coxas / nos braços / nas mãos
- (43) Comprar gatos por lebres /\* gatos por cães / \* gatos por coelhos

Todas as trocas vocabulares foram mal-sucedidas, resultando em expressões ou estranhas, ou de significado não composicional (utilizamos asterisco para marcar a não aceitabilidade semântica da sentença, e não sua agramaticalidade como é de praxe), exceto por (42), que, embora possua as duas possibilidades que apresentamos lexicalizadas, elas não têm o mesmo significado e não são, portanto, comutáveis.

Apesar de os resultados serem esperados para essas expressões, esse tipo de teste poderia ser útil na tentativa de descobrir se novas expressões estão lexicalizadas ou não. Encerrados os testes com as expressões idiomáticas, na próxima seção iremos apresentar e discutir o comportamento dos ditados populares, objeto desta dissertação.

## **2.2 DITADOS POPULARES**

O que estamos chamando de “ditados populares” é aquilo que o senso comum convencionou chamar assim ou, ainda, chama de provérbios. Esse tipo de nomenclatura não é essencialmente acadêmica, mas corresponde exatamente ao fenômeno que é o escopo deste trabalho. Na literatura, encontramos mais comumente a designação “expressões idiomáticas”, embora essa classificação, como já vimos, abrigue também algumas expressões com configurações diferentes. Os ditados populares podem ser entendidos tanto como uma categoria autônoma de expressões idiomáticas quanto uma subcategoria delas. Como não há unanimidade a esse respeito, essa é uma questão que deixaremos de lado, embora prefiramos a hipótese de que se trate de um tipo de expressão idiomática com um funcionamento um pouco distinto.

---

Utilizaremos a noção de foco em detrimento da de escopo porque “o foco não é pré-determinado; seu posicionamento está sempre relacionado a um operador semântico ou pragmático” (2007:66).



Quando olhamos para a definição de expressões idiomáticas, anteriormente apresentada, encontramos a seguinte constatação de Pottier: “as lexias são formadas ao atingir um grau de aderência tão forte entre os termos que se tornam estáveis como um vocábulo, apresentando, assim, as características essenciais da palavra: a inseparabilidade e irreversibilidade das partes articuladas.” (POTTIER apud CARDOSO, 2008: 118).

Essa não parece ser uma característica dos ditados populares, porque apesar de eles terem um grau de aderência forte, suas partes não são completamente inseparáveis ou irreversíveis (pensemos, por exemplo, em situações nas quais o ditado é apenas parcialmente enunciado, como “*Quem semeia ventos...*” ou “(...) *A César o que é de César...*”, ou, ainda, em um enunciado como “*O coração não sente o que os olhos não veem*”, na qual a ordem canônica do ditado foi invertida).

Outra diferença bastante relevante dos ditados populares com relação às expressões idiomáticas prototípicas é o fato de que, enquanto estas se aplicam a diversas situações (pelos motivos que veremos a seguir), os ditados populares parecem trazer uma certa “verdade geral”, ou uma aplicabilidade a uma gama de situações delimitada por certas características comuns, ou seja, se aplicam apenas em contextos mais restritos.

É pertinente destacar o que Biderman (2005) afirma sobre os ditados populares. Para ela, esse seria “o caso mais extremo de unidade complexa e heterogênea” (BIDERMAN, 2005:756). Por apresentar uma grande rigidez, esse tipo de expressão não é entendido como uma sequência discursiva, mas sim como um fruto da cultura, herdada junto com o léxico.

É preciso enfatizar que a questão das EIs [expressões idiomáticas] nos remete ao domínio da norma e não da língua. Assim sendo, [os ditos populares] são aprendidos de cor como se aprende o vocabulário do idioma e eles fazem parte do acervo da cultura e não do sistema linguístico. Por outro lado, sabemos que estas expressões vão sendo armazenadas na memória individual e na memória coletiva e passam a fazer parte do léxico da língua. (2005:756)

Ao afirmar que os ditados populares fazem parte do “acervo da cultura e não do sistema linguístico”, pode parecer que a autora exclui o fenômeno dos estudos linguísticos, no entanto a afirmação de que elas “passam a fazer parte do léxico da língua” redimensiona o lugar e a inclusão desse fenômeno.

Corazzari (2005) acrescenta mais uma voz a essa discussão. Para ela, “cada termo deste sintagma [um ditado popular] não conserva sua identidade própria e se torna assim não-analisável. Por essa razão, os constituintes de uma EI que seja ao mesmo tempo um ditado

popular se tornam indissociáveis, não permitindo a supressão ou acréscimo de um elemento. As EIs são típicas de uma nação e enraizadas na sua cultura.” (CORAZZARI, 2005:756), embora nós possamos objetar que há expressões idiomáticas que se repetem em culturas distintas, o que modularizaria a interpretação dessa afirmação.

Na lexicalização de estruturas como ditados populares, por exemplo, podemos perceber, além das modificações de significado, perdas fonológicas<sup>60</sup>. Oto Araújo Vale, em “Expressões cristalizadas: transparência e opacidade”, salienta que “se comparamos a gramaticalização com as expressões cristalizadas, notamos que ambos os fenômenos têm em comum o fato de que existe um esvaziamento de significado de seus elementos.” (VALE, 1999: 164).

Como já deve ter ficado claro, não concordamos com a ideia de que as expressões idiomáticas não podem ser tratadas formalmente e nossa tentativa a esse respeito é discutir suas possibilidades de tratamento. Sintaticamente, poderíamos olhar para as expressões idiomáticas levando em consideração a sua lexicalização (ou seja, tais expressões não estariam suscetíveis à criatividade linguística do falante, porque seriam armazenadas já prontas) e, ainda, poderíamos separá-las de outros tipos de expressões pela sua constituição formal.

Assim, um grupo seria o das expressões que são apenas um VP – e, como tal, possuem somente as características apresentadas por VPs, ou seja, não possuem um sujeito, mas são submetidas à flexão de tempo e aspecto e são até mesmo suscetíveis à modificação por adjuntos e complementos. Nesta categoria, estariam as expressões idiomáticas que discutimos na seção anterior, que admitem qualquer tipo de sujeito (desde que não seja semanticamente bloqueado), por exemplo:

(44) Bater as botas

- a. João bateu as botas.
- b. Meu cachorro vai bater as botas logo.

(45) Pagar mico

---

<sup>60</sup> Como a história apócrifa da origem do idiomatismo “Cuspido e escarrado”, que originalmente teria sido “Esculpido em Carrara”; ou a da quadrinha popular “Batatinha quando nasce/ se esparrama pelo chão”, que originalmente teria sido “espalha a rama pelo chão”.

- c. Maria pagava mico todo dia na escola.
- d. As atrizes pagaram mico usando vestidos iguais na festa.

(46) Dar com a língua nos dentes

- e. Pedro sempre dá com a língua nos dentes.
- f. Acho que alguém acabou dando com a língua nos dentes.

Já o outro grupo seria o das expressões cujos SpecVP não podem variar (e mesmo partes do VP e de adjuntos e complementos também não podem). Ou seja, expressões como

(47) De grão em grão, a galinha enche o papo.

- g. ? De grão em grão, a vaca enche o papo.
- h. ? De grão em grão, a codorna enche o papo.

(48) A vaca foi para o brejo.

- i. ? O touro foi pro brejo.
- j. ? As ovelhas foram pro brejo.
- k. Meu trabalho já foi para o brejo.<sup>61</sup>

(49) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau.

- l. ? Em casa de ferreiro, a janela é de pau.
- m. ? Em casa de pedreiro, o espeto é de pau.

Como vimos, a alteração dos especificadores dos VPs faz com a que o sentido cristalizado dessas expressões fique comprometido. Isso acontece até mesmo quando o termo modificado na sentença não é o Spec VP, mas qualquer outro termo interno c-comandado pelo VP.

Alguém poderia objetar que o significado não composicional não se perde completamente com essas modificações, e por vezes não fica comprometido a ponto de os

---

<sup>61</sup> Cremos que há a possibilidade de tratar “ir para o brejo” como um VP, principalmente por conta de sentenças como (48k). No entanto, enquanto “ditado popular”, o sentido fica comprometido quando se troca o SpecVp.

envolvidos na enunciação não conseguirem perceber que se trata de uma expressão lexicalizada. Este é o ponto de vista que assumiremos neste trabalho e trataremos disso posteriormente.

Além disso, não há nada que vete sintaticamente outras modificações internas na sentença, como a negação ou mesmo a substituição de termos lexicais por outros do mesmo campo semântico, embora não se saiba qual o critério de restrição que a sentença utiliza, que permite que realizemos, em (50), por exemplo, no lugar de “vaca”, “boi”, quase sem perder o significado não-composicional, mas não “porco”.

(50) A vaca foi para o brejo.

n. A vaca não foi pro brejo.

o. ? O boi foi pro brejo.

p. ?? O porco foi pro brejo.

(51) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau.

q. ? Em casa de ferreiro, a janela é de pau.

r. ? Em casa de pedreiro, o espeto é de pau.

No entanto, apesar de serem produtivas e suscitarem muito a ser dito sobre expressões idiomáticas, as análises sintáticas serão deixadas de lado neste trabalho, porque o objetivo principal, aqui, é demonstrar o funcionamento semântico dessas expressões.

Saindo dos testes sintáticos e trabalhando um pouco mais com a questão semântica, poderíamos pensar, por outro lado, em categorias que levassem em consideração apenas esse critério. Para isso, poderíamos pensar na teoria de tipos semânticos, utilizada pela Gramática Categorical. Assim, o conjunto das expressões idiomáticas poderia ser classificado, juntamente com as demais expressões da língua, como argumentais (que denotam uma entidade do tipo  $\langle e \rangle$ ), ou como predicativas (que denotam uma propriedade, como  $\langle e, t \rangle$ ). Dessa forma, haveria expressões do tipo “o bode expiatório” que denotariam um indivíduo, cuja categoria seria  $\langle e \rangle$ , e expressões como “perna de pau”, do tipo  $\langle e, e \rangle$ ; expressões como “quebrar a cara”, “bater as botas”, que selecionariam um  $\langle e \rangle$  e são, portanto, do tipo  $\langle e, t \rangle$ . No entanto, como esse tipo de semântica não diferencia as expressões idiomáticas das outras, ela não é suficiente para a explicação que pretendemos atingir.

Como essa perspectiva semântica não está preocupada diretamente com o significado intensional dessas expressões e, sim, com a sua denotação, não nos deteremos nesse tipo de classificação. A semântica que queremos propor aqui, longe de não ser formalizável, precisa estar preocupada não apenas com a denotação ou com as condições de verdade, mas também com a não-composicionalidade e com o significado não literal dessas expressões.

Aparentemente, há algo no interior da significação das expressões idiomáticas que é mais ou menos estável, mais ou menos calculável: não se diz, por exemplo, em uma situação em que o filho de um escritor famoso se torna também um renomado escritor que “em casa de ferreiro o espeto é de pau”, por exemplo.<sup>62</sup> <sup>63</sup>Assim, parece que estamos diante de um fenômeno linguístico que, ao mesmo tempo em que possui uma significação que não obedece ao princípio da composicionalidade e, portanto, deveria estar excluído dos estudos da semântica, faz uso de mecanismos muito semelhantes àqueles que utilizamos para interpretar expressões metafóricas, discutidas e analisadas por teorias filiadas a essa disciplina.

Não é óbvio, no entanto, que toda expressão com significado conotativo traga à tona uma “novidade”: algumas dessas expressões não têm mais *status* de metáfora, sejam os casos de certos tipos de metáforas já lexicalizadas, como “Maria é um doce”, “João é uma baleia” e “Pedro é um gato”, por exemplo, ou os casos de metonímia e sinédoque. Essas expressões, como muitas outras, são um caso cuja significação pode ser deduzida, de certa forma, *a priori*. Além disso, se pensarmos em termos pragmáticos, esses usos linguísticos se dão em contextos bastante previsíveis, e parece pouco provável que alguém se interesse em gastar tempo ‘desvendando’ os enigmas desse tipo de metáfora. As mais interessantes, acredito, são aquelas cuja significação precisaríamos depreender no momento da enunciação.

Por outro lado, há algo nos ditados populares que os torna diferentes da metáfora – entre outras coisas, porque a sua significação é estável e dada *a priori*. Dessa forma, parece

---

<sup>62</sup> Existem mesmo alguns testes de QI (cuja procedência não podemos garantir) veiculados pela internet que propõem como teste de “inteligência linguística” utilizar esses “ditados populares” em situações adequadas. Não se pode dizer se, de fato, esse teste serve para identificar se um sujeito tem ou não a dita “inteligência linguística”, mas essas questões servem para vermos como parece extremamente insólito utilizar uma expressão no lugar de outra cujo significado não seja equivalente; ou seja, parece haver uma manutenção de sentido dentro de cada um desses usos.

<sup>63</sup> Por outro lado, pode-se argumentar, com base nas máximas conversacionais de Grice, que se um interlocutor de fato emprega esse “dito popular” nessa situação está querendo significar alguma outra coisa. Não é, entretanto, o que estou querendo dizer. Evidentemente, falantes podem fazer coisas muito inusitadas com a língua, e podem inclusive trabalhar com as nuances de significado entre “famoso escritor” e “renomado escritor”, mas a questão é puramente de adequação à situação.

que estamos diante de um fenômeno que apresenta traços marcantes de sua significação dependendo tanto do nível pragmático quanto do semântico. Longe de precisar ser um fenômeno excluído pelas duas teorias, se é pertinente o que discutimos em Legroski (2010) e aqui retomamos, as metáforas podem ter um tratamento dentro da semântica formal por meio da semântica dinâmica, uma corrente bastante desenvolvida na Holanda, criada por Jeroen Groenendijk e Martin Stokhof. A aplicação que pretendemos fazer da semântica dinâmica à aos ditados populares será discutida adiante.

### **2.2.1 Tentativa de classificação dos ditados populares**

Um texto interessante, pela tentativa de caracterização dos ditados populares é o de Palma (2009). Essa autora não é filiada à semântica formal nem à pragmática, mas à semântica argumentativa, e sequer recorre a mecanismos formais para fazer sua caracterização, porém servirá como ponto de partida para a nossa discussão. Seu objetivo é observar que tipo de estratégias os falantes utilizam quando querem modificar as estruturas dos ditados populares para produzirem novos enunciados a partir deles. Segundo a autora, esse tipo de recurso é comumente utilizado na publicidade ou mesmo em veículos de humor, mas entendemos que, claramente, qualquer falante é capaz de realizar modificações assim na linguagem cotidiana.

Por outro lado, o interesse da autora pela estratégia de mudança pode ter muito a dizer sobre como temos internalizado o que é um ditado popular e como fazemos para reconhecê-lo. Isso ajudaria a resolver um de nossos problemas iniciais, o de mapear o que são esses ditos populares e como são constituídos.

Segundo Palma (2009), autores como Arnaud (1991) e Corpas Pastor (1996) assinalam que os ditados populares precisam obedecer aos seguintes critérios: lexicalização, autonomia sintática, autonomia textual, valor de verdade geral e caráter anônimo. Essas condições não nos parecem totalmente necessárias, uma vez que o caráter anônimo não parece vetar ao uso de certas expressões cuja autoria é reconhecida, como é o caso do bíblico “*Dai a César o que é de César*” ou da corruptela da citação shakespeariana “*Há mais coisas entre o céu e a terra do que julga nossa vã filosofia*”. Tampouco parecem suficientes, pois, conforme assinala Palma, “os ditados populares possuem, além desses traços, um sentido metafórico, certas

particularidades fônicas (ritmo e rima), um fundo de tradição e uma finalidade didática ou dogmática” (PALMA, 2009: 108)<sup>64</sup>.<sup>65</sup>

Palma, no entanto, ressalta que, em geral, os ditados populares apresentam determinadas figuras sintáticas que se repetem. A autora faz uma classificação sintática mais voltada para a gramática tradicional do que para as atuais pesquisas em sintaxe (tanto gerativa quanto categorial, por exemplo), mas a transcreveremos aqui pela tentativa de caracterização detalhada que ela apresenta.

- Paralelismo de construção, como: *“Tal pai, tal filho”*; *“Quem com ferro fere, com ferro será ferido”*.

- A repetição de palavras homófonas ou polissêmicas que funcionam com acepções diferentes: *“A mulher deve se dar ao fuso, não ao uso”*.

- Disposição cruzada de elementos paralelos: *“Se não pode ter o que quer, queira tudo o que pode”*; *“Azar no jogo, sorte no amor”*.

- Paralelismo e anáfora: *“Filho mimado, filho mal-criado”*, *“Filho criado, trabalho dobrado”*.

- Antítese ou contraposição: *“Quem semeia ventos, colhe tempestades”*, *“Os últimos serão os primeiros”*.

Quanto à apresentação sintática, essas expressões podem não possuir verbo, serem sentenças simples ou complexas:

- a) Orações simples: *“O hábito não faz o monge”*; *“Não se conta com o ovo dentro da galinha”*;

- b) Orações complexas: Às vezes, aparecem justapostas, mas geralmente se constroem com conjunções de coordenação (*“O homem põe e Deus dispõe”*; *“Deus cria a cobra e o Diabo dá asas”*). Também podem ser encontradas estruturas comparativas (*“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*); ou indicações da relação entre os elementos constituintes (*“Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”* (consequência), *“Mesmo*

---

<sup>64</sup> “Los refranes poseen además de estos rasgos un sentido metafórico, ciertas particularidades fónicas (ritmo e rima), un fondo de tradición y una finalidad didáctica o dogmática.”

<sup>65</sup> Dizer, no entanto, que os ditados possuem uma finalidade didática ou dogmática é assumir uma posição da semântica argumentativa, que não é a linha teórica com a qual trabalharemos. Porém, a constatação de que essas expressões possuem um traço metafórico reitera a nossa hipótese e, nesse sentido, podemos analisá-las dentro de outras perspectivas teóricas.

*que a freira se vista de seda, continua freira*” (concessão), “*Se não és casto, sê cauteloso*” (condição)).

Em relação às expressões sem verbo, Palma (2009) cita o trabalho de Alarcos Llorach (1995), que distingue, ainda, quatro categorias:

a) Quando os dois membros justapostos remetem ao mesmo referente e formam uma equação semântica, com uma pausa ou uma inflexão melódica de contraste: “*Nuvem baixa, sol que racha*”, “*rei morto, rei posto*”.

b) Se o primeiro membro é um substantivo e o segundo, um substantivo precedido de uma preposição, é a entonação que marca o contraste entre eles. Nesse caso, o exemplo de que a autora lança mão em espanhol não justifica a afirmação (“*De tal palo, tal astilla*” e “*Em casa del herrero, cuchillo de palo*”) e tampouco encontramos ditados em português capazes de fazê-lo.

c) Se o primeiro substantivo está determinado pelo segundo, não há pausa: “*Cada macaco no seu galho*”.

d) Quando os dois elementos estão relacionados por uma conjunção e apresentam a mesma estrutura: “*Hoje casamento e amanhã cansamento*”, “*Os cães ladram e a caravana passa*”.

Além disso, se observarmos mais atentamente a estrutura do dito popular, Palma (2009) afirma que podem ser notadas as seguintes características:

I) O sujeito é responsável por determinar a que categorias os ditados podem pertencer. Essa atribuição se daria através dos seguintes procedimentos:

- Uma proposição relativa sem antecedente, invariavelmente introduzida por *quem*, como: “*Quem cala, consente*”; “*Quem semeia ventos, colhe tempestades*”;

- Um substantivo com artigo definido, com valor genérico: “*A ocasião faz o ladrão*”

II) A morfologia dos complementos corresponde, geralmente, à do sujeito gramatical.

- quando há artigo definido, é tanto no sujeito quanto no complemento: “*O hábito não faz o monge*”; “*O que os olhos não veem, o coração não sente*”.

- a ausência de artigo também se dá nos dois lados da sentença: “*Rei morto, rei posto*.”

- Os dêiticos, quando aparecem, perdem a propriedade de serem dêiticos: “*Dize-me com quem andas e eu te direi quem és*”; “*Não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje*”.



III) Nomes próprios, quando utilizados, o são apenas para remeter a pessoas ou lugares muito conhecidos: “*Quem tem boca vai à Roma*”, “*Agora é tarde, Inês é morta*”.

IV) O tempo verbal mais frequente é o presente e, quando outros tempos são utilizados, perdem seu valor temporal: “*Deus ajuda a quem cedo madruga*”, “*Roma não foi feita em um dia*”, “*A vaca foi pro brejo*”.

Essa classificação serve um pouco para “separar o joio do trigo”, mas parece ter muito pouco a explicar sobre os ditados populares, pois apresenta algumas incongruências e considerações um pouco inócuas em relação ao fenômeno. Vale a pena ressaltar, porém, que, apesar de os ditados populares serem entendidos geralmente como sendo pertencentes a uma determinada cultura, é comum que se encontrem ditados similares em línguas diferentes. Palma (2009) entende que isso se deve ao fato de serem metafóricos e que, como aparentemente ela também está pensando na metáfora como base da cognição, tal como as metáforas que utilizamos em geral, os ditados populares partem de aspectos concretos para a apreensão do que é abstrato, pois “estão profundamente relacionados com nosso pensamento simbólico e analógico” (2009:110)<sup>66</sup>.

A autora cita alguns exemplos desse tipo de correspondência: por vezes, os ditados passam a mesma mensagem através da mesma imagem – como é o caso do “*Antes tarde do que nunca*” em português, que é “*Better later than never*” em inglês, “*Meglio tardi che mai*” em italiano, “*Mieux vaut tard que jamais*”, em francês, e “*Besser spät als nie*” em alemão – e, por vezes, passam a mesma mensagem através de uma imagem não muito diferente – como “*Os grandes rios fazem-se de pequenos ribeiros*” em português (principalmente europeu), “*Les petits ruisseaux font les grandes rivières*” em francês, “*Little brooks makes great rivers*” em inglês.

É difícil comprovarmos tal hipótese, ainda mais se levarmos em consideração que, hoje, não se pode afirmar que culturas não sofram interferências de outras e mesmo que as línguas dessas culturas não tenham entrado em contato – até mesmo porque nenhum dos exemplos é de alguma língua de uma comunidade de fala isolada. Essa hipótese mereceria testes mais rigorosos que, infelizmente, não poderemos realizar neste momento.

Apesar de discordarmos fortemente de uma classificação que privilegie a sintaxe baseada na Gramática Tradicional, algumas das categorias que Palma (2009) apresenta fazem

---

<sup>66</sup> “*Cabe señalar también que los refranes está profundamente relacionados con nuestro pensamiento simbólico y analógico. Su carácter generalmente metafórico permite pasar de lo concreto a lo abstracto (...)*”.

algum sentido, além do fato de que ela também supõe a base metafórica dos ditados populares, e isso nos interessa muito, assim como o argumento de expressões cujo sentido se mantém em outras línguas.

Adiante no texto, na seção intitulada “Verdade geral com possibilidade de exceções”, Palma (2009) se volta para a questão dos valores de verdade. Novamente, cabe salientar que a autora tem uma filiação teórica em semântica argumentativa e não está preocupada especificamente em atribuir valores de verdade para as expressões ou apresentar quais seriam as condições para essas atribuições. Segundo ela, portanto, não é possível atribuir valores de verdade para os ditados populares da mesma forma que para outras asserções, mas é possível fazê-lo de outra forma.

Essa tomada de posição, no entanto, é um pouco controversa, principalmente porque a valoração de verdade, para a semântica formal, não precisa ser necessariamente ancorada no mundo real, mas em qualquer mundo possível. A posição que tomamos neste trabalho, *grosso modo*, é a de que a semântica formal pode contribuir para o tratamento dessas expressões principalmente à medida em que relaciona os significados a diversos mundos possíveis, o que acarreta, necessariamente, uma discordância em relação à posição de Palma (2009).

Os ditos populares fazem referência a situações genéricas, ou seja, permitem categorizar um caso ou situação particular dentro de uma ‘classe’. É muito importante compreender que os ditos populares são frases genéricas que indicam uma verdade geral, mas de nenhuma forma são verdades necessárias, obrigatórias. (2009: 111)<sup>67</sup>.

Ou seja, para ela, um ditado popular possui um valor de verdade que não pode ser comparado ao de expressões como “A água ferve a 100° C.” ou “O triângulo tem 3 lados”. No entanto, parece que são sentenças aplicáveis a uma gama (ainda que restrita, como dissemos anteriormente) de situações e trazem em si o peso de uma “verdade” para a ocasião. Além disso, a autora assinala que nem todas as expressões desse tipo se comportam assim porque é possível que encontremos ditos que são “contraditórios” (por exemplo, “Não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje” e “Quem espera sempre alcança” ou mesmo “Toda regra tem sempre uma exceção”, que contradiz grande parte dos ditados.). Para isso, a autora

---

<sup>67</sup> “(...) los refranes hacen referencia a situaciones genéricas, es decir que permiten categorizar un uso ou situación particular dentro de una “clase”. Es muy importante comprender que los refranes son frases genéricas que indican una verdad general (...) pero de ninguna manera una verdad necesaria, obligatoria (...).”

propõe duas classificações: a dos ditos que indicam a verificação da regra geral e dos contraexemplos.

O primeiro tipo, assim, seria o das expressões que pretendem postular uma regra que serve para generalizar, ou seja, correspondem a afirmar que “Todo X é Y” ou, do que ela chama de “forma negativa”, que “Nenhum X é Y” ou, ainda, “Não há X que não seja Y” – apesar de entendermos que “Não há X que não seja Y” é logicamente equivalente a “Todo X é Y”.

Exemplos dessas expressões formulaicas seriam “*Cachorro velho não aprende truque novo*”, “*A cavalo dado não se olham os dentes*”, “*Quando o gato sai, os ratos fazem a festa*”, “*Quem espera sempre alcança*”, “*O pior cego é aquele que não quer enxergar*”. Exemplos de expressões na forma negativa seriam “*Quem não chora não mama*”, “*Não há rosas sem espinhos*”, “*Não há mal que perdure, não há dor que não se cure*”.

Por outro lado, as expressões que Palma (2009) destaca como sendo contraexemplos são aquelas que, mesmo que existam em menor número, pertenceriam a um esquema “Nem todo X é Y”. Exemplos desses ditados seriam “*Nem tudo que reluz é ouro*”, “*Não se conta com o ovo dentro da galinha*”, “*O hábito não faz o monge*”.

No entanto, não entendemos que as coisas precisem ser vistas da forma como pensa a autora. Uma das consequências de pensar os ditados populares dentro de alguns vieses teóricos usados para tratar a metáfora é a de que não precisamos pensar neles como asserções verificáveis no mundo real, mas em outros mundos, por conta do tipo de arsenal teórico do qual vamos nos valer. Qualquer sentença, para a lógica, pode ser verdadeira em um mundo possível, mesmo que esse mundo possível não seja o mundo real.

Dessa forma, um ditado popular poderia ser entendido como uma sentença que é trivialmente falsa em um mundo possível, mas verdadeira em outro. Esse tipo de raciocínio é o que procuraremos explicar e demonstrar no próximo capítulo, no qual traremos à tona algumas abordagens clássicas da metáfora, tanto da semântica quanto da pragmática, com o objetivo de verificar se podemos pensar, realmente, nos ditados populares como expressões metafóricas e, caso possamos, que consequências teóricas e metodológicas teremos.

### **3. Quem não tem cão, caça com gato – De como a metáfora pode iluminar a compreensão dos ditados populares**

De acordo com a nossa hipótese inicial, os ditados populares são expressões cuja interpretação se dá de forma análoga à da metáfora. Dessa forma, olhando para este fenômeno, esperamos clarear um pouco o que acontece com aquele. O objetivo desse capítulo é, então, mostrar teorias que pensam a metáfora dentro dos estudos do significado para, assim, verificarmos se elas podem auxiliar no tratamento dos ditados populares ou não.

Há inúmeras formas de pensarmos a metáfora, propostas por diferentes teorias dos estudos do significado. Essa diversidade surge da multiplicidade de facetas desse fenômeno que, como qualquer outro, não escolhe como ser estudado nem tampouco consegue ser abarcado em sua completude dentro de nenhuma teoria. No entanto, esse não é um motivo para que não possamos olhar para o que já foi feito, principalmente porque o interesse por esse fenômeno existe desde a Antiguidade Clássica.

O conhecido jeito clássico de se pensar a metáfora não é clássico apenas pela sua origem, que remonta à Poética, de Aristóteles. Ele também é clássico no sentido mais usual do termo porque é a ele que os autores recorrem quando querem descrever a metáfora. Em sua dissertação de mestrado, Roberta Pires de Oliveira se debruça sobre o fenômeno da metáfora, embora voltada para outros vieses teóricos pelos quais ele é abordado. Creio acertada e coerente a reflexão que ela faz sobre a concepção aristotélica ser praticamente dominante nos manuais de retórica, nas gramáticas e, por vezes, em determinadas teorias linguísticas também. Para ela, “por ter se tornado um saber cristalizado, sedimentado em ‘senso comum’, a teoria aristotélica sobre a metáfora paira dominante, fazendo com que sua discussão pareça banal e óbvia” (PIRES DE OLIVEIRA, 1991: 08).

Para Aristóteles, segundo Pires de Oliveira, o sentido literal é o nome que cada coisa recebe (embora ele próprio não deva ter utilizado o termo “sentido literal”), uma vez que “a função da linguagem, caracterizada por sua literalidade, é veicular o pensamento” (1991: 08). Dessa forma, porém, todo o uso de uma palavra feito para não se referir diretamente ao que, no mundo, representasse um dado conceito, serviria como contraexemplo. Por essa razão, Aristóteles formula uma concessão, chamando de “figuras” quaisquer desvios possíveis da

norma. “A metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição de gênero para espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via da analogia”. (ARISTÓTELES, *Poética*, apud PIRES DE OLIVEIRA, 1991:09)

Essa questão seria mais tarde retomada, na *Retórica*, onde Aristóteles daria um exemplo que ilustraria de que forma se daria essa transposição. “Quando Homero diz de Aquiles ‘que se atirou como um leão’ é uma imagem; mas quando diz: ‘Este leão atirou-se’, é uma metáfora. Como leão e herói são ambos corajosos, por uma transposição Homero qualificou Aquiles de leão” (ARISTÓTELES, *Retórica*: 222, apud PIRES DE OLIVEIRA, 1991:10)

É facilmente reconhecível o esquema clássico proposto por Aristóteles nas descrições de metáforas feitas até hoje, conforme notamos acima. Trata-se de pensar que uma palavra X está sendo usada para atribuir um significado Y a Z por meio de relações de semelhança ou analogia, conforme aponta Pires de Oliveira. Esse pensamento clássico, conforme menciona a autora, está presente ainda na obra de Mattoso Câmara Jr. (1989): “Metáfora é a figura de linguagem que consiste na transferência de um termo para o âmbito de significação que não é o seu” e, ainda, “Figura de linguagem – aspecto que assume a linguagem para fim expressivo (sua capacidade de emocionar ou sugerir) afastando-se do valor linguístico normalmente aceito” (MATTOSO CÂMARA, 1989: 166, apud PIRES DE OLIVEIRA, 1991: 10).

De fato, conforme nota a autora, a definição apresentada por Mattoso Câmara Jr. é uma maquiagem feita sobre a definição de Aristóteles, porque não há nada de inovador nesse tipo de apresentação do fenômeno. Para ela, isso não se caracteriza como um demérito: é, antes, um reflexo da importância das observações feitas na antiguidade clássica, incorporada por uma visão que pressupõe que usar metáfora é “desviar” do esperado para a língua.

É interessante ressaltar que, como observa a autora, diversos linguistas têm tentado compreender a metáfora como um uso lingüístico que elide uma comparação. No entanto, nota, “traduzir ‘Maria é um anjo’ para ‘Maria é como um anjo’ não nos tira do fundo do poço, apenas nos diz que na metáfora está presente um processo de comparação. O problema passa a ser definir comparação.” (1991:16-17).

Um problema crucial para uma teoria assim, no entanto, seria descrever de que forma o “como” estabelece a relação de comparação uma vez que, como nota a autora, existem diversas relações atribuídas por esse conectivo. “O inadequado da teoria da comparação aberta é acreditar que a presença, na frase, da partícula ‘como’ pode instaurar um e apenas um

tipo de predicação, a metáfora” (1991:16). Ou seja, não é suficiente pensar na metáfora como uma comparação elidida e isso suscitou diversas outras formas de pensarmos o fenômeno. Uma delas é ancorada no cognitivismo, como veremos no item a seguir.

### 3.1 METÁFORA COMO BASE DA COGNIÇÃO

Não é possível pesquisar a metáfora e deixar de mencionar a contribuição dada ao estudo desse fenômeno por uma abordagem cognitivista. Roberta Pires de Oliveira (1991) também estava preocupada em levantar possibilidades de análise da metáfora, embora tenha se debruçado sobre um aspecto que iremos deixar de fora no recorte deste trabalho: o aspecto cognitivo da metáfora.

Um dos autores resenhados por Pires de Oliveira (1991) é Black (1981). Este autor, conforme afirma, “aproxima-se do paradigma psicológico da Gestalt: ‘foco’ e ‘frame’ são nessa semântica o que ‘forma’ e ‘fundo’ são na psicologia” (1991:22). Para ela, a análise de Black é inovadora porque fala de “formas diferentes de realizar a referenciação” e porque “o enunciado metafórico ganha valor cognitivo, pois constrói novas formas de organização da experiência humana, modos outros de representar o mundo. Tentar traduções literais é, precisamente, destruir esse valor cognitivo.” (1991: 22).

Suponha que eu olhe para o céu à noite através de um pedaço de vidro fortemente enegrecido por uma fumaça no qual algumas linhas ficaram limpas. Então eu verei apenas as estrelas que cabem nas linhas previamente preparadas na tela e as estrelas que eu vejo seriam vistas como se fossem organizadas na estrutura da tela. Nós podemos pensar na metáfora como uma tela dessas, e o sistema de ‘lugares comuns associados’ da palavra em foco como a rede das linhas na tela. (BLACK, 1981: 79, apud PIRES DE OLIVEIRA, 1991: 22)<sup>68</sup>

Para Pires de Oliveira (1991), portanto, o que Black procura é demonstrar como a metáfora tem um valor cognitivo forte, pois ela é capaz de atuar como organizador de pensamentos e ideias. Além disso, ressalte-se o conceito de “lugares comuns associados”, ou seja, o “frame” que cada palavra carrega consigo, capaz de estabelecer uma rede de traços. Segundo ela, “nessa perspectiva, não há um ou vários traços definidores do significado, mas

---

<sup>68</sup> “*Suppose I look at the night sky through a piece of heavily smoked glass on which certain lines have been left clear. Then I shall see only the stars that can be made to lie on the lines previously prepared upon the screen, and the stars I do see will be seen as organized by the screen structure. We can think of a metaphor as such a screen, and the system of ‘associated commonplaces’ of the focal word as the network of lines upon the screen.*”

um emaranhado de ‘usos’” (1991:22). Confiando nas intuições da autora a respeito de Black, podemos afirmar que este autor tem um lugar de destaque na teoria da metáfora cognitivista, ao lado de Lakoff e Johnson (1980), por entenderem que esse fenômeno tem relação com a mente, e não apenas com o sistema linguístico.

Considerando-se essa perspectiva, cabe ressaltar também um trecho de Pinker (2008), uma vez que a sua preocupação essencial em “De que é feito o pensamento” diz respeito à cognição e a forma como a linguagem seria um espelho do tipo de raciocínio que nosso cérebro faz, tornando pertinente trazer para essa discussão suas resenhas de teorias da metáfora com base cognitivista.

Pinker apresenta longamente duas perspectivas que, segundo ele, seriam como “aquelas garrafas de vinho de cem dólares que ladeiam as prateleiras de um esperto vendedor de vinhos” (PINKER, 2008: 275) (ali posicionadas para que as garrafas de preços intermediários sejam mais vendidas do que seriam caso estivessem ladeadas por garrafas mais baratas), ou seja, tão complicadas a ponto de fazerem qualquer solução parecer plausível, mas que, apesar disso, exercem forte influência sobre as teorias atuais da metáfora. Para Pinker, seriam duas as possibilidades: a teoria do “messias” e a dos “estraga-prazeres”.

Para esse autor, Lakoff e Johnson (1980) seriam os responsáveis pela teoria messiânica da metáfora. Para essa teoria, como mencionamos anteriormente, a metáfora não é apenas parte da linguagem, mas um processo a partir do qual o ser humano é capaz de apreender coisas abstratas por meio da associação com coisas concretas.

Se todo pensamento abstrato é metafórico, e todas as metáforas são montadas a partir de conceitos biologicamente básicos, teremos então uma explicação para a evolução da inteligência humana. A inteligência humana seria um produto da metáfora e da matemática combinatória. A metáfora permite que a mente use algumas ideias básicas – substância, localização, força, objetivo – para entender domínios mais abstratos. A matemática combinatória permite que um grupo finito de ideias simples dê origem a um grupo infinito de ideias complexas. (2008: 280)

O tipo de raciocínio transcrito acima parece fundamental para esse tipo de psicologia evolucionista preocupada, sobretudo, com a evolução do pensamento humano. No entanto, nos parece que a preocupação de Lakoff e Johnson não era com a evolução darwiniana, mas com a apreensão dos conceitos abstratos e para isso a teoria funciona muito bem.

Pinker conta que Lakoff foi capaz de catalogar centenas de conceitos que definiriam o que ele chamou de “metáfora conceitual”. Esses conceitos seriam intrínsecos, e não necessariamente conhecidos ou reconhecidos explicitamente: seriam uma espécie de diretrizes

“mentais” que, de alguma forma, são compartilhadas por um determinado grupo de fala, como “tempo é dinheiro”, “amor é viagem”, “tempo é espaço”. Esses conceitos são abrangentes, mas estariam nas bases das expressões linguísticas que utilizamos para falar dessas categorias. Pinker traz um trecho de uma descrição detalhada de como seria uma metáfora conceitual elaborada pelo próprio Lakoff.

Os amantes são viajantes em uma jornada que fazem juntos, e seus objetivos de vida são vistos como destinos a ser alcançados. O relacionamento é seu veículo, e permite a eles buscar juntos essas metas em comum. O relacionamento é visto como algo que cumpre seu propósito quando permite a eles alavancar na direção de suas metas em comum. A viagem não é fácil. Há impedimentos e há lugares (encruzilhadas) em que uma decisão tem de ser tomada, sobre que direção seguir e se eles devem continuar viajando juntos. (LAKOFF, 1993:206, apud PINKER, 2008: 278).

Apesar de parecer uma história ou um trecho retirado de um livro sobre relacionamentos, é esse tipo de descrição que elucida, para Lakoff, a forma como as metáforas conceituais se organizam e dão origem às metáforas do cotidiano. Exemplos das metáforas no cotidiano seriam coisas como:

Nossa relação chegou a um beco sem saída. Está parada, não podemos continuar seguindo nesse caminho. Olhe o quão longe chegamos. Foi uma estrada longa e esburacada. Não podemos voltar agora. Estamos numa encruzilhada. Talvez devêssemos seguir separados os nossos caminhos. Esse relacionamento não está indo a lugar nenhum. Estamos andando em círculos. Nosso relacionamento está fora da linha. Nosso casamento está caindo aos pedaços. Estou pensando em cair fora. (PINKER, 2008: 277)<sup>69</sup>

Pinker afirma, ainda, que “para que a expressão se prolifere tão facilmente, falantes e ouvintes têm de estar dissecando a metáfora implícita para desnudar as conexões entre as coisas nomeadas pela metáfora e os conceitos abstratos aos quais realmente se referem” (2008:277-278), ou seja, a comunidade de fala compartilha esse tipo de coisa porque isso estaria nas bases do pensamento abstrato de cada indivíduo, o que facilitaria a compreensão e a aceitação desse tipo de estrutura linguística.

Conforme afirmam Lakoff e Johnson, “nosso sistema conceitual comum, em termos do que pensamos e como agimos, é de natureza fundamentalmente metafórica” (LAKOFF e JOHNSON, 1980: 03, apud PINKER, 2008: 283). Além dessa ideia fundamentalmente nova

---

<sup>69</sup> Essa tradução não é a mesma apresentada na edição em português. No entanto, como o texto em português fornece o trecho em inglês, traduzi eu mesma por discordar de escolhas lexicais da tradutora.



que, de acordo com Pires de Oliveira (1991), seria a única a romper com a conceitualização da metáfora aristotélica, Lakoff e Johnson (1980) afirmam também que a metáfora não é um desvio, mas é, “ao contrário, elemento essencial na formulação de diversos conceitos” (PIRES DE OLIVEIRA, 1991: 25)

Pinker (2008), no entanto, acredita que Lakoff e Johnson levaram suas considerações longe demais ao afirmar que todo pensamento tem origem metafórica. Segundo ele, Lakoff chega a propor um ‘relativismo de espécie’:

[Lakoff] acredita que existe um mundo físico, ametafórico, e acredita que a natureza humana, incutida em nossos corpos e que interage com o mundo, oferece experiências universais que sustentam muitas metáforas de modo comum para toda a humanidade. Mas ele também acredita que muitas das metáforas que sustentam nosso raciocínio são específicas a uma cultura, e até o universalismo é um relativismo de espécie: nosso conhecimento não passa de uma ferramenta moldada para atender aos interesses do *Homo sapiens*. Como tal, o relativismo de Lakoff é vulnerável às duas refutações padrão do relativismo em geral. (2008:285)

As refutações padrão a que Pinker se refere poderiam ser resumidas em que, mesmo os relativistas mais convictos utilizam a lógica e o raciocínio matemático, quer em sua vida cotidiana, quer em suas argumentações. Dessa forma, para o autor, o relativismo funciona apenas para persuadir, enquanto a lógica e a matemática são capazes de prever o funcionamento do mundo, o relativismo não usa as próprias ferramentas quando confrontado.

Pinker continua, afirmando que “mesmo que a língua e o pensamento usem metáforas, isso não implica que o conhecimento e a verdade sejam descartáveis” (2008:285). O que Pinker quer dizer, precisamente, é que não se pode prescindir da noção de realidade e do conhecimento que pode ser adquirido, não importa o quão relativista se possa ser. Além disso, ele argumenta que não é possível que toda a cognição e toda a experiência humana tenha tido a sorte de se basear nas metáforas que correspondem mais ou menos ao que pode ser verificado na realidade e que seria apenas uma grande coincidência que determinadas ciências pudessem prever como o mundo se comportaria por terem escolhido as ‘metáforas certas’.

Como um contraponto às ideias de Lakoff e Johnson, Pinker apresenta o que chamou de “teorias estraga-prazeres”: aquelas que não entendem que as metáforas estão na base de toda a cognição e nem que os falantes, o tempo todo, precisam fazer o cálculo do significado de uma expressão metafórica. O autor afirma que “muitas das metáforas conceituais, se não todas, são obscuras aos falantes atuais. Isso implica que os falantes têm meios para entender os conceitos subjacentes”. (2008:286) Dessa forma, a cognição estaria apenas parcialmente

ligada com as metáforas, de forma que os falantes nem sempre fossem capazes de identificar as relações entre os conceitos, como quer Lakoff. Além disso, Pinker (2008) resenha experimentos que demonstram a veracidade dessa afirmação, ou seja, que nem mesmo as mesmas partes do cérebro são acionadas na relação entre os campos conceituais metafórico/literal.

Ainda segundo esse raciocínio, o autor afirma que “os psicólogos concluíram que as pessoas são capazes de chegar aos conceitos subjacentes a uma expressão metafórica, mas só quando a metáfora é nova” (2008:287) e é possível que essas relações já tenham sido estabelecidas no passado, quando “amor é uma viagem” ou “tempo é dinheiro” causassem ainda algum estranhamento (o que, de certa forma, pode ser pensar da mesma forma que a abordagem da metáfora clássica, que previa um estranhamento do conteúdo do enunciado metafórico). Além disso, para pensar mais a fundo na cognição, Pinker afirma que “o pensamento não pode negociar diretamente com as metáforas. Tem de negociar com uma moeda mais básica, que capte os conceitos abstratos compartilhados pela metáfora e seu tema” (2008: 288). Ou seja, cada vez mais nos aproximamos de uma abordagem que não quer explicar a metáfora como a formadora da nossa inteligência e das relações neurais que estabelecemos entre as palavras e os conceitos.

No entanto, nenhum ponto das teorias psicológicas estraga-prazeres justificam mais o fato deste trabalho excluí-las de seu recorte do que a seguinte afirmação de Pinker:

Os cientistas descobrem constantemente novas entidades que não têm um nome em inglês, e assim muitas vezes recorrem a uma metáfora para o rótulo necessário: *selection* [seleção] na evolução, *kettle pond* [lago chaleira/lago de erosão], *linkage* [ligação] na genética e por aí vai. Mas elas não estão acorrentadas pelo conteúdo da metáfora, porque a palavra em seu novo sentido científico é distinta da palavra no vernáculo (um tipo de polissemia). (...) A metáfora evolui até virar um termo técnico para um conceito abstrato. (2008:296)

O que Pinker está afirmando é que o fato de as palavras passarem a ter um significado polissêmico se dá por um processo que iniciou por meio de uma metáfora. Além disso, não importa qual seja o seu processo de formação, porque ele é inacessível ao falante comum. Porém, se podemos pensar que os termos técnicos não são metafóricos, mas polissêmicos, nada parece impedir que qualquer palavra possa passar por esse mesmo processo e vir, em algum momento, a ser polissêmica também.

Como esse tipo de raciocínio não parece produtivo para explicar o que pretendemos, o excluiremos e, assim como ficou dito anteriormente, excluiremos também a abordagem

apresentada por Lakoff e Johnson (1980) – e não por julgarmos-las inconsistente ou por criticar, como Pinker (2008), seu universalismo. Cabe ressaltar, porém, que enquanto Lakoff e Johnson (1980) são alvo de estudos linguísticos, os representantes da “teoria estraga-prazeres” são, pelo menos nos exemplos citados por Pinker, alvo de interesse da psicologia.

Como estamos tentando deixar claro ao longo deste trabalho, pensamos que é possível uma solução semântica para o tratamento da metáfora. Apresentaremos, na próxima seção, algumas das abordagens frequentes na literatura que, embora não sejam as mais recentes, são as mais consagradas. Como este trabalho pretende confrontar semântica e pragmática, por entender que o fenômeno que queremos estudar está numa “zona de fronteira”, apresentaremos, ainda neste capítulo, vieses da semântica e da pragmática.

### **3.2 METÁFORA TRADICIONALMENTE TRATADA NA SEMÂNTICA**

Nesse trabalho, como esperamos ter deixado claro, nos interessa propor um tratamento semântico baseado em teorias formalistas, e não em outro tipo de teorias semânticas. Dessa forma, vamos nos aprofundar na semântica formal. Dentro dessa linha, Davidson é um grande nome e seu texto “What metaphors mean” é um texto divisor de águas para os estudos da metáfora dentro da semântica formal. A partir dele, os semanticistas formais possuem dois caminhos para estudar esse fenômeno: concordar com o autor e, com isso, negar que as palavras possuam um sentido metafórico que pode ser capturado pela semântica (o que significa dizer que a metáfora é uma questão do uso e não do significado, principalmente a partir de uma filiação fregeana, como é o caso de Davidson), ou discordar dele, e partir então para novos postulados, novas formas de entender o que há por trás desse processo.

Para Davidson, e para diversos semanticistas que vêm em sua esteira, a metáfora não possui nada de especial além daquilo que qualquer outra operação linguística possui.

Essas observações não distinguem, exceto em termos de grau, a metáfora de outras operações linguísticas mais rotineiras: toda a comunicação oral assume a interação da construção criativa com a imagem criativa. O que a metáfora adiciona para o habitual é a façanha de não usar recursos semânticos além dos recursos dos quais o habitual depende. Não existem instruções para a elaboração de metáforas, não há manual para determinar o que uma metáfora “significa” ou “quer dizer”; não há teste para saber a sua aceitabilidade. Uma metáfora implica uma espécie e um grau de sucesso artístico; não há metáforas malsucedidas assim como não há piadas sem graça. Existem metáforas insípidas, mas essas são as que, apesar disso, trouxeram algo de fora, mesmo que não tenha valido a pena ou que pudesse ser dito de uma forma melhor. Este trabalho se ocupa com o que as metáforas significam e a sua hipótese é

que as metáforas significam o que as palavras, em seu sentido literal, significam e nada mais. (DAVIDSON[1978]2006:210)<sup>70</sup>

Além disso, Davidson afirma que todas as discussões levantadas sobre a metáfora não passam de versões diferentes da mesma ideia: a de que é possível pensar na metáfora como uma comparação entre dois termos. “A ideia aparece em textos que sustentam que uma paráfrase literal de uma metáfora pode ser produzida, mas também é compartilhada por aqueles que argumentam que nenhuma paráfrase tipicamente literal pode ser encontrada”. ([1978]2006:210)<sup>71</sup>

Para sustentar essa visão de metáfora dentro de uma semântica de valores de verdade, Davidson afirma que não é necessário pensar que as palavras, quando têm uso metafórico, possuam condições de verdade diferentes das que têm em usos normais.

Ainda, esse ponto de vista também vê a metáfora como uma forma de comunicação paralela à linguagem comum, a metáfora transporta verdade ou falsidade sobre o mundo assim como a linguagem mais simples, embora a mensagem possa ser considerada mais exótica, mais profunda ou mais revestida de perspicácia. ([1978] 2006:210)<sup>72</sup>

Apesar disso, o ponto de Davidson não é afirmar que as metáforas não tenham sentido ou que não sejam um fenômeno da linguagem. Seu ponto é dizer que o fato de as metáforas não poderem ser parafraseadas não significa que elas dizem algo tão novo que não possa ser captado pelo sentido literal, mas, simplesmente, que não há nada para ser parafraseado, uma vez que, para ele, a metáfora não é nada além de mais um dos sentidos possíveis para aquela palavra.

---

<sup>70</sup> “These remarks do not, except in matters of degree, distinguish metaphor from more routine linguistic transactions: all communication by speech assumes the interplay of inventive construction and inventive construal. What metaphor adds to the ordinary is an achievement that uses no semantic resources beyond the resources on which ordinary depends. There are no instructions for devising metaphors; there is no manual for determining what a metaphor ‘means’ or ‘says’; there is no test for metaphor that does not call for taste. A metaphor implies a kind and degree of artistic success; there are no unsuccessful metaphors, just as there are no unfunny jokes. There are tasteless metaphors, but these are turns that nevertheless have brought something off, even if it were not worth bringing off or could have been brought off better. This paper is concerned with the metaphors mean, and its thesis is that metaphors mean what words, in their most literal interpretation, mean, and nothing more.”

<sup>71</sup> “The idea appears in writings which maintain that a literal paraphrase of a metaphor can be produced, but it is also shared by those who hold that typically no literal paraphrase can be found.”

<sup>72</sup> “Yet this view too sees metaphor as a form of communication alongside ordinary communication; metaphor conveys truths or falsehoods about the world much as plainer language does, though the message may be considered more exotic, profound, or cunningly garbed.”

Segundo o autor, ele está de acordo com grande parte do que disseram os teóricos da metáfora, exceto pelo tratamento dispensado ao fenômeno por esses autores. Para ele, é necessária uma distinção entre o que é o significado da palavra e o que está no domínio do uso. “Isso é algo trazido pelo emprego imaginativo das palavras e sentenças e depende inteiramente dos significados comuns dessas palavras e, por isso, dos significados comuns das sentenças que os incluem”. (2006:210)<sup>73</sup>

Davidson afirma, ainda, que pensar a metáfora como capaz de ser explicada em termos de significados literais e metafóricos ou, ainda, postular que existam condições de verdades diferentes para ela, é inverter a relação entre causa e consequência. Segundo o autor, seria como “explicar porque uma pílula faz você dormir dizendo que ela possui um poder dormitivo” (2006:210)<sup>74</sup> (isto é, uma espécie de círculo vicioso), principalmente porque a literalidade de uma palavra pode ser atribuída a ela fora do contexto de uso, assim como suas condições de verdade.

Apesar de mencionar rapidamente que a ideia da metáfora clássica é repetida até hoje pelo tratamento relacionado à similaridade, Davidson não foge muito dessa concepção clássica ao formular a seguinte comparação: podemos dizer que duas coisas no mundo são “rosas” se elas compartilharem os mesmos predicados, as mesmas características de rosas, ou seja, se for verdadeiro que cada uma delas é uma rosa.

Porém, isso não significa dizer que Davidson afirma que a metáfora é uma relação de similitude, como ficará mais claro adiante. Segundo o autor, podemos dizer coisas como “O espírito de Deus moveu a face das águas” e pensar que, em um sentido amplo de “face”, essa palavra poderia ser aplicada à água. Esse sentido amplo, segundo ele, não seria nada mais que pensar que o conjunto dos significados dessa palavra conteria, agora, um novo elemento: água. Porém, segundo ele, é possível pensar que a água realmente tenha uma face, então esse uso metafórico não seria nada além de acrescentar mais um significado à palavra tomada literalmente. Pensar dessa forma, segundo Davidson, implicaria que “fazer uma metáfora é assassiná-la”<sup>75</sup> (2006:212), porque cada vez que uma metáfora fosse colocada em cena, a extensão do conjunto da palavra estaria aumentando.

---

<sup>73</sup> “It is something brought off by the imaginative employment of words and sentences and depends entirely on the ordinary meanings of those words and hence on the ordinary meanings of the sentences they comprise.”

<sup>74</sup> “(...) to explaining why a pill puts you to sleep by saying it has a dormative power.”

<sup>75</sup> “To make a metaphor is to murder it.”

Evidentemente, é necessário que se considere, mais aprofundadamente, as consequências de se assumir que “a água realmente tem uma face” e essa não é uma questão trivial, porque transita na ontologia e na antiga questão de como estamos recortando o mundo através da linguagem. Esse assunto, no entanto, não é abordado pelo autor no artigo em questão e sequer faz parte das ambições deste trabalho. (Embora seja um assunto extremamente divertido!)

Davidson levanta, porém, a questão sobre o que é o “significado original” de uma palavra porque, segundo ele,

quer a metáfora dependa de um significado novo ou expandido, quer não, ela certamente depende de alguma forma do significado original; um tratamento adequado da metáfora precisa permitir que os significados primários ou originais das palavras permaneçam ativos na sua configuração metafórica. (2006: 212)<sup>76</sup>

Esse sentido original, aparentemente, está relacionado com o que é o “sentido literal” de uma palavra ou, ainda, com o significado prototípico de uma palavra. Para o autor, dificilmente estaria correta uma teoria que postulasse que uma palavra com sentido metafórico é ambígua (ou seja, tem um sentido metafórico e outro não) e que isso seria determinado pelo contexto, porque isso acarretaria que qualquer usuário da língua identificasse prontamente se o contexto exige um significado ou outro. Além disso, pensar na metáfora como ambiguidade implicaria a coexistência de dois significados, pois se esperaria que o interlocutor captasse dois significados simultaneamente, enquanto um uso metafórico aniquila a ambiguidade ao prever apenas uma interpretação.

Outro problema que o autor aponta a respeito de uma teoria desse tipo é que ela não explica como se dá a transição de um significado para ou outro. “A regra, pelo menos em muitos casos prototípicos, diz que em seu papel metafórico a palavra se aplica a tudo a que se aplicaria em seus sentidos literais e, então, a outros”. (2006:213)<sup>77</sup>. Segundo Davidson, apesar de parecer complexo, pensar dessa forma é bastante semelhante a pensar como Frege, quando este propôs um tratamento para atitudes proposicionais, como crença e desejo. Nesse tratamento, cada termo possuiria pelo menos dois significados: um ancorado em contextos

---

<sup>76</sup> “Whether or not metaphor depends on new or extend meanings, it certainly depends in some way on the original meanings; an adequate account of metaphor must allow that the primary or original meanings of words remain active in their metaphorical setting.”

<sup>77</sup> “The rule, at least for many typical cases of metaphor, says that in its metaphorical role the word applies to everything that it applies to in its literal roles, and then some.”

normais e o outro ancorado em contextos especiais, introduzidos por operadores modais ou por verbos psicológicos. “A regra que conecta os dois significados pode ser posta desta forma: o significado da palavra em contextos especiais torna a referência nesses contextos idêntica à do significado em contextos usuais”<sup>78</sup> (2006:213). De qualquer forma, estaríamos pensando em palavras com várias referências por meio de uma regra que as relacionasse e, ainda assim, não estamos livres do problema para identificar o que Davidson chamou de “significado original”.

Ainda sobre a possibilidade de pensar a metáfora como mais um dos significados literais de uma palavra, Davidson propõe que imaginemos a seguinte situação: um saturniano acaba de chegar ao planeta Terra e então você precisa explicar a ele o que a palavra “chão” significa. Você aponta para a terra, aponta para pisos de cerâmica e de madeira, aponta para a grama, ou seja, aponta para tudo ao que você sabe que pode ser referido usando-se a palavra “chão”. Nesse caso, o aprendizado do nosso amigo saturniano é a respeito da língua ou a respeito do mundo? Essa é uma questão que Davidson levanta sem responder.

[Essa é] Uma questão estranha, uma vez que o que é aprendido é um pouco do mundo. E mais, é fácil distinguir entre a tarefa de aprender o significado de uma palavra e usar a palavra depois que o significado já está aprendido. Comparando essas duas atividades, é natural dizer que a primeira diz respeito a aprender algo sobre a língua enquanto a segunda é tipicamente aprender alguma coisa sobre o mundo<sup>79</sup>. (2006:214)

Voltando ao saturniano, suponhamos que nosso amigo leve você para passear em Saturno e que de lá, olhando para a Terra, você aponte para ela e diga “chão”. Aqui, temos duas possibilidades. A primeira seria que o saturniano, então, pensasse se tratar ainda da lição que você estava ensinando para ele e imaginasse que “chão” serve para se referir, também, ao planeta de onde você veio. Se ele pensar assim, então ele aprendeu mais um significado literal. A segunda possibilidade seria que se ele, assim como você, já soubesse o que “chão” significa, poderia então pensar que se tratava de uma metáfora. (Davidson cita um trecho no

---

<sup>78</sup> “The rule connecting the two meanings may be put like this: the meaning of the word in the special contexts makes the reference in those contexts to be identical with the meaning in ordinary contexts.”

<sup>79</sup> “An odd question, since what is learned is that a bit of the world. Still, it is easy to distinguish between the business of learning the meaning of a word and using the word once the meaning is learned. Comparing these two activities, it is natural to say that the first concerns learning something about language, while the second is typically learning something about the world.”

qual Dante, olhando do céu para a Terra desabitada, se refere a ela como “o pequeno chão redondo que faz nos apaixonarmos”<sup>80</sup>.)

A questão que o autor propõe é: considerando-se as teorias de metáfora que vimos até agora, que diferença faz a maneira com que o saturniano interpretou a palavra “chão” usada para se referir à Terra? Para ele, muito pouca. “Para uma teoria que esteja de acordo [com a nossa], uma palavra tem um novo significado em um contexto metafórico; a ocasião da metáfora poderia, entretanto, ser a ocasião de aprender um novo significado<sup>81</sup>”. (2006:214)

O ponto principal do pensamento de Davidson, esperamos, deve ter ficado claro. Para ele, não faz sentido pensarmos na metáfora como uma relação de similaridade, porque a similaridade entre duas coisas se dá quando elas compartilham os mesmos predicados e, na sua concepção, não há esses **mesmos** predicados a serem compartilhados. Nesse caso, portanto, não faz sentido sequer pensar em paráfrases. O que resta, então? Qual a regra para a interpretação de uma metáfora quando é sabido tratar-se de uma? Para Davidson, o que diferencia uma sentença metafórica de uma sentença literal é o seu contexto de uso. E, dentro das possibilidades teóricas do autor, isso significava deixá-la relegada aos estudos da pragmática.

Contudo, há outras questões que o autor se coloca, principalmente as que dizem respeito a metáforas que contêm negação (como “Nenhum homem é uma ilha”) e as que sugerem uma comparação invertida (como em piadas com uma estrutura do tipo “Qual a diferença entre um poste, uma mulher e um bambu?” ou “Qual a diferença entre uma caneca e um penico?”, que sugerem que há apenas **uma** diferença e que todo o resto seria semelhante). A resposta que ele apresenta é simples: basta desistirmos da ideia de que uma metáfora carrega uma mensagem (ou possui um significado) diferente do literal.

Como espero ter deixado claro, para Davidson – e para todas as teorias que o tomam como ponto de partida – não há nada além do sentido literal.

No entanto, como afirmamos no início desta seção, o ponto de vista davidsoniano é uma espécie de divisor de águas, uma vez que depois de seu tratamento ficam sem sentido novos tratamentos semânticos e formais que operem com apenas um mundo possível, ainda

---

<sup>80</sup> Imagino que haja uma tradução muito melhor que a minha, em português. Como o trecho está sem referência, no entanto, é difícil recuperá-lo e optei por traduzir diretamente do trecho em inglês.

<sup>81</sup> “(...) *for according theory a word has a new meaning in metaphorical context; the occasion of the metaphor would, therefore, be the occasion for learning the new meaning.*”



que não seja essa a formulação do autor. A questão é que, dado que Davidson considera exclusivamente o sentido literal, um tratamento nessa perspectiva já está delineado. Por essa razão, a apresentação dessa teoria e desse texto parece crucial para nosso trabalho, que pretende dar um panorama das análises da metáfora dentro dos estudos da significação.

Outra razão para a discussão desse texto está baseada no fato de vários tratamentos possíveis dialogarem com o ponto de vista davidsoniano, tanto para dele se valerem quanto para se afastarem totalmente, principalmente os que operam com a noção de mundos possíveis. A focalização de tais teorias, que apresentaremos no próximo capítulo, se justifica especialmente pelo seu tratamento formal sobre a metáfora numa perspectiva diferente da de Davidson, apesar de sua condição de marginalidade ao *mainstream*.

Na seção 3.3, a seguir, teremos a oportunidade de entrar em contato com algumas das teorias semânticas mais comuns e conhecidas. Além de apresentá-las brevemente, pretendemos mostrar como o discurso da pragmática se apropria delas e que tipo de reconstrução e críticas podem ser feitas a essas teorias.

### 3.3 UM POUCO MAIS DA METÁFORA NA SEMÂNTICA

Os pressupostos teóricos e metodológicos da semântica, que apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação, são utilizados, por vezes, por pragmaticistas que querem estabelecer de alguma forma a sua disciplina como a mais adequada para o tratamento das metáforas. É comum que se veja uma resenha bastante breve de teorias semânticas em textos que irão trazer um viés pragmático em seguida. Essa estratégia serve, como sabemos, para legitimar a abordagem que pretendem apresentar.

Levinson (1983) é um exemplo de pragmaticista que utiliza a semântica para começar a discussão sobre a metáfora. Ele apresenta a seguinte divisão (que será retomada por outra pragmaticista, Escandell (2006), mais adiante) de duas teorias apresentadas pela semântica:

#### *A teoria da comparação:*

Metáforas são similares a predicções de similaridade com partes suprimidas. Assim, “Iago é uma enguia” é semanticamente equivalente a “Iago é como uma enguia”.

#### *A teoria da interação:*

Metáforas são usos especiais de expressões linguísticas onde uma expressão (ou foco) ‘metafórica’ está encaixada em outra expressão ‘literal’ (ou *frame*

*'literal'*, tanto que o significado do foco interage com e *muda* o significado do *frame*, e vice versa. (LEVINSON, 1983: 148)<sup>82</sup>

A teoria da interação de traços postula que as palavras possuem traços de significado e que, quando utilizamos uma metáfora, estamos selecionando dois – ou mais – traços que as palavras em foco possuem em comum. Isso se deve ao fato de que a propriedade atribuída ao indivíduo seria contraditória com as predicções possíveis para ele. Dessa forma, para interpretar o enunciado em questão, antes de realizar qualquer cálculo, o falante precisaria identificar essa contradição e partir em busca dos traços que o indivíduo e a propriedade atribuída a ele teriam em comum.

A título de exemplo, tomemos a sentença (52) abaixo:

(52) Antonia é uma baleia.

A palavra “baleia” apresentaria, para essa teoria, por exemplo, os traços [+mamífero], [+marinho], [+nadador], [+comedor de krill], [+gordo], [+etc.] (para fins de economia, estamos omitindo traços para os quais o valor é negativo, porque são infinitos). Dessa forma, quando um falante pronuncia a frase apresentada em (52) acima, estaria selecionando, dentro dos traços que comporiam o conceito de “Antonia” (que poderiam ser [+mamífero], [+terrestre], [+bípede], [+cozinheira], [+gorda]), um que fizesse a intersecção.

Ora, é evidente que não é uma condição necessária para uma baleia apresentar o traço [+gordo], porque isso não está na baleia, mas no conhecimento de mundo que temos e porque, de alguma forma, é a nossa comunidade de fala que compartilha que baleias são gordas (ou seja, pode ser algo que não se verifica em outras línguas). Não obstante, teorias como a semântica de traços foram abandonadas porque se chegou à conclusão de que é impossível determinar que tipo de traços podem ou devem ser levados em conta, dada a sua profusão disponível.

Estabelecer traços não se trata apenas de distinguir conceitos, mas pensar em categorias nas quais esses conceitos devem ser encaixados e em critérios para essa identificação. O problema, então, se dá em decorrência disso: se houvesse conjuntos aos quais

---

<sup>82</sup> “The comparison theory: *Metaphors are similes with suppressed or deleted predications of similarity. Thus “Iago is an eel” is semantically equivalent a “Iago is like an eel”*. The interaction theory: *Metaphors are special uses of linguistic expressions where one ‘metaphorical’ expression (or focus) is embedded in another ‘literal’ expression (or frame), such that the meaning of the focus interacts with and changes the meaning of the frame, and vice versa.*”

qualquer objeto pudesse pertencer, esses conjuntos não diriam nada sobre seus elementos, ou seja, não os identificariam em relação aos outros membros.

Outro contra-argumento para esse tipo de análise seria, como mencionamos rapidamente acima, que não é necessário que o objeto da comparação possua o traço que estaríamos utilizando para comparação. Tomemos a sentença (53), por exemplo, analisada por Escandell (2006):

(53) Beatriz é uma mulher de ferro.

O ferro, segundo ela, não é um metal inflexível e, portanto, qualquer traço que pudéssemos encontrar em “ferro” não seria suficiente para estabelecer a comparação que pretendemos. Embora também não concordemos em estabelecer traços para distinguir conceitos, podemos ver que há coisas que podem ser ditas metaforicamente sobre pessoas que são parte do significado de “ferro” – por exemplo, a dificuldade em torná-las maleáveis e a sua rigidez aparente.

Outra possibilidade de análise é a trazida pela chamada “teoria da comparação”, ou “teoria da comparação elidida”, como a denomina a autora. Para ela, essa teoria utiliza o conceito clássico de metáfora, segundo o qual esse fenômeno sempre traria à tona uma comparação entre dois conceitos. Assim, essa abordagem assume que a comparação pode ser tanto no nível sintático quanto no nível semântico e que a interpretação de qualquer metáfora passaria pela reconstrução dessa comparação suprimida.

Um exemplo de teórico que pensa dessa forma é Miller (1979). Embora ele reconheça que as condições de verdade da comparação e da metáfora sejam ligeiramente diferentes, isso não chega a ser um empecilho para sua teoria. Para ele, existem dois tipos de metáforas geradas pela omissão da comparação: a **metáfora nominal** e a **metáfora predicativa**.

A metáfora nominal seria aquela formulada com a mesma estrutura de uma analogia que é, basicamente, uma relação do tipo “x está para y como w está para z”, como “O leão está para a selva como um rei está para o reino”. Esse tipo de construção, segundo o autor, poderia ser formalizado da seguinte maneira: com um operador BE, relacionado ao verbo ser (em inglês, *to be*, relacionado com a estrutura de sentença, que é uma cópula), com um operador SIM (o mesmo que ele utiliza, previamente, no texto, para a similaridade) e uma relação de causa e consequência.

Para manter a analogia citada anteriormente, vamos pensar em uma sentença como

(54) O leão é o rei da selva.

A fórmula que Miller (1979) apresenta para esse tipo de sentença é

$$(i) \quad BE(x, y) \rightarrow (\exists F) (\exists G) \{SIM[F(x), G(y)]\}.$$

Dessa forma, teríamos

$$(ii) \quad BE(\text{leão}, \text{rei}) \rightarrow (\exists F) (\exists G) \{SIM[F(\text{leão}), G(\text{rei})]\},$$

que poderia ser parafraseada como “Algumas propriedades dos leões são como algumas das propriedades dos reis”. Miller (1979) vai além e afirma que, se assumirmos que a relação de “leão” com “selva” for H, poderemos definir a função F por abstração de H (x, selva):

$$(iii) \quad F = \lambda x.H(x, \text{selva}).$$

Porém, como na nossa metáfora a relação H não é só entre “rei e selva”, mas também entre “rei e reino”, poderemos também definir a função G:

$$(iv) \quad G = \lambda y.H(y, \text{reino}).$$

Dessa forma, teremos a seguinte representação formal:

$$(v) \quad BE(\text{leão}, \text{rei}) \rightarrow (\exists H) (\exists x) (\exists y) [SIM\{\lambda x.H(x, \text{leão}) (\text{selva}), \lambda y.H(y, \text{rei}) (\text{reino})\}] \\ = (\exists H) \{SIM[H(\text{selva}, \text{leão}), H(\text{reino}, \text{rei})]\}$$

O segundo tipo de metáfora ocorreria “quando um conceito predicativo G é expresso por um sintagma predicativo (verbo, locução verbal ou adjetivo predicativo) usado metaforicamente” (Miller, [1979] 1993: 384)<sup>83</sup>. Nesses casos, a representação formal proposta é a seguinte:

$$(vi) \quad G(x) \rightarrow (\exists F) (\exists y) \{SIM[F(x), G(y)]\}$$

Novamente, temos o operador SIM (lembramos que, para Miller (1979), a metáfora é um tipo de comparação elidida), no entanto, agora não temos o operador da cópula, porque nesse tipo de estrutura, Miller entende que o funcionamento sintático é o mesmo que das

---

<sup>83</sup> “When a predicative concept G is expressed by a predicative phrase (verb, verb phrase, or predicate adjective) that is used metaphorically.”

sentenças da língua (por exemplo, quando temos um verbo como “dormir”, que seleciona apenas argumento externo DORMIR (João), ou quando temos um verbo como “quebrar”, que seleciona argumento interno e externo: QUEBRAR( João, a mesa)).

Para aplicar a formalização, vamos utilizar a sentença em (55), abaixo:

(55) Maria cacareja.

Para essa sentença, precisamos interpretar que estamos dizendo de Maria que ela faz algo similar a algo que cacareja. O ponto aqui, além de se tratar de predicação, é que o que está suprimido é o sujeito de uma das comparações, ou seja, não estamos verbalizando tudo (“Maria cacareja como uma galinha (cacareja)”), porque “galinha” está apenas subentendida pelo valor de “cacarejar.” A fórmula ficaria, então, um pouco manca, já que precisamos basear a formalização na interpretação que demos à sentença.

(vii)  $CACAREJAR(Maria) \rightarrow (\exists F)(\exists y) \{SIM[Cacarejar(Maria), G(galinha)]\}$

Miller (1979), no entanto, reconhece que as regras que transcrevemos aqui como (i) e (vi) não são suficientes para tipos mais complexos de metáfora, como as que ele chama de “metáforas sentenciais”, que seriam aquelas usadas de forma “irrepreensível em um contexto incongruente” (1993 [1979]: 385)<sup>84</sup>. Para dar conta desse tipo de metáfora (e Miller, aqui, não está distinguindo expressões idiomáticas de ditados populares), ele propõe uma nova regra:

(viii)  $G(y) \rightarrow (\exists F)(\exists x) \{SIM[F(x), G(y)]\}$

Miller (1979) afirma que, “nesses casos (...), nada do referente é preservado na metáfora, o conceito sentencial integral  $F(x)$  integralmente precisa ser inferido do texto ou do contexto. A noção de ‘implicatura’ de Grice (1975) pode ser particularmente relevante aqui”.<sup>85</sup> (1993 [1979]: 385). Se pensarmos em uma sentença como (56), a proposta de Miller (1979) corresponderia a afirmar que a interpretação da sentença seria, por exemplo, que haveria um problema sem solução aparente. Como estamos tratando de predicação, mas metafórica, o que a fórmula propõe é que afirmar, metaforicamente,  $G(y)$ , é o mesmo que afirmar, não metaforicamente,  $F(x)$ .

<sup>84</sup> “(...) that use otherwise unobjectionable sentence in an incongruous context (...)”

<sup>85</sup> “In such cases, which I shall call “sentential metaphors”, nothing of the referent is preserved in the metaphor; the entire sentential concept  $F(x)$  must be inferred from the text or context. Grice’s (1975) notion of ‘implicature’ may be particularly relevant here.”

(56) A vaca foi pro brejo.

No entanto, apesar de formalmente o sistema parecer funcionar bem, e de ser bastante econômico, encontramos nele alguns pontos problemáticos, que apontaremos na sequência, além do fato de esta ser uma abordagem que o autor mesmo define como sendo psicologizante. Retomamos aqui algumas críticas de Escandell (2006) a respeito. Como na teoria da interação de traços, o maior problema aqui está em tratar novas possibilidades de metáfora. Se um falante produz, por exemplo,

(57) João é um pirata.

saberemos que pode estar pretendendo criar uma metáfora. No entanto, não é tão simples saber que tipo de comparação ele estará estabelecendo. Não se pode prever sobre qual predicado de “pirata” a comparação está sendo feita e sequer é possível saber se esse predicado é mesmo possível para “pirata”. Isso se verifica, também, em relação à formalização apresentada em (vi), que só pode ser completada quando levamos em consideração a interpretação que o falante deu.

Além da crítica de Escandell (2006), podemos perceber que a negação é outro ponto que indica falhas dessa análise. Sabemos que, na lógica, a negação inverte o valor de verdade de uma proposição. Apesar de, em nenhum momento, os valores de verdade terem sido considerados, pensemos, por exemplo, em uma sentença como

(58) João não é um foguete.

O valor de verdade de (58) é ‘verdadeiro’ por se tratar de uma sentença trivial. No entanto, estamos trabalhando com metáforas e, quando um falante produz esse enunciado, é muito provável que ele não esteja usando o sentido literal. De qualquer forma, se o falante produz (58), somos capazes de recuperar a metáfora contida em “foguete”, somos capazes de selecionar o significado contido nessa metáfora e, ainda, de sabermos o que está sendo negado – a saber, a velocidade.

Em relação à categoria “expressões de predicação metafórica”, também encontramos problemas. Embora a aplicação de um sistema formal seja algo muito interessante – e, em certas pesquisas, almejado – esse tipo de formalização não é capaz de prosseguir consistentemente para esse tipo de fenômeno. Como estamos tentando mostrar neste trabalho, os ditados populares possuem uma significação mais ou menos estanque, de fato, mas não é

fácil determinar em todos os casos a questão que está sendo levantada. Dessa forma, não é sempre que dizer “A vaca foi pro brejo” vai significar que estamos diante de um problema sem solução.

Aparte isso, o modelo formal apresentado também não parece formulado a ponto de permitir certa mobilidade morfológica e sintática dessas expressões metafóricas. Ou seja, um falante pode produzir, para o “mesmo” ditado popular, diversas sentenças:

(59) A vaca foi pro brejo.

(60) A vaca ‘tá indo pro brejo.

(61) A vaca não foi pro brejo.

(62) O curral inteiro foi pro brejo.

(63) A vaca foi pra um brejo tão grande que mais parecia um pântano.

(64) Hoje mandei a vaca pro brejo.

Não nos parece que sentenças como (62), (63) e (64) estejam previstas nesse sistema e, como já mencionamos, parece sempre difícil trabalhar com a negação, como em (61). O maior problema aqui, no entanto, é não conseguir prever que uma palavra possa significar mais que o sentido literal que apresenta, e é esse tipo de solução que pretendemos apresentar abaixo.

### **3.3.1 Críticas ao modelo semântico**

A discussão dos tratamentos possíveis para a metáfora dentro da pragmática se dá pelo embate travado com os tratamentos mais tradicionais da semântica formal. Por julgarem que os pressupostos teóricos das teorias semânticas as tornam insuficientes para darem conta de determinados aspectos, os pragmaticistas surgem na defesa da incorporação de outros vieses à análise. As críticas desses teóricos se voltam, portanto, ao que é deixado de fora do recorte da semântica formal e que, do ponto de vista deles, deveria ser incorporado. Além disso, alguns ainda procuram demonstrar a inconsistência de certas teorias semânticas, apontando as possíveis falhas.

Levinson (1983), assim como muitos outros pragmaticistas, entende que a metáfora não é um fenômeno que possa ser abarcado pelo viés teórico da semântica formal. Segundo ele,

A principal atração dessas teorias é que elas tentam trazer para o interior da semântica *standard* processos interpretativos, como a metáfora, que não são sempre claramente distintos de processos usuais de compreensão da linguagem cotidiana. (...) Onde cessa a interpretação literal e começa a interpretação metafórica? (1983: 150)<sup>86</sup>

Além disso, Levinson aponta que diversos autores (como Wilks (1975), Carling e Moore (1982)) assumem que a linguagem literal possui certa elasticidade que permite que os significados não estritamente literais possam ser “acomodados” – o que seria o caso de sentenças como “O pé da cama quebrou”, por exemplo.

O autor discute ainda o conhecido problema da falta de critério para o mapeamento dos traços do tratamento da “teoria da interação de traços”. Segundo ele, “o processo de mapeamento é não só excessivamente muito limitado, mas também excessivamente determinado para capturar a força metafórica da expressão” (1983:150)<sup>87</sup>.

Além disso, ele afirma que muitas das coisas que são ditas metaforicamente teriam mais relação com atributos do mundo real (com o contingente) do que com os traços semânticos que poderiam estar relacionados com o foco da metáfora – o caso de metáforas como “Antônio é uma raposa”, por exemplo. Raposas podem ter características como serem matreiras, espertas e, quando metaforicamente falamos delas, ardilosas e perspicazes, mas, seguindo a analogia que ele faz com seu exemplo em inglês, uma raposa não esperta ou não matreira ainda assim seria uma raposa.

Levinson acrescenta:

uma parte importante da força de qualquer metáfora parece envolver o que poderia ser chamado de ‘penumbra conotacional’ das expressões envolvidas, o *incidental* ao invés das características definidoras das palavras, e conhecimento de propriedades factuais de referentes e ainda conhecimento do mundo em geral. Todas essas questões estão além do escopo de uma teoria semântica, como geralmente é entendida dentro da linguística. (1983:150)<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> “The main attraction of such theories is that they attempt to bring within the fold of standard semantics interpretative processes like metaphor which are not always clearly distinct from ordinary processes of language understanding. (...) Where does literal interpretation cease and metaphorical interpretation take over?”

<sup>87</sup> “(...) the feature mapping is both too limited and too determinate to capture the metaphorical force of the expressions.”

<sup>88</sup> “An important part of the force of any metaphor thus seems to involve what might be called the ‘connotational penumbra’ of the expressions involved, the incidental rather than the defining characteristics of words, and knowledge of the factual properties of referents and hence knowledge of the world in general. All of these matters are beyond the scope of a semantic theory, as generally understood within linguistics.”



Para Levinson, como para outros tantos pragmaticistas, a questão está em saber que tipo de traços são relevantes para o cálculo que os falantes fazem nessa interação. Ou seja, para interpretar “Antônio é uma raposa” é necessária uma explicação que leve em consideração os atributos físicos, etológicos e mesmo metafóricos (como as características das raposas que conhecemos através das fábulas e histórias infantis).

Por fim, o autor aponta um argumento que considera crucial contra a teoria da interação de traços. Segundo ele, “existem metáforas que são intuitivamente parte e parcela do mesmo fenômeno, que não envolvem a anomalia semântica inicial na sentença requerida para deflagrar as regras ‘construcionais’ (regras para transferência de traços)”(1983:151)<sup>89</sup>. Um exemplo seria, em um contexto no qual duas pessoas jogam xadrez, o seguinte enunciado:

(65) Esse jogo está indo a galope.<sup>90</sup>

Essa sentença, proferida nessa situação, poderia tanto significar literalmente que o jogador está atacando o oponente várias vezes (ou apenas com) o cavalo, quanto significar metaforicamente que o jogo estaria indo rápido demais, por exemplo. Levinson aponta que, ainda, poderia significar “interessantemente, as duas coisas ao mesmo tempo” (1983:151)<sup>91</sup>.

No entanto, Levinson traz um exemplo que é ainda mais interessante para este trabalho: o ditado popular “*A stitch in time saves nine*”, o que poderíamos traduzir (ou verter?) por “*É melhor prevenir do que remediar*”. Segundo ele, não é necessário haver uma anomalia semântica em uma sentença como essa para que seja disparada a interpretação metafórica. Para o autor, “o que quer que explique a compreensão desse tipo de enunciado é semelhante ao que explica as metáforas, e não uma teoria semântica como quer que tenha sido construída” (1983: 151)<sup>92</sup>.

Dessa forma, o autor aproxima os ditados populares das metáforas, assim como tentamos fazer, mas nega que isso possa ser feito por uma teoria semântica – qualquer que seja, diga-se de passagem. Apesar de louvarmos a tentativa do autor de aproximar as duas coisas, discordamos de sua afirmação de que a semântica não é capaz de fazê-lo, como

---

<sup>89</sup> “(...) *There are metaphors, intuitively part and parcel of the same phenomenon, which do not involve the initial semantic anomaly within the sentence required to trigger the ‘construal rules’ (rules for feature transfer).*”

<sup>90</sup> O exemplo original é “Your defense is an impregnable castle”, mas não conseguimos uma tradução que desse conta satisfatoriamente da questão. Esperamos que esse exemplo sirva melhor.

<sup>91</sup> “(...) *or, interestingly, both at once.*”

<sup>92</sup> “*Whatever explains the understanding of these sorts of utterance is likely to explain metaphor, and it will not be a semantic theory however constructed.*”

discutiremos no próximo capítulo. Ainda assim, entendemos que, no ponto de vista do autor, a semântica seria uma disciplina que não dá conta do que está além do significado estrito da sentença. Essa concepção pode parecer equivocada hoje, contudo fazer essa crítica para aquele momento é anacronismo do nosso julgamento.

Levinson prossegue a argumentação rebatendo as propostas semânticas que usam a teoria da comparação (também apresentada no item precedente). Em poucas palavras, essa teoria parte do pressuposto de que toda metáfora é uma comparação elidida.

(66) Bernardo é como um saco sem fundo.

(67) Bernardo é um saco sem fundo.

A observação de Levinson a esse respeito considera que ao invés dessa abordagem solucionar o problema da compreensão da metáfora, ela apenas o aproxima muito do problema da compreensão de “alguns tipos específicos de usos ‘literais’ da língua, nomeadamente aqueles dos símiles” (1983:151)<sup>93</sup>. Novamente, como notava Pires de Oliveira no início deste capítulo, isso seria apenas deslocar o problema de lugar.

A pragmática, no entanto, não se vale apenas da desconstrução dos tratamentos semânticos e propõe, ela mesma, diversas teorias motivadas a olhar para a metáfora e dar explicações, de outra natureza, sobre o fenômeno. Infelizmente, não poderemos esgotar as possibilidades neste capítulo, mas apresentaremos algumas delas na seção subsequente.

### 3.3.2 Propostas da pragmática

Após apresentar suas críticas às teorias semânticas, Levinson (1983) conclui que é conveniente que se olhe, então, para o que a pragmática pode oferecer. Segundo ele,

Uma abordagem pragmática será baseada em assumir que o conteúdo metafórico de uma proposição não será derivado de princípios de interpretação semântica; ao contrário, a semântica irá fornecer apenas uma caracterização do sentido literal ou do conteúdo convencional das expressões envolvidas e, a partir disso, junto a

---

<sup>93</sup> “In any case, (...), the claim can be made that the problem of understanding metaphors is not really distinct from the problem of understanding some specific kinds of ‘literal’ uses of language, namely those in similes.”

detalhes do contexto, a pragmática terá que fornecer a interpretação metafórica. (1983:156)<sup>94</sup>

Apesar de relacionarmos a pragmática quase imediatamente ao trabalho de Grice (1975), Levinson afirma que olhar para metáforas como uma implicatura gerada pela violação da Máxima de Qualidade<sup>95</sup> é um modo um pouco ultrapassado de entender esse fenômeno. Quando um falante produz uma metáfora, não está afirmando algo que acredita falso – como quando conta uma mentira, por exemplo –, mas afirma algo que julga verdadeiro, ainda em que em uma instância não literal. Para Levinson (1983), uma sentença pode ser verdadeira literal e metaforicamente ao mesmo tempo e, além disso, uma metáfora pode até mesmo ser a violação de outra máxima que não a da qualidade (a da relevância, por exemplo, como sugerem Sperber e Wilson (1986a)).

Outro problema, segundo Levinson, é que “imediatamente fica claro que essa caracterização em si mesma oferece pouco para a caracterização da natureza da metáfora” (1983:157)<sup>96</sup>, porque ela é capaz de falar apenas do reconhecimento da metáfora, algo que é compartilhado com outros tipos de estratégias comunicativas oriundos do mesmo processo de violação de máximas, ou seja, é pouco explicativa e pouco acurada para a metáfora exclusivamente.

Escandell (2006) afirma que a abordagem de Grice, ao transpor a metáfora para o campo da pragmática, traz problemas além daquele mencionado por Levinson. Pensar a metáfora como uma violação da máxima de qualidade, como quer Grice, não impede que toda violação da máxima de qualidade seja uma metáfora (o que presumiria que toda vez que o falante violasse essa máxima, o interlocutor interpretasse como sendo um uso metafórico).

---

<sup>94</sup> “A pragmatic approach will be based on the assumption that the metaphorical content of utterances will not be derived by principles of semantic interpretation; rather the semantics will just provide a characterization of the literal meaning or conventional content of the expressions involved, and from this, together with details of context, the pragmatics will have to provide the metaphorical interpretation.”

<sup>95</sup> Grice (1975), um dos textos mais fundamentais da pragmática, propõe que a comunicação humana é regida por um princípio de cooperação, que entende que os falantes, quando se comunicam, seriam prioritariamente cooperativos. Segundo esse princípio, seriam 4 as máximas a que os falantes deveriam obedecer, a saber: qualidade (“Não afirme algo que creia falso ou que não tenha como comprovar”), quantidade (“Não fale mais nem menos do que o esperado”), relação (“Seja relevante”) e modo (“Seja claro: conciso, ordenado e não ambíguo”). Quando um falante viola uma dessas máximas, para o autor, imediatamente o interlocutor precisaria calcular o que é que deveria estar sendo dito e, dessa forma, inferir a intenção comunicativa do falante, de forma que a comunicação não ficaria prejudicada.

<sup>96</sup> “A second problem with Grice’s suggestion that then immediately emerges is that such characterization of itself offers little insight into the nature of metaphor.”

Outro problema apontado por Escandell (2006) é o fato de Grice não mapear os passos do processo de interpretação do interlocutor, de forma que essa teoria não consegue prever uma regularidade no resultado final.

Uma alternativa, apresentada por Levinson (1983), seria reformular o tratamento proposto por Grice de como as implicaturas funcionam, colocando-o em termos de um processo de dois estágios, tomando como base uma situação na qual o falante *S* diz *p* para o interlocutor *H* e, por meio disso, implica *q*.

O primeiro estágio dessa nova proposta seria localizar um gatilho, ou seja, “identificar a necessidade da inferência” (1983:157)<sup>97</sup>. Existem, segundo ele, dois tipos de gatilho:

- (a) Dizendo *p*, *S* no geral observou as máximas, mas, não obstante, *p* é inadequado conversacionalmente em algum grau, solicitando que *p* seja amplificado ou reparado com alguma suposição *q*
- (b) Dizendo *p*, *S* violou as máximas, e seja o que for que ele queira dizer, ele não pode querer dizer *p*, então para preservar o princípio de cooperação, *S* precisa substituir uma proposição *q* por *p*. (1983:157)<sup>98</sup>

O segundo estágio seria o da inferência de *q*:

No caso de (a), *H* pode usar o cálculo envolvido na implicatura padrão. (...) No caso de (b), *H* deve (i) determinar que tipo de tropo é *p*, (ii) aplicar o raciocínio característico daquele tropo, (iii) selecionar entre os valores possíveis para *q* na base da sua adequação conversacional no confronto com as máximas (1983:157-158)<sup>99</sup>

Essa reformulação serve para demonstrar que o tratamento de Grice para a metáfora, segundo Levinson, chega apenas ao primeiro estágio, ou seja, apenas localiza a inferência, embora a máxima só chegue a ser aplicada no final do segundo estágio. Porém, Levinson afirma que “o que mais é requerido é um tratamento de como (i) as metáforas são distinguidas de outros tropos e, crucialmente, (ii) como, uma vez reconhecidas, elas são interpretadas”

---

<sup>97</sup> “(...)Identifying the need for inference”.

<sup>98</sup> “(a) In saying that *p* *S* has generally observed the maxims, but *p* is nevertheless conversationally inadequate in some degree, requiring the *p* be ‘amplified’ or ‘repaired’ with the additional assumption *q*; (b) In saying that *p*, *S* has flouted the maxims, and whatever he means he cannot mean *p*; to preserve the Co-operative Principle, *S* must substitute some proposition *q* for *p*.”

<sup>99</sup> “In the case of (a), *H* can use the reckoning involved in standard implicature (...). In case of (b), *H* must (i) determine what kind of trope is *p*, (ii) apply the reasoning characteristic of that trope, (iii) select among competing values for *q* on the basis of their conversational adequacy vis-à-vis the maxims.”

(1983:158)<sup>100</sup>, ou seja, o modelo de Grice não fornece material para explicações suficientes sobre a metáfora.

Por outro lado, há um teórico da pragmática que traz um tratamento mais adequado para a metáfora, segundo Escandell (2006) e Levinson (1983): Searle (1979). Ele parece trazer uma solução principalmente no que diz respeito ao problema (ii) acima, da interpretação, apontado por Levinson para a teoria de Grice (1975). Searle (1979) sugere, segundo Levinson (1983), que diversos princípios de interpretação são acionados quando ocorre uma ruptura na adequação conversacional, pelos quais os interlocutores são capazes de procurar alguma interpretação pragmática para o enunciado.

Conforme Pires de Oliveira (1991:17), Searle “compreende a metáfora como um tipo de ato de fala indireto, isto é, postula a existência de uma incoerência entre aquilo que é efetivamente dito, enquanto literalidade (sentido da sentença), e aquilo que o falante quer dizer (sentido do falante)” e, ainda, que “no enunciado literal há coincidência entre o sentido da sentença e o sentido do falante”, mas que “na metáfora, o sentido da sentença não coincide com o sentido falante. No ato de fala indireto, o sentido do falante ultrapassa o sentido da sentença” (1991:17-18).

Para Searle, portanto,

O uso metafórico realmente significa algo diferente do significado das palavras e sentenças, mas isso não é porque haja alguma mudança nos significados dos elementos lexicais, mas porque o falante quer dizer algo diferente deles; o significado do falante não coincide com o significado da palavra ou da sentença. (SEARLE, 1979:87 apud PIRES DE OLIVEIRA, 1991:18)<sup>101</sup>

Para Pires de Oliveira (1991), ao pensar em incluir o “sentido do falante” na relação entre mundo e linguagem, Searle acaba por obscurecer a distinção entre literal e metafórico e isso “significa abandonar a ideia de que a metáfora esteja na forma do enunciado, tornando-se um fenômeno da pragmática” (PIRES DE OLIVEIRA, 1991:19)

Os princípios listados por Searle (1979) para o reconhecimento de um ato de fala indireto seriam sete, de acordo com Levinson (1983), e apenas um deles seria a busca de

---

<sup>100</sup> “What is further required is an account of (i) how metaphors are distinguished from other tropes, and crucially, (ii) how, once recognized, they are interpreted.”

<sup>101</sup> “The metaphorical utterance does indeed mean something different from the meaning of the words and sentences, but that is not because there has been any change in the meanings of the lexical elements, but because the speaker means something different by them; the speaker meaning does not coincide with sentence or word meaning.”

similaridade entre dois tipos de coisas (o que embasaria a interpretação de “Carlos é um gigante” significar que ele é alto, por exemplo). Tal princípio poderia ser enunciado da seguinte forma:

Dada uma expressão U na forma  $x \text{ é } F$ , procure por algum G ou H que seja uma propriedade saliente das coisas F; então, se encontrar, interprete U como “x é G”, rejeitando a interpretação “x é H” caso H seja um predicado menos óbvio de x. (1983:158)<sup>102</sup>

Evidentemente, essa regra não se aplica a todos os tipos de metáforas, conforme assinala Levinson; no entanto, se aplica a uma grande parte delas: às que fazem uso da similaridade de traços em comum. Escandell (2006) apresenta, também, uma leitura das propriedades apresentadas em Searle (1979). Segundo ela, para Searle, as metáforas apresentam propriedades muito características:

- I) são restritas: não se pode construir uma metáfora sobre qualquer dos sentidos em que uma coisa se assemelha a outra;
- e
- II) são sistemáticas: podem se comunicar graças à existência de um conjunto de princípios compartilhado pelo emissor e pelo destinatário. (ESCANDELL, 2006: 203)

A propriedade apresentada em I é facilmente comprovável e exemplos são comuns. Escandell (2006) afirma que as comparações explícitas são um exemplo disso, porque temos certo direcionamento da interpretação:

(68a) Daniel nada como um peixe.

(68b) Daniel é um peixe.

É mais fácil encontrarmos o significado de (68a) do que o de (68b), porque dentre todas as coisas que poderíamos dizer de um peixe, é difícil selecionar quais seriam metafóricas (por exemplo, nadar, nadar rápido, gostar de água, ter escamas, comer minhoca ou camarão). No entanto, curiosamente, se enunciarmos uma sentença como (69), a interpretação metafórica não fica prejudicada (evidentemente, se o interlocutor entender um pouco de natação e souber quem é César Cielo!).

---

<sup>102</sup> “Given an utterance U of the form  $x \text{ is } F$  look for some G or H which is a salient property of F things; then, if such is found, interpret U as ‘x is G’, rejecting the interpretation ‘x is H’, IF H is less obviously predicable of x.”

(69) César Cielo é um peixe.

Em relação à sistematicidade, Escandell (2006) afirma que, para Searle, a interpretação das metáforas se baseia na existência de padrões de inferência. Esses padrões, regulares, consistiriam em três tipos de estratégias:

- I) de reconhecimento: estratégias que permitem determinar se é necessário ou não buscar uma interpretação metafórica;
- II) de cálculo: estratégias para calcular os diferentes valores que podem marcar a entidade a respeito de qual dos elementos é semelhante; e
- III) de restrição: estratégias para restringir as possibilidades calculadas e identificar o fator concreto que serve como fundamento da metáfora. (ESCANDELL, 2006: 204)

Essas estratégias são bastante interessantes por oferecerem um modelo para mapear os passos da interpretação metafórica e funcionarem como um algoritmo. Assim, se os cálculos valem para todas as situações, é necessário aplicar uma das estratégias por vez antes de passar para a próxima e isso valeria para todas as situações. Um exemplo do uso dessas estratégias, apontado por Escandell (2006: 204-205), é a famosa metáfora utilizada por Romeu para falar de sua amada:

(70) Julieta é o sol.

Aplicando-se a primeira estratégia, o processamento é para definir se essa sentença precisa ou não ser interpretada como metafórica. Avaliada a falsidade (ou a contradição, ou a estranheza) de sua interpretação literal, é necessário que passemos ao segundo critério, que é selecionar que tipos de coisas podem ser ditas sobre o sol. Escandell (2006) elenca uma série delas: “ser uma estrela, ser um corpo gasoso incandescente, ter 1.400.000 km de diâmetro, estar a 150.000.000 de km da Terra, ser o centro do sistema em torno do qual giram os planetas, inclusive o nosso, ser nossa fonte de luz, vida e energia, etc.” (2006:205). Feito isso, resta elencar alguma dessas propriedades e decidir sobre a qual incidirá a nossa interpretação. Nesse caso, suponhamos que Romeu tenha querido dizer que, assim como o sol é a fonte de luz, vida e energia para o nosso planeta, Julieta é para ele a fonte de sua vida.

Ainda a respeito da abordagem de Searle (1979), Pires de Oliveira (1991) a acusa de tradicional por “não conseguir se libertar de uma compreensão redutora de ‘literal’. O autor mantém a existência de um sentido ‘neutro’, ‘independente da situação’, ‘acontextual’: o sentido da sentença definido como ‘o sentido que as palavras têm’”. E, além disso, porque sua

“descrição do funcionamento da metáfora não difere muito das propostas anteriores (...) [pois] sua análise baseia-se na semelhança entre termos” (PIRES DE OLIVEIRA, 1991:20). A objeção final se dá em virtude do “problema da identificação da metáfora” que, segundo a autora, Searle baseia no estranhamento. Para ela, no entanto, há metáforas que nenhum ouvinte estranha mais e que, ainda que Searle as tenha descrito como “congeladas”, não fornece para eles nenhuma explicação.

Deixando de lado Searle e olhando para outra teoria pragmática sobre o tratamento da metáfora, Escandell (2006) menciona a teoria da relevância, de acordo com o trabalho de Sperber e Wilson (1986a). Tal teoria consiste, muito basicamente, em creditar às asserções valores de maior ou menor relevância (conceito emprestado da teoria de Grice, já mencionada anteriormente). Para os autores, a relevância é algo subjetivo, atribuída em relação àquilo que o interlocutor já sabe do que está sendo enunciado. Além disso, o interlocutor deverá escolher, por assim dizer, uma das várias interpretações possíveis para aquele contexto (também conhecido como “ambiente cognitivo” nessa teoria, embora essa noção inclua, além do contexto físico, aquilo que está na cabeça do ouvinte e tudo aquilo a que ele tem acesso para interpretar uma determinada fala. Com base em todas essas informações, portanto, o interlocutor pode decidir a que ele atribuirá relevância para a situação em questão.

Dessa forma, a metáfora, afirma Escandell (2006), está inserida, assim como outras figuras de estilo, dentro da busca por maior relevância. Dessa forma, o falante estaria enriquecendo sua fala deixando para o interlocutor o trabalho de preencher o significado pretendido. Segundo essa perspectiva, “nos termos da análise de Sperber e Wilson se diria que não há coincidência entre a forma proposicional e a explicatura, isto é, entre o conteúdo codificado e o conteúdo que o emissor pretende comunicar, de tornar explícito para seu interlocutor.” (ESCANDELL, 2006:205)

Assim, como o que o falante quer comunicar não é uma proposição trivialmente falsa, cabe ao interlocutor enriquecer o sentido do que foi comunicado. Para Escandell, dentro da teoria de Sperber e Wilson, “as figuras não são, em última análise, mais que um caso extremo de separação entre o conteúdo que se codifica e o que se pretende comunicar” (2006: 206). Levinson (1983) menciona, em seu texto, um trabalho, à época vindouro, de Sperber e Wilson, que apontaria justamente para o fato de que a teoria de Grice transferiria muito ao psicológico, sendo inacessível aos linguistas e, portanto, não teria muito a dizer nem mesmo sobre outras “figuras de linguagem”.



Levinson (1983) afirma, porém, que há mais perguntas feitas à pragmática do que respostas que ela pode proporcionar e isso se reflete dentro dos mais diversos fenômenos que ela poderia abarcar. Ele afirma que

deve ser considerado, entretanto, que a teoria da implicatura sozinha não pode produzir ou prever tais interpretações. Uma consideração importante a respeito da metáfora é que, talvez, seja pedir demais de uma teoria pragmática que poderia, na realidade, fornecer um tratamento do que é claramente uma capacidade psicológica crucial e perfeitamente geral que opera em muitos domínios da vida humana; nomeadamente, a habilidade de pensar *analogicamente* (1983:159)<sup>103</sup>

Não podemos ter como pressuposto, no entanto, esse tipo de consideração, porque nos parece ser possível estender uma teoria a ponto que ela possa dar conta de um fenômeno que previamente não cobria. Evidentemente, pode-se admitir que não haja ainda nenhum tratamento proposto completamente fundamentado em uma dessas teorias pelo simples fato de que ainda ninguém o fez, e não porque a teoria não permitiria.

Ao final da seção dedicada à metáfora, Levinson (1983) acaba por concluir que há algumas grandes linhas que norteiam os estudos da metáfora dentro da pragmática. Uma delas diz respeito à necessidade de distinguir de uma metáfora qualquer uso não literal da língua e, para isso, Grice (1975) desempenha um papel fundamental, segundo Levinson. Feita essa distinção, entra em cena a capacidade de pensar analogicamente que mencionamos acima. Além disso, ele afirma que é possível que a interpretação da metáfora seja mesmo parecida com a que propôs Miller (1979), uma relação de comparação subentendida.

Levinson (1983) chega a mencionar que o contexto é capaz de determinar a interpretação metafórica. Os exemplos que ele evoca são os seguintes:

(71a) A: Puxa, que casa linda!

B: A minha esposa é a zeladora!

(71b) A: Puxa, que escritório sujo!

---

<sup>103</sup> “It may be conceded, though, that the theory of implicature alone cannot produce or predict such interpretations. One important consideration with respect to metaphor is that it is, perhaps, too much to ask of a pragmatic theory that should actually give us an account of what is clearly a perfectly general and crucial psychological capacity that operates in many domains of human life, namely the ability to think analogically.”

Em (71a), a palavra “zeladora” está sendo usado metaforicamente (esperamos!) para se referir às tarefas do trabalho doméstico da esposa, e só é usada porque o contexto permite que a interpretação seja favorável, positiva. Já em (71b), ainda que o uso seja metafórico, o contexto passa uma interpretação desfavorável e podemos interpretar a asserção, inclusive, como uma ironia. O ponto é que se trata da mesma metáfora, relacionada a duas pessoas diferentes, referindo coisas diferentes, apenas graças ao contexto.

Finalmente, Levinson afirma que a abordagem mais interessante para a metáfora deve levar em conta as capacidades cognitivas principalmente porque “a pragmática está centralmente interessada na interação entre um domínio essencialmente independente da experiência humana e o linguístico” (1983:162).

Aparentemente, tanto a semântica quanto a pragmática parecem ter saídas interessantes para pensarmos a significação dos ditados populares se entrarmos nas veredas dos estudos da metáfora. Não há, a princípio, nada que vete a interpretação de um ditado como uma sentença metafórica, embora o tratamento da pragmática não chegue a diferenciar os dois usos. Assim, é possível sobrepor um tratamento para os ditados populares com os para a metáfora dentro das teorias pragmáticas – embora outras teorias pragmáticas pudessem querer dar conta, também, das situações de uso e do fato de muitas dessas expressões estarem restritas a um determinado grupo de fala.

No capítulo seguinte, procuraremos demonstrar como é possível pensar a metáfora dentro da semântica formal, trazendo à tona duas teorias que não haviam sido levadas em conta pelos autores que consideramos até agora: a teoria da identificação cruzada de mundos e a teoria da semântica dinâmica. O recorte que escolhemos para o próximo capítulo é proposital: são duas abordagens preocupadas com a metáfora que conversam muito de perto, embora possuam soluções ligeiramente diferentes.

---

<sup>104</sup> Em inglês, os exemplos são “A: Oh what a beautiful house! / B: Yes, my wife is the curator” x “A: Oh what a dingy old Office / B: Yes, Bill’s the curator”.

#### **4. De grão em grão, a galinha enche o papo - as possibilidades da semântica dinâmica**

Finalmente, é chegada a hora de atarmos as pontas dessa discussão. (Não fique muito esperançoso, não vamos arrumar toda a bagunça!) Tentamos, até aqui, caracterizar o fenômeno e apresentar uma discussão epistemológica que justificasse a escolha que fazemos pela abordagem da semântica dinâmica, que apresentaremos neste capítulo. Além disso, neste capítulo, apontaremos a possibilidade de análise dos ditados populares, para verificar ou invalidar a hipótese inicial, que previa ser possível tratar esses fenômenos da mesma forma como são tratadas as metáforas.

Algo que observamos neste trabalho é que há fenômenos linguísticos que não são suficientemente descritos e explicados por algumas teorias – tanto as metáforas quanto os ditados populares ainda têm zonas obscuras em seu funcionamento. De acordo com o que sabemos, isso levaria a um debate interno sobre o poder heurístico de tais teorias e ocasionaria, possivelmente, o aparecimento de uma alternativa teórica capaz de dar conta do fenômeno em questão. Por vezes o debate pode ser tão impactante que leva ao surgimento de uma nova disciplina.

Esse não parece ser o quadro da emergência das semânticas dinâmicas. Ainda não se pode precisar se elas são apenas teorias inscritas na semântica formal ou uma proto-disciplina, principalmente porque se apoiam na lógica e na semântica formal, o que advogaria a favor da primeira hipótese; mas trazem no interior de sua epistemologia algo que foi excluído radicalmente no recorte das semânticas formais: o contexto – tradicionalmente objeto de estudo da pragmática.

No entanto, as semânticas dinâmicas não parecem estar devotadas apenas à explicação de fenômenos rejeitados por outras teorias. Elas também pretendem dar conta de fenômenos cujas explicações não são satisfatórias ou não incorporam determinados elementos dependentes do contexto. Para fins deste trabalho não apresentaremos todas as correntes de semânticas dinâmicas em voga e excluiríamos, por exemplo, a DRT e a File Change Semantics, duas teorias bastante conhecidas e consolidadas. Essa exclusão se dá em razão

tanto da extensão desse trabalho quanto, principalmente, pelo fato de não termos entrado em contato com tratamentos dispensados à metáfora dentro dessas teorias. Dessa forma, nos debruçaremos, um pouco mais detidamente, sobre a teoria do “Predicado Lógico Dinâmico”.

Como viemos repetindo até aqui, a semântica formal possui raízes na lógica e, portanto, trata da significação das sentenças apenas no que diz respeito ao significado que pode ser calculado *a priori*, ou seja, sem levar em conta a relação que a sentença tem com o contexto e com o mundo no qual está sendo proferida. Em outras palavras, a semântica formal é capaz de prover apenas as condições de verdade que dizem se uma sentença é verdadeira ou falsa ainda que seu contexto seja desconhecido. Dessa forma, a semântica formal é capaz de dizer sobre a sentença “O Rei da França é calvo” é que ela será verdadeira em um mundo onde as condições [ser rei da França] e [ser calvo] pertencerem a um único e mesmo indivíduo.

Contudo, para algumas correntes mais atuais da semântica, o significado de uma sentença não precisa ser determinado pelas suas condições de verdade, mas pelo “potencial de mudança de contexto” que ela traz consigo, ou seja, “conhecer o significado de uma sentença é conhecer o modo como ela muda um contexto” (GROENENDIJK e STOKHOF, 1996:01)<sup>105</sup>.

Os autores Martin Stokhof e Jeroen Groenendijk (1999) afirmam ainda que a diferença essencial entre essas duas concepções teóricas em semântica não é admitir que a interpretação das sentenças dependa do contexto – porque isso também é assumido pela semântica formal, uma vez que as condições de verdade são parâmetros dentro dos quais uma sentença se revela verdadeira ou falsa dentro de um mundo possível –, mas que, além disso, um enunciado é capaz de alterar – e mesmo criar – o contexto.

Groenendijk e Stokhof (1999) acrescentam ainda que

ao considerar tanto a dependência quanto a alteração do contexto, as abordagens dinâmicas para a interpretação se defrontam com o círculo hermenêutico. Obviamente, não é a observação da interdependência entre o contexto e a interpretação que é original, mas sim sua incorporação a um empreendimento formal. (1999:04)<sup>106</sup>

Além disso, da comparação entre essas duas vertentes emerge uma diferença metodológica: enquanto a semântica formal toma por objeto de análise as sentenças, a

---

<sup>105</sup> “to know the meaning of a sentence is to know how it changes a context.”

<sup>106</sup> As citações desse texto correspondem à tradução feita pelo professor Luiz Arthur Pagani, disponível em <http://people.ufpr.br/~arthur/>

semântica dinâmica parte de fragmentos de discurso. Para Groenendijk e Stokhof, a ideia não é mais que as sequências de sentenças sejam atiradas na “lata de lixo”, mas, “ao invés disso, elas são consideradas noções centrais da semântica e, portanto, do significado. Esta sim pode ser considerada uma inovação.” (1999:02)

Portanto, não se trata simplesmente de uma escolha pela inclusão do contexto, mas da escolha de um aparelho formal capaz de explicar as “intervenções” do contexto no significado. Além disso, a semântica dinâmica tem uma relação com a semântica de mundos possíveis que parece trazer consequências muito interessantes. Segundo os autores, uma semântica desse tipo voltada a enunciados informativos pode acarretar que a mudança de contexto seja uma “alteração de informação”, mas pode ir além:

Formulado em termos de condições de verdade, esse quadro parece inerentemente restrito às sentenças indicativas. No entanto, a semântica intensional permite uma aplicação mais ampla. Ela também pode ser usada para caracterizar o significado de outros tipos de sentenças. Por exemplo, de modo análogo, o significado de uma sentença interrogativa pode ser equiparado às suas condições de ‘responsabilidade’: saber o que uma sentença interrogativa significa é saber que circunstâncias tornam uma resposta pertinente. (GROENENDIJK E STOKHOF, 1999:04)

Uma das assunções da semântica dinâmica, segundo os autores, é identificar o contexto com “estado informacional” e o significado de uma sentença com uma “função de atualização dos estados informacionais”. Segundo Groenendijk e Stokhof, “esta perspectiva é assumida, por exemplo, na semântica dinâmica, na semântica de atualização e em algumas versões da semântica de alteração de arquivo. (...) A teoria de representação do discurso incorpora uma perspectiva diferente.” (1999:05)

O conceito de informação pode nos levar a pensar que, em geral, informações são geralmente incompletas ou não verdadeiras: grande parte daquilo que acreditamos saber não é verdadeiro (sabermos ou não se determinada coisa é verdade não altera as suas condições de verdade). No entanto, isso não impossibilita que informações possam ser analisadas. De acordo com os autores, é possível conceber que nosso estado informacional é um conjunto de possibilidades, “mais especificamente, as possibilidades que se mantém abertas de acordo com as informações” (1999:05). Dessa forma, teríamos um pano de fundo conversacional modalizado pela situação. “Se as informações dizem respeito ao 'mundo', um estado informacional pode ser identificado com um conjunto de mundos possíveis, mais especificamente, aqueles mundos que forem compatíveis com nossas informações (parciais).” (1999:05).

Para os autores, então, cada conjunto de possibilidades seria uma extensão<sup>107</sup> de um mundo diferente, que seria ajustado de acordo com a situação enunciativa em questão.

Cada um desses mundos representa uma condição diferente na qual o mundo real poderia estar de acordo com o desenrolar das informações. Desta perspectiva, o acréscimo de informações sobre o mundo acarreta a eliminação de determinadas possibilidades. Se um estado informacional é atualizado através de uma sentença, os mundos nos quais aquela sentença é falsa são eliminados, restando apenas os mundos nos quais aquela sentença for verdadeira. (1999:05)

Para esclarecer um pouco o que vimos falando até aqui, pensemos na seguinte situação: nós temos uma informação contextual de acordo com a qual, por exemplo, nosso universo de discurso (o mundo possível M) é preenchido por apenas 3 indivíduos – digamos: *Arthur, Bernardo e Carlos*.

Sabemos, também, que:

ou *Arthur caminha no parque*,

ou *Arthur e Bernardo caminham no parque*,

ou *Arthur, Bernardo e Carlos caminham no parque*.

Há, também, a possibilidade de que nenhum homem caminhe no parque.

Além dessas informações, temos também a informação de que Carlos está usando tênis. Assim, se alguém proferir a sentença:

(72) Um homem caminha no parque.

Teremos a seguinte configuração (conforme apresentada por Groenendijk e Stokhof (1999))

---

<sup>107</sup> Utilizamos aqui o termo extensão, como na lógica, para nos referirmos ao significado extensivo, ou seja, ao conjunto de indivíduos que podem ser caracterizados por meio de um mesmo predicado. Falar que cada conjunto de possibilidades seria uma extensão de um mundo diferente, nesse caso, significa dizer que, em cada mundo possível, teríamos um conjunto de informações denotado e ativado por aquelas informações.

a)

M <sub>0</sub>
M <sub>1</sub>
M <sub>2</sub>
M <sub>3</sub>

b)

M <sub>0</sub>	Arthur
M <sub>0</sub>	Bernardo
M <sub>0</sub>	Carlos
M <sub>1</sub>	Arthur
M <sub>1</sub>	Bernardo
M <sub>1</sub>	Carlos
M <sub>2</sub>	Arthur
M <sub>2</sub>	Bernardo
M <sub>2</sub>	Carlos
M <sub>3</sub>	Arthur
M <sub>3</sub>	Bernardo
M <sub>3</sub>	Carlos

c)

M <sub>1</sub>	Arthur
M <sub>2</sub>	Arthur
M <sub>2</sub>	Bernardo
M <sub>3</sub>	Arthur
M <sub>3</sub>	Bernardo
M <sub>3</sub>	Carlos

(72) [Estado inicial] (a) Um homem (b) caminha no parque (c).

A interpretação da sentença se daria de forma análoga ao processamento em matrizes – o que é uma simples tabulação de dados, não uma formalização – demonstrado na figura acima.

O estado inicial (a) representa um fundo conversacional compartilhado do discurso (o *conversational background*), vazio (pelo fato de os interlocutores ainda não terem compartilhado nenhuma informação discursiva), com tantas entradas quantas forem necessárias. Em (b), temos uma ilustração do processamento do sintagma indefinido “um homem”, que pode ser qualquer um dos indivíduos em questão, em qualquer um dos estados iniciais previstos em (a). Em (c), temos a correspondência das informações iniciais que tínhamos, ou seja, apenas Arthur caminha no parque, ou Arthur e Bernardo, ou então Arthur, Bernardo e Carlos caminham no parque. Note-se que o estado inicial onde “nenhum homem caminha no parque” não é representado, justamente porque a sentença anula essa possibilidade.

A possibilidade de anular o mundo M<sub>0</sub> após a enunciação da sentença é um reflexo da quantificação existencial exercida por “um”, mas o efeito dinâmico exercido por ele é que há, ao final da enunciação, um “estado informacional resultante”, ou seja, é possível que se façam referências futuras a “o homem que caminha no parque” justamente porque (c) acabou de ficar disponível como estado informacional para o plano de fundo conversacional.

Pensar em uma semântica dinâmica, porém, reserva descobertas ainda mais interessantes. Uma delas é a contraposição que Groenendijk e Stokhof fazem dessa perspectiva em relação às condições de verdade. Segundo eles, há um problema em pensar no significado dinâmico em relação às condições de verdade, principalmente porque as condições de verdade se atualizam junto com o discurso. Para os autores, não seria necessário propor uma nova nomenclatura caso as condições de verdade, como as conhecemos, fossem capazes de dar conta daquilo que eles pretendem explicar.

Porém, esse não é o único motivo pelo qual os autores pretendem suplantiar a noção de condições de verdade. “(...) Existem diversos motivos para se afirmar que o conteúdo de condições de verdade não é a noção básica que lubrifica as engrenagens do mecanismo de interpretação.” (1999:05). Aqui, mencionaremos apenas um desses motivos, que tem a ver com a anáfora. O exemplo de Groenendijk e Stokhof remete a um par de sentenças encontrado por Barbara H. Partee:

(73a) Eu deixei cair dez bolas de gude e encontrei todas elas, exceto uma. Ela provavelmente está debaixo do sofá.

(73b) Eu deixei cair dez bolas de gude e encontrei apenas nove delas. ??Ela provavelmente está debaixo do sofá.

A primeira frase em (73a) e a primeira frase em (73b) possuem as mesmas condições de verdade e fornecem exatamente as mesmas informações a respeito do mundo. Portanto, dizem os autores, se os significados fossem identificados com as condições de verdade, tais frases deveriam significar a mesma coisa. Mas não significam. Isso nos leva a crer que se “as duas primeiras sentenças têm significados diferentes, (...) o conteúdo de condições de verdade e significado não podem ser equivalentes.” (1999:05)

Assim, segundo Groenendijk e Stokhof,

A partir do ponto de vista da semântica dinâmica, estas duas sentenças diferem no modo como elas alteram as informações. Porém, o que está em questão nestas sentenças não é a informação sobre o mundo em si, já que seus conteúdos de condição de verdade são os mesmos, mas outro tipo de informação que é transmitido através do discurso. Aparentemente, os estados informacionais não dizem respeito apenas ao mundo descrito pelo discurso, mas também ao próprio discurso. Portanto o significado não visa apenas uma realidade extra-linguística, mas também engloba elementos que, num certo sentido, são 'auto-referenciais'. Não é apenas o que é



descrito que pertence ao significado e que exerce um papel no processo de interpretação, mas também a forma como isso é feito. (1999:05)

O contexto, para essa teoria, precisa ser definido cuidadosamente, porque é a ele que se atribui a capacidade de alternar os “mundos possíveis” nos quais a informação pode ser ancorada. Dessa forma, a semântica dinâmica conta com uma “perspectiva representacional”, que permite que a representação do discurso seja feita passo a passo. Segundo esses autores, “esta representação constitui o contexto para a interpretação da próxima sentença” além de que “a contribuição desta sentença consiste no acréscimo de 'referentes discursivos' e de restrições para suas interpretações” (1999:06), da forma como apresentamos na sentença (72) acima.

As estruturas de representação discursiva, afirmam os autores, apesar de não serem informações, as representam. No caso das sentenças (73a) e (73b), quem exige um referente discursivo é o pronome “ela”. Esse material, afirmam os autores, é linguístico, e não apenas semântico, o que evidencia um certo afastamento desses dois pólos dentro dessa perspectiva, ainda que não tenha ficado muito claro qual é o ponto dessa diferenciação.

A dinamicidade, porém, não está no significado:

A interpretação das estruturas de representação discursiva assume o formato padrão de uma definição (estática) de condições de verdade. Portanto, o significado por si mesmo não é uma noção dinâmica: o significado de uma representação e, portanto, o (pedaço do) discurso que ele representa, é identificado com o conjunto de modelos (mundos possíveis) nos quais a representação é verdadeira. (1999:06)

A interpretação só se torna dinâmica no processo de representação passo a passo e não na representação como um todo. Ou seja, não basta dizer que temos um modelo dinâmico, é necessário que essa dinamicidade se traduza na medida em que as informações vão atualizando o contexto. De acordo com o raciocínio de Groenendijk e Stokhof, o que diferencia uma perspectiva dinâmica representacional de uma semântica dinâmica é que

Numa semântica dinâmica, os contextos não são representações de informações, mas sim as próprias informações; ou seja, são objetos semânticos, e não objetos linguísticos. Dessa maneira, a dinâmica é uma característica intrínseca dos significados das expressões, e não do processo através do qual as representações são construídas. Consequentemente, numa semântica dinâmica, um nível representacional é, por princípio, supérfluo, o que significa que as possíveis implicações mentalistas podem ser evitadas. (1999:06)

Como vimos até agora, a semântica dinâmica dialoga com a epistemologia da semântica formal e é dentro desse tipo de teoria que pretendemos apontar uma solução para o problema das metáforas. Para fins desse trabalho, utilizaremos autores que trabalham, dentro dessa perspectiva, com duas teorias ligeiramente diferentes: HINTIKKA e SANDU (1994) e VOGEL (1998 e 2001).

#### 4.1 HINTIKKA E A GAME THEORETIC SEMANTICS

Jakko Hintikka desenvolveu, desde 1983, para os estudos da linguagem, uma teoria chamada Semântica da Teoria de Jogos (Game Theoretic Semantics – GTS), que inclui a situação proposicional. Essa teoria foi aplicada em Hintikka e Sandu (1994). De uma maneira simplificada, a GTS trabalha com uma noção de verdade diferente da noção clássica e com a ideia de que a linguagem é um jogo (como para Wittgenstein, a quem classicamente é atribuída essa noção, uma vez que este teórico estabeleceu comparações entre a língua e um jogo nos mais diversos níveis). Dessa forma, essa teoria propõe que toda enunciação é um jogo no qual participam dois agentes: um verificador, que tenta tornar todas as sentenças verdadeiras, e um falsificador, que tentaria fazer o contrário. No entanto, o verificador é aquele que enuncia a sentença enquanto o falsificador é o mundo físico. O jogo consiste na batalha travada entre esses dois “personagens” e o significado da sentença seria o resultado do equilíbrio entre as suas forças.

Para explicar o que venha a ser este “equilíbrio de forças”, tomamos emprestado o exemplo de Chiaki Ohkura<sup>108</sup> (2003). Imaginemos uma situação na qual duas pessoas estão falando ao telefone e, de repente, a ligação cai. A pessoa **A** poderia ligar para a pessoa **B** e retomarem a conversa normalmente da mesma forma que a pessoa **B** poderia ligar para a pessoa **A**. No entanto, se as duas pessoas ligarem ao mesmo tempo, estarão ocupando as linhas e a ligação não se completará. Assim, instaura-se entre as duas pessoas uma tensão na qual o resultado só será satisfatório caso haja um equilíbrio entre a passividade de esperar a ligação e a ação de telefonar. Não há uma resposta certa e não há nenhuma garantia de que toda vez que isso aconteça o procedimento será o mesmo. A tensão instaurada e o equilíbrio das forças, para essa teoria, são análogos ao que acontece na enunciação.

---

<sup>108</sup> OHKURA, Chiaki. *The Semantics of Metaphor in the Game Theoretic Semantics with at Least Two Coordination Equilibria*. Proceedings of the ACL 2003 Workshop on the Lexicon and Figurative Language, pp. 55-62. 2003.

A partir dessa noção de jogo, os autores pensam na semântica como uma disciplina capaz de explicitar fenômenos que estão ligados à interação dos falantes e tentam propor explicações com base na tensão que as situações criam em relação à sua significação. Assim, Hintikka e Sandu (1994) abandonam a semântica de mundos possíveis e a criticam por não acreditarem que ela traga abordagens para a metáfora e, quando o faz, minimiza o fenômeno tratando-o como um caso de polissemia.

Nós encontramos na literatura relacionada à semântica de mundos possíveis (SMP) relativamente poucas análises de itens lexicais particulares e poucas discussões informativas a respeito de problemas interessantes relacionados a qualquer tipo de significado lexical. Esse estranho estado de coisas é o que propomos chamar de ‘paradoxo da SMP’. Podemos formular como uma questão: na medida em que o significado lexical torna-se relacionado, a SMP é uma instância de promessas falsas ou de oportunidades não utilizadas? (HINTIKKA E SANDU, 1994: 151) <sup>109</sup>

Segundo os autores, não é o caso de fazer uma longa investigação acerca da SMP, mas de propor uma alternativa: enquanto a SMP está preocupada com a significação enquanto extensão e nos mundos possíveis onde determinadas predicções podem ser consideradas verdadeiras ou falsas, “o que a GTS faz é organizar essas outras ‘circunstâncias’ dentro de um conjunto de mundos possíveis alternativos” (1994:152)<sup>110</sup>. Evidentemente, para isso, os autores partem do pressuposto de que uma semântica que pense apenas em **um** mundo possível é completamente inviável para pensar a metáfora.

Na interpretação desses autores, Davidson teria entendido a metáfora a partir de uma teoria que opera apenas com um mundo possível. No entanto, como afirmamos no capítulo anterior, não temos a impressão que Davidson mencione qualquer coisa sobre mundos possíveis, apenas sobre a perspectiva de sentido fregeana. No entanto, segundo os autores, Davidson estaria afirmando que o significado de cada palavra possui limitadas extensões nesse mundo e, portanto, uma palavra usada metaforicamente denotaria apenas o conjunto de seus significados literais. Ainda segundo os autores, pensar dessa forma

é tratar as expressões metafóricas como ambíguas. O significado metafórico é apenas um significado diferente. Não é preciso que haja algo intrinsecamente errado

---

<sup>109</sup> “We find in PWS-oriented literature relatively few semantic analyses of particular lexical items and few informative discussions of interesting problems concerning some type of lexical meaning. This strange state of affairs is what we propose to call the paradox of PWS. We can put it in the form of a question. As far as lexical meaning is concerned, is PWS an instance of false promises or unused opportunities?”

<sup>110</sup> “What GTS does is to regiment those other “circumstances” into a alternative sets of possible worlds.”

ao dizer isso, mas uma abordagem como essa para a metáfora não explica absolutamente a relação entre os dois significados. (1994:153)<sup>111</sup>

Um ponto interessante levantado pelos autores nesse sentido é que, da mesma forma que conhecer uma pessoa é ser capaz de reconhecê-la em diferentes cenários, saber o significado de uma palavra é conseguir entender o que ela quer dizer nos diferentes contextos em que pode aparecer: “você entende o significado de certas expressões linguísticas se você não apenas sabe o que as suas referências de fato são, mas também o que as referências seriam se as circunstâncias fossem diferentes”<sup>112</sup>.

No entanto, o motivo para tanta insistência em criticar a semântica de mundos possíveis, segundo os autores, é que, “em outras palavras, uma teoria natural da determinação do significado, em contraste com uma especificação de um conjunto de significados estáticos, provavelmente acabará sendo alguma variante da SMP” (1994:153)<sup>113</sup>, ou seja, pensar na significação de forma a ignorar a dinâmica discursiva na qual os significados se estabelecem seria quase sempre uma variação da semântica de mundos possíveis. Novamente aí, Hintikka e Sandu mencionam a teoria davidsoniana. Segundo eles, “o fenômeno que outros teóricos frequentemente tentam explicar em termos de um significado metafórico especial, Davidson pretende explicar pragmaticamente como resultado de um uso criativo de asserções falsas” (1994: 154)<sup>114</sup>.

Segundo os autores, então, é possível pensar numa semântica que leve em conta a semântica dos mundos possíveis, desde que sejam considerados plurais. Hintikka e Sandu, então, formulam a seguinte definição para metáfora: “O significado metafórico é o significado não literal que utiliza conexões de significado traçadas por similaridade em oposição às conexões de significado baseadas em outras considerações, como a continuidade”

---

<sup>111</sup> “[The next best thing a one-world theorist can do] is to treat metaphoric expressions as ambiguous expressions. Metaphoric meaning is just a different meaning. Now there need not to be anything intrinsically wrong in saying this, but such an approach to metaphor leaves completely unexplained the relation of the two meanings.”

<sup>112</sup> “You understand the meanings of certain linguistic expressions if you know, not just what their references in fact are, but also what their references would be if circumstances were different.”

<sup>113</sup> “In other words, a natural theory of meaning determination, in contrast to a specification of a static set of meanings, is likely to end up being some variant of PWS.”

<sup>114</sup> “The phenomenon that other theorists often try to account for in terms of a special metaphorical meaning, Davidson wants to explain pragmatically as resulting from the creative use of false statements.”

(1994:157)<sup>115</sup>. Evidentemente, é necessário que entendamos o que são as linhas de significado e o que os autores entendem aqui por similaridade e continuidade.

Conexões de significado são relações que podem ser feitas entre os diferentes significados de uma palavra nos diferentes mundos possíveis. Significado, aqui, é entendido do mesmo modo que na semântica de mundos possíveis: uma função, que corresponde a uma variável que possui um valor diferente em cada mundo possível. As conexões seriam traçadas, então, com diferentes significados possíveis em cada mundo possível – e, portanto, não seriam aquilo que se convencionou de “conexões de mundo” o que, segundo os autores, seriam apenas relações que “encontram” nos diferentes mundos possíveis indivíduos idênticos.

Conexões de mundo são independentes do significado de um mundo particular não-lógico. Conexões de significado são relativas a sintagmas nominais singulares particulares. Eles definem para que indivíduo esse NP é corretamente aplicado nos diferentes cenários (mundos) relevantes. (1994:155)<sup>116</sup>

Cabe ressaltar, da mesma forma que fazem os autores, que essa ideia não está contida na SMP, mas que ela apenas serve de instrumento para a explicação. A ação de traçar as conexões, no entanto, não está ainda bem clara porque, a rigor, qualquer significado pode estar relacionado a outro quando a língua é posta em uso. Ou seja, é necessário pensar que tipos de restrições podem ser formalizáveis dentro desse modelo.

Hintikka e Sandu, assim, apresentam duas propostas da literatura: i) traçar as conexões por continuidade, e ii) traçá-las por similaridade, como propôs David Lewis. A relação de continuidade se daria apenas em relação aos objetos físicos, e por isso está fora desta discussão. Já a de similaridade procuraria fazer com que dois indivíduos, nos seus respectivos mundos (ou seja,  $i_1$  e  $i_2$ , nos mundos  $M_1$  e  $M_2$ ), contassem como sendo “contrapartes” um do outro, ou seja, que fossem idênticos. A similaridade, explicam, deve ser levada em conta em relação aos indivíduos, e não em relação à contribuição que esses indivíduos dariam em relação à similaridade dos mundos.

Dessa forma, estamos falando de metáfora enquanto similaridade entre dois indivíduos em diferentes mundos possíveis, ou seja, estamos aproximando indivíduos que, em princípio,

---

<sup>115</sup> “Metaphoric meaning is nonliteral meaning which utilizes meaning lines drawn by similarity in contradistinction to meaning lines based on other considerations, such as continuity.”

<sup>116</sup> “World lines are independent of the meaning of any particular nonlogical world. Meaning lines are relative to some particular singular noun phrase. They define which individual this NP is correctly applied to in the different relevant scenarios (“worlds”).”

não possuem identificação. A vantagem dessa abordagem, então, é poder levar em consideração apenas um aspecto desse significado compartilhado que está sendo atribuindo aos indivíduos. Entre as diversas possibilidades de semelhança (não podemos esquecer que essa abordagem pode levar a uma explosão de possibilidades), então, seria escolhida a que é relevante naquele contexto.

A confiança do significado metafórico nas considerações de similaridade não precisa ser absoluta, mas apenas relativa, atribuindo um peso maior na similaridade do que no uso literal da sentença ou sintagma em questão. O que também acontece tipicamente é que, à parte de uma multidão de critérios relacionados para serem aplicados a uma palavra, um pequeno número é escolhido e então é usado como a base das considerações sobre a similaridade. (1994: 157)<sup>117</sup>

Ou seja, estamos pensando em traçar linhas, ou conexões, que interliguem predicados de um e de outro indivíduo em mundos possíveis diferentes. Os autores acrescentam, ainda, que “esse método para traçar conexões não determina os significados por si. Por meio dessas ‘conexões’, nós podemos, por exemplo, decidir que indivíduos possuem certo predicado em um mundo se já soubermos quais ele tem em outro” (1994:163)<sup>118</sup>. No entanto, eles afirmam que é necessário que haja um ponto de partida para essa linha, ou seja, que é necessário saber qual é o ponto de referência, em um mundo possível, no qual serão ancorados os outros significados.

A coisa mais interessante a esse respeito é que, segundo os autores, não é difícil encontrar o ancoradouro de uma metáfora. “O mundo no qual as linhas de significado metafóricas estão ancoradas é, frequentemente (mas não sempre), o mundo real. E os pontos de partida das conexões de significado são as referências das expressões operacionais que são determinadas pelos seus significados literais.” (1994:163)<sup>119</sup>.

Em decorrência, afirmam Hintikka e Sandu, é impossível pensar em metáfora sem um elemento de comparação, ainda que rudimentar. Uma entidade  $E_1$ , segundo eles, para a qual é

---

<sup>117</sup> “This reliance of metaphoric meaning on similarity considerations need not to be absolute, but only relative, assigning a greater weight on similarity than in the literal use of the operative word or phrase. What also happens typically is that out of the multitude of interrelated criteria for the applicability of a word, a small number is chosen which then are used as the basis of similarity considerations.”

<sup>118</sup> “But such a method of drawing meaning lines does not by itself determine meanings. By means of such ‘lines’, we can, e.g., decide which individuals have a certain predicate in one world if we already know which ones have in another.”

<sup>119</sup> “The world to which metaphoric meaning lines are anchored is often (but not always) the actual world. And the starting-points of meaning lines are the references of the operative expressions that are determined by their literal meanings.”

dado um atributo metafórico, é comparada com uma entidade  $E_2$ , para a qual é dado o sentido literal. Para isso, compreende-se que  $E_1$  está localizada em um local diferente do mundo real, porque é a partir do mundo real que saem as conexões de significado em sua direção. Isso é evidente, uma vez que se  $E_1$  estivesse localizada no mundo real, seu significado seria apenas o literal, ou qualquer predicação metafórica que fosse feita dessa entidade resultaria numa proposição trivialmente falsa. “A essência da metáfora reside na maneira como cada um dos significados está baseado em outro” (1994:163)<sup>120</sup>.

Uma evidência disso seria a modificação de sentido que acontece quando movemos o ponto de referência da metáfora. Hintikka e Sandu exemplificam com a famosa frase de Karl Marx, “a religião é o ópio do povo”, para a qual usualmente se atribuem significados em relação ao poder da religião de distorcer a realidade ou de ter efeitos nocivos sobre as pessoas, mas cujo ancoradouro, segundo os autores, era o fato de que as mães da classe trabalhadora, na era Vitoriana, davam aos filhos um pouco de açúcar com uma gota de ópio para acalmá-los. Dessa forma, a característica saliente da interpretação de “ópio” deixa de ser de “substância alucinógena” para ser a de “substância calmante”, o que faz com que a igreja, metaforicamente, passe de aquela que distorce ou cria fatos que mascaram a realidade para aquela que acalma e deixa o povo apático e sem vigor.

Como os autores afirmaram acima, nem sempre o ponto de referência da metáfora é o mundo real. Podemos, por exemplo, dizer que “João é o Romeu da Maria” e, para isso, estaremos ancorando a metáfora no mundo criado por Shakespeare. Ou, ainda, como salientam Hintikka e Sandu, um estudioso da história da ciência poderia dizer uma frase como

(74) No sentido comum, Albert Einstein não era um Einstein,

o que demonstraria que podemos usar expressões ancoradas no senso comum e não necessariamente em um dos predicados do indivíduo em questão. Isso demonstraria que “para ser entendida, o aspecto de referência relevante de uma metáfora precisa ser familiar para o ouvinte ou o leitor” (1994:165)<sup>121</sup>. Ainda nesse raciocínio, seria de se esperar que sentenças como

(75) Esse sapato velho não é confortável como um sapato velho.

---

<sup>120</sup> “The gist of the metaphor lies in the way one of these meanings is based on another one.”

<sup>121</sup> “In order to be understood, the relevant aspects of the reference-point of a metaphor must be familiar to the hearer or reader.”

ou a sentença (74) acima não fossem aceitas quando tomadas literalmente.

Por outro lado, sentenças como

(76) Esse sapato velho é mesmo confortável como um sapato velho.

(77) Esse chinelo de gordo é mesmo chato como um chinelo de gordo.

levariam a crer que, por vezes, as conexões de significado não são de identificação cruzada, mas de reidentificação. “Isso significa que elas expandem a aplicabilidade de uma palavra ou sintagma para novas identidades como parte de um mesmo mundo (possivelmente uma nova situação naquele mundo mais do que uma entidade em um mundo completamente diferente)” (1994:166)<sup>122</sup>

Olhar para a metáfora e pensá-la nessas circunstâncias acaba por trazer algumas consequências. Hintikka e Sandu apontam três delas:

- i) A metáfora é um aspecto do significado, ou seja, um aspecto no sentindo em que a referência da expressão é determinada em diferentes circunstâncias.
- ii) Assim, estritamente falando, não há uma verdade para a metáfora enquanto distinta da verdade normal. As condições de verdade das sentenças que contêm uma expressão metafórica são as mesmas que as das sentenças normais, considerado em si o significado não literal da expressão.
- iii) A metáfora pode ser pensada como um jeito especial de usar uma palavra ou sintagma, mas ela não engloba qualquer uso ou sentença (proposição) especial (1994:157)<sup>123</sup>

Além disso, uma questão interessante apontada pelos autores diz respeito a uma visão diferente sobre a metáfora. Segundo eles, esse fenômeno tem sido visto na literatura quase sempre como uma estrutura na qual se faz uma predicação e não como um uso possível de um item lexical, uma vez que “princípios metafóricos são formas de traçar conexões de significados não-padrões ao invés de conexões de mundo de identificação cruzada” (1994:160)<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> “That is to say they extend the applicability of a word or a phrase to new entities in a new part of one of the same world (possibly a new situation in that world rather than to an entity in an altogether different world.”

<sup>123</sup> “i) Metaphor is a matter of meaning, that is, a matter of the way in which the reference of an expression is determined in different circumstances. ii) Hence there is strictly speaking no metaphoric truth as distinguished from normal truth. The truth-conditions of statements containing a metaphoric expression are the same as normal truth-conditions, given the nonliteral meaning of that expression itself. iii) Metaphor can be thought of as a special way of using a word or a phrase, but it does not involve any special use or sentences (utterances).”

<sup>124</sup> “Metaphoric principles are uses to draw nonstandard meaning lines rather than world lines of cross-identification.”



Indo um pouco além, os autores afirmam que a metáfora é um fenômeno do significado estrito, a tal ponto que uma teoria pragmática não chega a trazer grandes contribuições para o estudo desse fenômeno. Afirmam: “na metáfora, estamos lidando com um tipo especial de uso de significado não literal de certas expressões, não com um jeito especial de usar sentenças” (1994:161) e, “assim, não há esperanças para o desenvolvimento de uma teoria para a metáfora dentro dos atos de fala. A metáfora instancia um tipo especial de significado, não um jeito especial de colocar a língua em uso ou de ‘fazer coisas com as palavras’” (1994:161)<sup>125</sup>, numa crítica a Searle, que propôs o tratamento para a metáfora que mencionamos anteriormente e que também baseou seu modelo de análise nas discussões apresentadas por Austin (1962), em seu famoso livro “How to do things with words”.

A discussão acerca da metáfora é totalmente permeada de reflexões a respeito de existirem símiles implícitos dentro das expressões metafóricas. Assim, ainda que algumas teorias não explicitem esse pressuposto, o tratamento dispensando sempre leva em consideração essa similaridade subjacente. Para a teoria que Hintikka e Sandu propõem, a saída é pensar que comparações e metáforas traçam linhas de significado de formas diferentes. Ou, como afirma Black, citado pelos autores, “é melhor dizer que a metáfora cria a similaridade que dizer que ela formula alguma similaridade que já existia anteriormente” (BLACK, 1962, apud HINTIKKA e SANDU, 1994:167).<sup>126</sup>

Para os autores, portanto, pensar a metáfora como uma comparação não diz tudo o que pode ser dito sobre ela, porque mesmo para uma comparação são traçadas conexões de significado e, com isso, é preciso voltar à discussão dos problemas de interpretação que concernem à metáfora. Além disso, da mesma forma que para a metáfora, é preciso que as conexões de significado sejam ancoradas em algum lugar e, segundo os autores, isso não está contido no tratamento de comparação.

Hintikka e Sandu (1994) afirmam, ainda, que uma sentença que contenha uma expressão metafórica pode, sim, ser submetida a uma valoração de verdade e, inclusive, que as mesmas regras semânticas das sentenças literais é que devem ser aplicadas nesses casos. Segundo eles, outra base da teoria é que,

---

<sup>125</sup> “Thus, there is no hope to develop a speech-act theory of metaphor. Metaphor instantiate a special kind of meaning, not a special way of putting language to use or of ‘doing things with words’.” (O autor faz referência ao livro de Austin, em português traduzido como “Quando dizer é fazer.”)

<sup>126</sup> “It is better to say that ‘the metaphor creates the similarity than to say that it formulates some similarity antecedently existing’.”

estritamente falando, é um engano falar de verdade metafórica de forma diferente da verdade literal. Uma sentença pode ter um significado metafórico e esse significado pode ser verdadeiro ou não na amplitude do senso de verdade. O que é entendido por ‘verdade metafórica’ é simplesmente a verdade comum de uma sentença (enunciado) interpretada metaforicamente. Isto envolve um sentido especial de significado (um tipo especial de interpretação), não um tipo especial de verdade. Usada nesse sentido, ‘verdade metafórica’ é meramente uma elipse inócua que devemos ocasionalmente tolerar. (HINTIKKA e SANDU, 1994:172)<sup>127</sup>

Toda essa discussão é extremamente interessante por olhar a metáfora por um viés completamente semântico, ou seja, por trazer à tona, dentro de uma abordagem que parecia esgotada e quase impossível, questões pertinentes para uma nova discussão. No entanto, o que mais referenda aquilo que pretendemos fazer nesse trabalho é o parágrafo “Metaphoric sentences” do texto de Hintikka e Sandu (1994). Afirmam eles: “nossa análise de metáfora a ‘explica’ como a confiança em certos princípios não padrão da determinação do significado das palavras e de outras expressões da nossa língua. Mas não há como negar que sentenças inteiras podem ser usadas metaforicamente”<sup>128</sup>. E, além disso,

Enquanto as conexões de significados não-padrão de palavras individuais (ou de outras expressões) não são delineadas pelos meios de similaridade quando tomadas isoladamente, elas são delineadas de forma a manter a similaridade entre a combinação semântica das expressões relevantes em foco em sua aplicação literal e no sentido metafórico pretendido. Essa combinação pode ser uma proposição inteira, (...) mas ela pode ser algo menor que uma proposição inteira. (1994: 162)<sup>129</sup>

Visto dessa forma, o tratamento de Hintikka e Sandu vale tanto para expressões idiomáticas quanto para ditados populares, englobando numa mesma categoria aquilo que consideramos serem coisas distintas no segundo capítulo deste trabalho. No entanto, optamos por continuar com um tratamento em separado por entendermos que as diferenças sintáticas entre eles são significativas e podem trazer contribuições para um tratamento semântico.

---

<sup>127</sup> “Another corollary of our theory is that is strictly speaking a misnomer to speak of metaphoric truth different from literal truth. A sentence can have a metaphoric meaning, and this meaning decides whether is true or not in the normal gardenvariety sense of truth. What is meant by “metaphoric truth” is simply the ordinary truth of a sentence (utterance) metaphorically interpreted. This involves a special sense of meaning (special kind of interpretation), not a special kind of truth. Used in this sense, “metaphoric truth” is merely an innocuous ellipsis which we shall occasionally indulge ourselves.”

<sup>128</sup> “Our analysis of metaphor “explains” it as reliance on certain nonstandard principles in determining the meanings of words and other simple expressions of our language. But there is no way of denying that entire sentences can be used metaphorically.”

<sup>129</sup> “While nonstandard meaning lines of individual words (or other expressions) (...) are not drawn by means of similarity considerations when taken in isolation, they are drawn in a way which maintains a similarity between the semantical combination of the relevant expressions in question in their literal application and the intended metaphoric sense. This combination can be a entire proposition (...), but it can be something short of an entire proposition.”

Contudo, pensar nos ditados populares enquanto usos especiais de sentenças é capaz de contradizer a afirmação dos autores de que as metáforas não são um jeito especial de usar sentenças. O exemplo que os autores dão é “*Meu copo transbordou*”, o que definitivamente não é um caso de ditado popular – e talvez seja uma expressão idiomática, embora nos remeta muito mais às metáforas conceituais de Lakoff e Johnson (1980), que entenderiam que tratamos sentimentos como fluídos contidos em recipientes (assim como expressões do tipo “*Essa foi a última gota*”, “*Enquanto eu via aquilo, minha raiva ia subindo*”, “*Ele encheu meu saco*”, entre outras.)

Por outro lado, mesmo que não estejam interessados nos ditados populares, Hintikka e Sandu não vetam a nossa interpretação de que os sentidos dessas expressões sejam, primariamente, entendidos como metafóricos. Reiteramos que esses ditados são entendidos como expressões cristalizadas, que seu uso discursivo é capaz de superar a significação que esperamos calcular, mas advogamos em favor de um tratamento semântico possível, ainda que dentro do instrumental utilizado para a metáfora. Ou seja, assim como Hintikka e Sandu (1994), também entendemos que há a possibilidade linguística de que sentenças inteiras sejam usadas como metáforas.

É interessante pensar nas expressões idiomáticas do ponto de vista da semântica porque, como já discutimos anteriormente neste trabalho, essas expressões são pensadas como usos cristalizados da língua, já armazenados no léxico, o que os tornaria diferentes das metáforas, fenômenos muito mais corriqueiros. Embora aceitemos, como discutimos acima, que essas expressões (tanto as idiomáticas quanto os ditados populares) estejam armazenados no léxico como blocos de significado, reiteramos a posição de que o seu significado pode ser estudado a despeito dessas classificações.

Assim, delimitar conexões de significado para proposições inteiras se faz da mesma forma que para as palavras. “Seu significado não padrão seria determinado em conformidade com a nossa teoria da mesma forma que a sentença” (1994:162)<sup>130</sup>, ou seja, traçando conexões de similaridade entre os diversos significados possíveis dentro de diversos mundos possíveis, como vimos anteriormente. Adiante, discutiremos um pouco mais essa questão e apresentaremos a análise de alguns ditados populares com base nessa teoria.

---

<sup>130</sup> “*Its nonstandard meaning would then be determined in accordance with your theory in the same way as that of the sentence.*”

#### 4.1.1 – Um tratamento dos ditados populares por meio da GTS

Como vimos, a GTS (Game Theoretical Semantics) não parece vetar a possibilidade de análise dos ditados populares, o que nos permite pensar nesse fenômeno da forma que Hintikka e Sandu (1994) fazem com as metáforas. Como pudemos verificar, para muitos autores, não há uma diferenciação entre a metáfora e os ditados populares, de forma que precisamos apenas adaptar a interpretação da teoria.

Assim, partindo das conexões de significado, podemos pensar que os ditados populares possuem significados diferentes nos diversos mundos possíveis, mas que podemos traçar uma linha que faça a conexão entre eles. No entanto, isso pode dificultar um pouco a nossa análise, uma vez que os ditados populares precisam ser entendidos não-composicionalmente para que tenham o status de ditados populares. Ou seja, pensar que, para uma sentença como

(78) Quem não tem cão caça com gato.

teríamos linhas de identificação traçadas em tantos mundos possíveis quantos fossem necessários até que, em um deles, existisse a interpretação não composicional para todas as palavras da sentença, seria uma solução absurda. Por outro lado, a discussão a respeito da forma como os ditados populares estariam armazenados no léxico para que pudéssemos acessá-los como acessamos palavras não foi suficientemente esgotada. Não é trivial, portanto, que pensemos no ditado como um “bloco” de significado.

No entanto, essa parece ser uma solução viável. Como vimos, não é a possibilidade de tratar a metáfora com conexões de significado que impede a configuração “em bloco” do ditado popular: é a forma como estamos entendendo que elas estão armazenadas no léxico. Apenas para fazer um contraponto, pensemos aqui nas expressões idiomáticas: da mesma forma, elas não podem ser tratadas como palavras isoladas). Como Hintikka e Sandu (1994) não deixam claro que teoria lexical estão adotando, creio que esse é um problema sem solução. Ou, pelo menos, que exige uma solução *ad hoc*, como adotaremos aqui.

Como afirmamos no item anterior, as conexões que tem a ver com a metáfora são traçadas por uma relação que os autores chamam de “similaridade”. Essa relação é responsável por identificar dois indivíduos em dois mundos diferentes (ou seja, as marcas  $i_1$  e  $i_2$ , nos mundos  $M_1$  e  $M_2$ , seriam idênticas.). Como estamos trabalhando com a expressão “em

bloco”, poderemos pensar que, para cada mundo possível, ditados populares como (78) acima teriam significados diferentes – a depender de cada mundo possível. A conexão de significado, então, seria traçada de acordo com as possibilidades de significação não composicional da expressão.

Para exemplificar, vamos pensar nas possibilidades de significação de (78). Em  $M_1$ , ela significaria uma afirmação genérica sobre alguém que não tem um cão e passou a utilizar como instrumento de caça um gato. Em  $M_2$ , significa “achar uma solução *ad hoc*”. Em  $M_3$ , significa “improvisar”. Em  $M_4$ , significa “Alguém comeu meu picolé” e, assim, sucessivamente. Nesse caso, a linha de identificação da significação metafórica passaria apenas por  $M_2$  e  $M_3$ , deixando  $M_1$  e  $M_4$  de fora.

Existiriam muitas outras interpretações possíveis, mas o ponto crucial aqui é que a significação escolhida será determinada pelo contexto e, embora (78) não deixe de significar outras coisas nos mundos possíveis e, mesmo que sua conexão passe por outros significados além do selecionado pelo contexto, não é toda ela que precisa ser acionada pelo falante ou pelo seu interlocutor naquele momento. Afirmamos isso com base na afirmação de Hintikka e Sandu (1994) já citado na seção anterior aqui retomado:

A confiança do significado metafórico nas considerações de similaridade não precisa ser absoluta, mas apenas relativa, atribuindo um peso maior na similaridade do que no uso literal da sentença ou do sintagma em questão. O que também acontece tipicamente é que, entre uma multidão de critérios relacionados para serem aplicados a uma palavra, um pequeno número é escolhido e então é usado como a base das considerações sobre a similaridade. (1994: 157)<sup>131</sup>

E, além disso, porque “esse método para traçar conexões não determina os significados por si. Por meio dessas ‘linhas’ nós podemos, por exemplo, decidir que indivíduos possuem certo predicado em um mundo se já soubermos quais ele tem em outro” (1994:163)<sup>132</sup>.

Considerando-se que essa aplicação se ajuste e seja possível, falta, ainda, determinar o ancoradouro, ou seja, o ponto de partida, da linha de significado para o nosso ditado popular.

---

<sup>131</sup> “This reliance of metaphoric meaning on similarity considerations need not to be absolute, but only relative, assigning a greater weight on similarity than in the literal use of the operative word or phrase. What also happens typically is that out of the multitude of interrelated criteria for the applicability of a word, a small number is chosen which then are used as the basis of similarity considerations.”

<sup>132</sup> “But such a method of drawing meaning lines does not by itself determine meanings. By means of such ‘lines’, we can, e.g., decide which individuals have a certain predicate in one world if we already know which ones have in another.”

Ora, o ponto de partida é o mundo real: “o mundo no qual as linhas de significado metafóricas estão ancoradas é, frequentemente (mas não sempre), o mundo real.” (1994:163)<sup>133</sup>.

Para desenvolver um pouco mais a nossa análise, vamos trazer à tona outro ditado popular:

(79) Cão que ladra não morde.

Novamente, poderemos pensar em um  $M_1$ , no qual a sentença significa “há um cão que ladra e não morde”, em  $M_2$ , no qual significaria “o cachorro está com a boca ocupada”, em  $M_3$ , no qual significaria “quem fala muito sobre si mesmo não faz tudo aquilo que aparenta”, e, em  $M_4$ , teríamos algo como “a aparência de algo não corresponde às suas atitudes”. A linha de interpretação metafórica, então, selecionaria  $M_3$ ,  $M_4$  e quais outros significados fossem análogos e pertinentes para aquela situação, e deixaria de fora  $M_1$  e  $M_2$ .

Um empecilho para pensar o ditado popular dentro dessa teoria é a relação de comparação que os autores afirmam estar presente em todas as metáforas. Ou seja, quando dizemos que “João é uma mula”, estaríamos, para esta teoria, comparando implicitamente alguns predicados de João com os predicados de uma mula. Porém, quando enunciamos um ditado popular, não estamos comparando predicados sobre indivíduos – no máximo, predicamos sobre situações ou sobre eventos. No entanto, insistimos que a teoria não veta a interpretação dos ditados populares. Seria o caso, talvez, de propor uma reformulação na teoria para aumentarmos o seu poder heurístico, mas esse é assunto para outro trabalho.

Para uma teoria assim formulada, não haveria alteração em relação às condições de verdade das metáforas para os ditados populares: elas continuariam valendo porque, segundo os autores, “as condições de verdade das sentenças que contêm uma expressão metafórica são as mesmas que as das sentenças normais, considerado em si o significado não literal da expressão.”<sup>134</sup> (1994: 157). Assim, teríamos que (78) seria verdadeira quando “quem não tem cão caça com gato” e que (79) seria verdadeira quando um “cão que ladra não morde”, ainda que metaforicamente.

---

<sup>133</sup> “The world to which metaphoric meaning lines are anchored is often (but not always) the actual world. And the starting-points of meaning lines are the references of the operative expressions that are determined by their literal meanings.”

<sup>134</sup> “Hence there is strictly speaking no metaphoric truth as distinguished from normal truth. The truth-conditions of statements containing a metaphoric expression are the same as normal truth-conditions, given the nonliteral meaning of that expression itself.”

Alguém poderia levantar uma questão em relação a tratar os ditados populares como usos metafóricos dentro dessa teoria. Isso diz respeito ao fato de que, para Hintikka e Sandu (1994), como para tantos outros semanticistas e pragmaticistas que elencamos ao longo desse trabalho, as metáforas não são “usos especiais” da linguagem – *status* que parece, ainda que implicitamente, ser conferido aos ditados populares pela sua configuração morfológica e sintática e pelo fato da sua significação não ser composicional, porque, “na metáfora, estamos lidando com um tipo especial de uso de significado não literal de certas expressões, não com um jeito especial de usar sentenças” (1994:161)<sup>135</sup>. Ou seja, metáforas podem ser corriqueiras e banais, utilizadas e produzidas pelos falantes cotidianamente, mas os ditados populares não se comportam dessa forma: é praticamente impossível criar um ditado popular novo a cada enunciação.

No entanto, esperamos ter deixado claro que entendemos que metáforas têm configurações distintas dos ditados populares, principalmente em relação à cristalização do uso destes em oposição à inovação daquelas. A aproximação que fazemos dos dois fenômenos, aqui, tem relação apenas com a sua significação e, mais que isso, com o significado que damos aos ditados populares das primeiras vezes que os ouvimos – ou seja, antes que a cultura nos “ensine” os momentos certos de usarmos um ou outro. Temos, para isso, a licença dos que afirmam que “essa combinação [metafórica] pode ser uma proposição inteira, mas ela pode ser algo menor que uma proposição inteira. (1994: 162)<sup>136</sup>

A abordagem que trataremos no item a seguir dialoga muito de perto com a teoria adotada por Hintikka e Sandu (1994), mas traz algumas diferenças fundamentais. É interessante perceber que alguns dos pressupostos se mantêm, mas a análise faz considerações e traz problemas diferentes.

## 4.2 VOGEL E O TRATAMENTO DA METÁFORA

Como temos visto, é fundamental para uma disciplina que ela tenha seus objetos de estudo perfeitamente delimitados. A metáfora, dessa forma, ficou de fora de alguns recortes formais, embora tenha sido incorporada por outras. Percy (1958) afirma que “a filosofia formal da linguagem foi influenciada pelas opiniões segundo as quais a metáfora, como uma

---

<sup>135</sup> “In metaphor, we are dealing with a special kind of nonliteral utterances of certain expressions, not with a special way to use sentences.”

<sup>136</sup> “This combination can be a entire proposition (...), but it can be something short of an entire proposition.”

forma de linguagem não literal, é essencialmente defeituosa ou não mais que ornamental, mesmo que seu uso incorra em *insights* cognitivos” (PERCY, 1958, apud VOGEL, 2001:03)<sup>137</sup>, ou seja, parece consenso que a metáfora é deixada de lado por tratamentos formais por estar fora do recorte epistemológico proposto por eles.

Vogel (2001) afirma, no entanto, que existem diversas teorias com motivações e pressupostos diferentes entre si unidas pelo interesse sobre a metáfora. Uma dessas teorias, apresentada no terceiro capítulo e precursora do pensamento sobre as metáforas como fazendo parte da cognição, é a de Lakoff e Johnson (1980), na qual os autores definem a metáfora como sendo o processo de base da apreensão de conceitos abstratos. Para esses autores, é a partir de certos conceitos concretos (que aprendemos com base na nossa apreensão física do mundo – noções como *frente* e *atrás*, *acima* e *abaixo*, *movimento* ou *estagnação*) que chegamos a conceitos abstratos (como *futuro* e *passado*, *coisas positivas* e *negativas*, por exemplo).

Há, por outro lado, perspectivas de abordagem da metáfora que estão “no meio do caminho”, segundo Vogel; ou seja, nem só devotadas ao sentido literal, nem só devotadas a explicar o uso das proposições. Essas seriam “pesquisas em inteligência artificial que analisam a metaforicidade através de processamento de modelos” (2001:03)<sup>138</sup>. Esses modelos de processamento assumem que o significado de uma metáfora provém da comparação entre domínios, ou seja, parecem trabalhar muito de perto com a definição clássica de metáfora.

Vogel cita como exemplo a teoria utilizada por Fass (1991), que fornece uma abordagem da metáfora em quatro categorias (comparação, interação, seleção de violação de restrição e convenção), mas mantém a comparação presente em todas elas. O autor, segundo Vogel, ainda adota uma “classificação global para todos os domínios que distingue os significados literais, metafóricos e anômalos em termos de distanciamento de hierarquia” (VOGEL, 2001: 03)<sup>139</sup>. Segundo Vogel, Indurkha (1994) desenvolve um tipo de classificação semelhante, na qual assume que uma metáfora é capaz de criar a similaridade nos domínios.

---

<sup>137</sup> “Formal philosophy of language has been influenced by opinions that metaphor, as a form of nonliteral language, is essentially defective or no more than ornamental, even if its use does offer cognitive insights.”

<sup>138</sup> “(...) research in artificial intelligence that analyzes metaphoricity through process models.”

<sup>139</sup> “Fass (1991) assumes an overarching taxonomy for all domains and discriminates literal, metaphorical and anomalous meanings in terms of relative distance in the hierarchy.”



Contudo, esse tipo de teoria não é capaz de dizer nada a respeito das condições de verdade de uma sentença metafórica – e, ao que parece, não está mesmo interessada nisso. No entanto, a crítica feita por Vogel a esses modelos consiste em que eles não são capazes de fornecer uma teoria a respeito da significação não literal. O objetivo do autor, portanto, é apresentar uma teoria capaz de integrar um modelo formal de semântica e de sintaxe com as expressões metafóricas. Ele afirma que

(...) os significados devem remeter a sentenças metafóricas usando o mesmo aparato formal que os sentidos literais, ainda que com o *locus* da metaforicidade apropriadamente identificado dentro do sistema. O principal ponto é demonstrar que a metaforicidade não está fora do alcance da semântica da língua natural.<sup>140</sup> (2001:04).

As condições de verdade, para Vogel, são uma parte profundamente essencial do significado de uma sentença, porque é através delas que as extensões do significado se dão e é a partir desses conjuntos que o processamento da metáfora pode se estabelecer. Sem esse tipo de cálculo – mesmo que os conjuntos resultantes das condições de verdade sejam mal formados ou deficitários, conforme ressalta o autor – não pode ocorrer o que ele chama de “indivuação”, ou seja, não se podem mapear as características da extensão de cada item lexical para que uma comparação seja possível. O autor salienta, porém, que fica evidente que uma teoria puramente estrutural é incapaz de lidar com a dinâmica da mudança de extensão trazida pela metáfora, porque “quando um intérprete aceita a veracidade de uma asserção declarativa, um tipo de mudança de mundo é operada, mas ela é ortogonal ao tipo de mudança que ocorre com a metáfora.”<sup>141</sup> (2001:05). Vogel vai além e afirma que “a metáfora traz uma mudança de conceitos possíveis. Ela está no coração da ontogênese da língua literal”<sup>142</sup>. (2001:05)

Em geral, as condições de verdade de uma metáfora são tratadas como sendo trivialmente falsas e, quando negadas, trivialmente verdadeiras. Vogel acrescenta que, no entanto, as comparações (que ele afirma serem “contrapartes da metáfora”) não podem ser falsas. “Isto é bastante conhecido, assim como o fato adicional de que uma asserção

---

<sup>140</sup> “It is an assumption of this paper that meanings must be delivered for metaphorical sentences using the same formal apparatus as the literal senses, albeit with the locus of metaphoricity appropriately identified within the system. A major point is to demonstrate that metaphoricity is not outside the remit of natural language semantics.”

<sup>141</sup> “Of course, when an interpreter accepts the veracity of a declarative assertion, a sort of change of world is brought about, but this is orthogonal to the kind of change that happens with metaphor.”

<sup>142</sup> “Metaphor brings about a change of possible concepts. It is at the heart of the ontogenesis of literal language.”

metafórica pode ser verdadeira ou falsa em seus próprios termos não-literais”<sup>143</sup> (2001:05), ou seja, é possível pensarmos em valores de verdade que incluam o estatuto metafórico da sentença.

No entanto, reitera Vogel, abordagens semânticas têm, em geral, concordado com a visão de Davidson (1984), segundo quem “a metaforicidade é uma propriedade do uso da língua e, portanto, não é da conta dos semanticistas” (2001: 05)<sup>144</sup>. No entanto, o autor considera esse tipo de visão extremamente pessimista, fato pelo qual demonstrou em Vogel (1998) – engrossando as conjecturas de outros cientistas – que certos aspectos da pragmática podem ser recuperados em outros tipos de modelos teóricos.

Vogel afirma ainda que as metáforas não devem ser tratadas como símiles ou comparações elididas, pois “as condições de verdade são diferentes, e não há a garantia de apenas uma comparação para traduzir a metáfora, ou para omitir variações de “como”, por exemplo, no uso não literal de qualquer outro verbo que não seja a cópula”(2001:05-06)<sup>145</sup>. Além disso, para ele, as comparações não possuem a mesma “força especial” que as metáforas têm, ou seja, fica bastante claro que o modo de perceber a metáfora na língua está ligado, para Vogel, ao seu uso ou ao significado pretendido pelo falante.

O autor complementa afirmando que as “metáforas envolvem, e seu primeiro uso cria, sentidos especiais para as expressões em questão” (2001:06)<sup>146</sup>. É nessa perspectiva do uso primeiro de uma metáfora que estamos tentando aproximar os ditados populares, também em seu primeiro uso – ou na primeira vez que o falante consegue compreender a expressão não composicionalmente.

A proposta de Vogel (1998) é a de que uma linguagem lógica, de predicados de primeira ordem, é capaz de dar conta de enunciados literais e não literais, diferenciando as duas possibilidades. Aparentemente, a ideia é que cada palavra irá projetar dois conjuntos de significados, um com os literais e outro, vazio a princípio, com os não-literais. Vogel afirma que

---

<sup>143</sup> “This is well-known, as is the additional fact that a metaphorical assertion can be true or false in its own nonliteral terms.”

<sup>144</sup> “Davidson(1984), in fact, argues that metaphoricity is indeed a property of language use, and hence not the business of semanticists.”

<sup>145</sup> “The truth conditions differ, and there is not a guarantee of a unique simile to translate a metaphor into, and from which to elide instances of “like”, for example in the nonliteral use of any verb other than the copula.”

<sup>146</sup> “Metaphors involve, and their first uses create, special senses of the expressions at stake.”

Isto significa que em um sistema formal bastante simples, que seja completamente extensional na sua análise do significado (no qual o significado de um termo é completamente especificado pelo conjunto de itens que o termo verdadeiramente denota), é possível fornecer um tratamento da metaforicidade em língua natural. Uma vantagem de uma abordagem lógica, como a proposta aqui (...) está em sua metodologia: nós entendemos completamente a sintaxe e semântica dessa língua, e, por isso, podemos ser totalmente explícitos em formular a teoria da metáfora nesses termos, bem como a forma pela qual a teoria da metáfora integra outros fenômenos semânticos. (2001:07)<sup>147</sup>

No entanto, o modelo lógico que Vogel propõe difere, segundo ele próprio, em dois pontos do uso clássico do modelo dos predicados de primeira ordem: o primeiro é que esses significados denotariam, de saída, dois conjuntos de significados extensionais; o segundo, é que essa “técnica” adota os pressupostos da semântica dinâmica, que considera que a interpretação das sentenças trará uma mudança para o contexto, ou seja, que cada proposição enunciada serve de *input* para a proposição subsequente. Segundo Vogel, “certas expressões não literais têm a capacidade de adicionar elementos aos conjuntos de predicados característicos envolvidos na sentença metafórica em questão” (2001:07)<sup>148</sup>, ou seja, expressões metafóricas são capazes de mudar o contexto, como todas as outras sentenças, além de selecionar o conjunto de extensões que vão projetar a depender desse mesmo contexto.

A grande preocupação de Vogel (1998) é a de mostrar que metáforas e símiles têm condições de verdade diferentes, porque constroem tipos diferentes de aproximação de significados. Enquanto uma “metáfora bem sucedida constrói uma situação em que duas categorias têm um elemento em comum, e, portanto, a comparação das sentenças também é verdadeira” (2001:08)<sup>149</sup>, os símiles são construções, que sintaticamente aproximam duas coisas diferentes, cujo valor de verdade sempre é verdadeiro. Isso se deve, aparentemente, ao fato de que sempre é possível encontrar um traço comum entre duas categorias. Podemos ter, por exemplo: “Crianças são **como** a grama: crescem” ou “Sofás são **como** cães: tem quatro

---

<sup>147</sup> “This means that in a very basic formal system, one which is completely extensional in its analysis of meaning (in that the meaning of a term is fully specified by the set of items that the term truthfully denotes), it is possible to provide an account of metaphoricity in natural language. An advantage of a logical approach such as the one proposed here (...) is in its methodology: we understand completely the syntax and semantics of the language, and therefore we can be fully explicit in stating the theory of metaphor in its terms, as well as how the theory of metaphor integrates with other semantic phenomena.”

<sup>148</sup> “Essentially, certain nonliteral expressions have the capacity to add elements to the characteristic sets of predicates involved in the metaphorical sentence under interpretation.”

<sup>149</sup> “(...) a successful metaphor constructs a situation in which two categories do have a common element, and thereafter the comparison sentence is also true.”

pés” e metáforas que dissessem “Crianças são grama” ou “Sofás são cães”. Nesses casos, a apreensão de significado dos símiles é transparente, uma vez que o ele explicita o traço de comparação relevante, enquanto que a metáfora não, porque não está dado para o interlocutor qual é o traço relevante para aquele momento.

Aparentemente, o grande ganho teórico que Vogel pretende é de, em apenas um modelo, poder dar conta de dois tipos de interpretação para os dados: o literal e o não literal, sem procurar prever ou decidir previamente qual dos dois está sendo usado naquele determinado contexto. “Além disso, essa abordagem acomoda o aspecto dinâmico do significado na linguagem não literal – interpretar uma sentença não literal estende o significado dos predicados em questão pela adição de entidades predicativas não literais para o conjunto de características correspondente.” (2001:08)<sup>150</sup>.

Um problema desse modelo, apontado pelo próprio autor, é que não é possível fazer restrições ao significado metafórico quando for entendido, contextualmente, que não se trata de um enunciado que precisa do sentido literal. O exemplo que ele dá é que dizer “Leslie é uma biblioteca” pode significar tanto que ela sabe muita coisa quanto que ela vive emprestando livros. Nenhum dos dois significados é literal, mas o modelo não dá conta de decidir, dentro do conjunto de significados não literais, qual dos significados possíveis é o desejado para a sentença. Vogel atribui isso a uma ineficiência de qualquer modelo semântico em lidar com ambiguidade. Particularmente, acreditamos que esse tipo de coisa que pode ser resolvido pelo contexto da enunciação (que é incorporado nessa teoria) assim como qualquer outra ambiguidade e, portanto, não deveria ser uma preocupação nesse momento, mas entendemos que isso é um problema do modelo atual.

No entanto, Vogel afirma que pretende resolver esse problema a partir da implantação não de uma lógica de predicados de primeira ordem, como em Vogel (1998), mas com uma lógica modal de predicados. Resumidamente, esse tipo de lógica assume que nem todos os predicados são veri-condicionais e acrescenta e trabalha com dois operadores sobre

---

<sup>150</sup> “Moreover, the approach accommodates the dynamic aspect of meaning in such nonliteral language - interpreting a nonliteral sentence extends the meaning of predicates at issue by adding nonliterally predicated entities to the corresponding characteristic sets.”

alternativas:  $\Diamond$ , o operador de quantificação existencial, também chamado de diamante, e  $\Box$ , o operador de quantificação universal, também chamado de quadrado.<sup>151</sup>

O autor explica que esses operadores não são veri-funcionais, e que dizer “possivelmente  $p$ ” não depende do seu valor de verdade no mundo real, mas de “ $p$ ” ser verdade em alguma alternativa acessível. Assim,  $\Box p(q)$  significa que existe um sentido de  $p$  para o qual é verdade  $p(q)$ , e  $\Diamond p(q)$  significa que  $p(q)$  é verdadeiro não importa que significado de  $p$  seja considerado. Para exemplificar,  $\Box \text{palito}(q)$  significa que, em algum mundo possível, “ser um palito” significa “ser magro”; em outro, poderia significar “ser alto”, e, ainda, numa projeção literal, “ser um objeto roliço de madeira”. Já  $\Diamond \text{palito}(q)$  supõe um atributo necessário, portanto, um predicado definidor da intensionalidade de  $q$ , ou seja, “ser roliço” e “ser de madeira”, entre outros.

Além disso, segundo ele, os axiomas da modalidade já trariam as relações de acessibilidade capazes de conectar as alternativas possíveis e elas seriam modeladas como mundos possíveis. Dessa forma, “entender um predicado é conhecer sua extensão, o conjunto de elementos que o tornam verdadeiro, em cada alternativa” (2001:09)<sup>152</sup>. Essa abordagem, segundo Vogel, prevê que, para cada predicado, um mundo possível diferente oferece o conjunto de características correspondentes para o significado em questão.

Não se trata, porém, de mundos possíveis inteiramente literais ou inteiramente não literais, mas do fato de que um mundo, em particular, contaria como sendo metafórico para um predicado por causa das entidades que compõem aquele mundo em particular. Assim, o contraste entre os dois tipos de significado seria baseado em classificações de mundo relacionadas ao próprio predicado, porque um mundo poderia ser, ao mesmo tempo, literal para um predicado e não literal para outro, ou seja, o que define o valor metafórico é a relação da sua interpretação com o que é dado como literal para aquele predicado. Esse tipo de raciocínio explicaria também o que acontece quando uma metáfora morre: “o sentido não muda, mas sim a classificação do sentido como literal ou não” (2001:09)<sup>153</sup>

Nesse ponto, Vogel (2001) afirma que se aproxima da abordagem de Hintikka e Sandu (1994), apresentada na seção anterior, pois, para ele, as ideias destes autores estão

---

<sup>151</sup> Resumidamente, podemos exemplificar essas relações com o verbo “dever”, que deixa clara a oposição entre o que é uma necessidade (“O cidadão *deve* entregar o imposto todos os anos”) e uma possibilidade (“Eu devo fazer isso semana que vem”).

<sup>152</sup> “(...) *to understand a predicate is to know its extension, the set of elements it is true of, in each alternative.*”

<sup>153</sup> “(...) *the sense doesn't change, but the classification of the sense as literal or nonliteral does.*”

relacionadas a uma semântica de mundos possíveis de primeira ordem, uma vez que essa análise é feita e pensada considerando-se as identidades dos indivíduos. Segundo Vogel,

É normal pensar que em cada mundo possível é possível identificar contrapartes dos indivíduos em outros mundos. Uma conexão de significado não dá uma relação de contraparte para os indivíduos, mas para nomes de predicados. A conexão de significado através de mundos indica quais entidades estão no conjunto característico de indivíduos em cada mundo. (2001:10)<sup>154</sup>

Ou seja, as conexões de significado são uma forma de pensar apenas na relação dos predicados possíveis para aquele indivíduo, e não em contrapartes de indivíduos em outro mundo possível. Quer dizer, posso traçar conexões de significado pensando que, num mundo possível, posso dizer de João que ele é um homem esperto, em outro, que ele é uma raposa. Mas não posso traçar, em cada mundo possível, uma linha que encontre um João diferente em cada mundo.

Vogel, no entanto, não está negando que a metáfora possa ser tratada dentro dos termos da semântica de predicados de primeira ordem, mas traz outra proposta, que veremos na seção a seguir.

#### 4.2.1 Lobo em pele de cordeiro - Uma semântica intensional para sentidos extensionais

A ideia central dessa teoria, como vimos, é mostrar que a metáfora pode ser tratada formalmente dentro do escopo de uma teoria que leve em consideração uma semântica de base formal. No entanto, a formalização *per se* não diz absolutamente nada sobre o fenômeno: ela é apenas uma possibilidade a partir da teorização feita. Dessa forma, não nos deteremos aqui em apresentar a formalização, mas em apresentar o raciocínio que está por trás dela.

Para Vogel *et alii* (1997), aplicar esse método de análise é inovador por ele estar preocupado com a interpretação entre sentenças, e não com a interpretação de apenas uma delas. O modelo serve apenas para expressões metafóricas com cópula, que são a estrutura mais comum para esse tipo de expressão. Assim, Vogel *et alii* (1997) apresentam duas formas de predicação possíveis: **ser**<sub>lit +</sub> (literal) e **ser**<sub>lit -</sub> (metafórica).

---

<sup>154</sup> “It is standard to assume that at each possible world it is possible to identify counterparts of individuals at other worlds. A meaning line gives not a counterpart relation for individuals, but for predicate names. The meaning line across worlds indicates what entities are in the characteristic set of individuals at each world.”

Segundo os autores, nada interessante acontece com **ser**<sub>lit+</sub>. A parte mais interessante é a que acontece com **ser**<sub>lit-</sub>. “O efeito da definição para **ser**<sub>lit-</sub> é adicionar ao sujeito a extensão do predicado, se (por acaso) ele não estiver lá já na interpretação inicial”<sup>155</sup> (1997:05) e, além disso, “a extensão de sentido é modelada aumentando a extensão do predicado envolvido”<sup>156</sup> (1997:05). Dessa forma, predicar sobre determinado indivíduo algo metafórico não é predicar algo trivialmente falso a respeito dele, mas realizar uma operação metafórica devidamente identificada pelo modelo. Essa operação acarreta a ampliação do conjunto de denotações daquele predicado.

Retomando o exemplo do “palito”, consideremos que “palito” denota, extensionalmente, um conjunto de indivíduos recobertos pela intensão “ser roliço”, “ser de madeira” etc. Assim, quando dizemos “João é um palito”, em que “ser palito” é tomado como não literal (**ser**<sub>lit-</sub>), o que esse predicado faria, segundo Vogel, é adicionar à extensão do conjunto definido por **ser palito**<sub>lit+</sub> o indivíduo João, provocando assim a ampliação do conjunto das denotações originais.

Para ilustrar o que vem a ser essa solução, os autores apresentam a seguinte formulação sobre a extensão do sentido.

Ao invés de considerar a verdade relativa a um domínio e a uma função de interpretação, nós permitimos que a interpretação de uma sentença amplie a função de interpretação em jogo. É a semântica dinâmica que usa a função de interpretação como *input* e *output* para o processamento da sentença. As sentenças literais certamente não ampliam a função de interpretação. O uso de uma nova metáfora, por outro lado, tem o efeito de ampliar a extensão do predicado metafórico a fim de incluir a entidade (ênupla) na predicação. (1997: 06)<sup>157</sup>

Ou seja, a metáfora é caracterizada como a possibilidade de aumentar o conjunto possível das denotações daquele predicado, ou seja, é uma função que amplia o conjunto inicial de significados daquela palavra. A semântica dinâmica prevê que as sentenças precisam estar encadeadas e que servem de *input* ou *output* para outras a fim de que o enunciado seja interpretado como um todo. Assim, o que é “literal” para essa teoria é o que é

---

<sup>155</sup> “The effect of the definition for **is**<sub>lit-</sub> is to add the subject to the extension of the predicate, as (by hypothesis) it is not there in the initial interpretation.”

<sup>156</sup> “Sense extension is modeled by increasing the extension of the predicate involved.”

<sup>157</sup> “Instead of making truth relative to a domain and interpretation function we allow for the interpretation of a sentence to extend the interpretation function at stake. It is a dynamic semantics in that it uses the interpretation function as the input and output states of processing the sentence. Literal sentences do not extend the interpretation function at all. The use of a new metaphor, on the other hand, has the effect of extending the extension of the metaphorical predicate to include the entity (tuple) under predication.”

literal para aquele momento de enunciação, a partir da extensão ampliada do predicado em questão.

Além disso, essa vertente teórica torna as extensões da interpretação inicial preservadas, *i.e.*, não se trata de negar ou alterar uma interpretação inicial, qualquer que ela tenha sido, pois os “acarretamentos que sustentam a interpretação não são afetados pela extensão não literal” (1997:07). Os autores acrescentam, ainda, que

Contudo, este não é (necessariamente) o caso para extensões não literais. Isto está de acordo com a intuição de que um sistema fechado (em termos de elementos do domínio e de expressões básicas da língua) que também admite ainda que uma extensão de sentido tenha como resultado, no limite, a trivialidade: para cada predicado na língua, é possível atribuir sua extensão não literal usando um quantificador universal, tornando cada predicado verdadeiro para todos os elementos no domínio. Nada impede isso. A intuição é que, se tudo tivesse interpretação não literal, então nada que fosse não trivial poderia ser transmitido de fato.<sup>158</sup> (1997: 07-08)

O modelo também prevê predicções não literais para expressões não atômicas (compostas por mais de um termo<sup>159</sup>), como “ $x \text{ ser}_{\text{lit}} - P^n$ ” (onde P é predicação e n o termo da predicação). A consequência, segundo os autores, é que “isso mantém a restrição do sistema original no qual a própria predicação  $P_n$ , ela mesma, é atômica ( $P^n \in R$ ).” (1997:08) (sendo R o universo relativo àquela enunciação). Por exemplo, uma sentença como (80) não pode, de forma alguma, ser interpretada metaforicamente.

(80)  $x \text{ é}_{\text{lit}} -$  um grampeador e um calço.

No entanto, podemos ter sentenças como

(81)  $x \text{ é}_{\text{lit}} -$  um grampeador.  $x \text{ é}_{\text{lit}} -$  um calço.  $x \text{ é}_{\text{lit}+}$  um grampeador e um calço.

Segundo os autores, a interpretação em (80) não é possível, mas a interpretação de (81) estaria licenciada para ser utilizada literalmente apenas porque temos, como *input*, o conjunto ampliado das denotações de “grampeador” e de “calço”. Essa interpretação está disponível porque a predicação metafórica foi dada atômicamente e, como entendemos,

---

<sup>158</sup> “However, this is not the case for non-literal extensions (necessarily). This accords with the intuition that a closed system (in terms of elements of the domain and basic expressions in the language) which still admits sense extension has triviality as its result in the limit: for each predicate in the language it is possible to assert its nonliteral extension using a universal quantifier, making each predicate true of all elements in the domain. Nothing prevents this. The intuition is that if everything is meant nonliterally, then nothing nontrivial can actually be meant at all.”

<sup>159</sup> Depreende-se da leitura de Vogel que o autor entende termo como uma unidade sintática e de sentido.



porque a extensão de “grampeador” e “calço” foi modificada a ponto de incluir, entre seus membros, *x*. Assim, (80), como não tem um *input* atômico metafórico, não pode ser interpretada atomicamente – o que veta qualquer interpretação. Já (81) pode ser interpretada literalmente porque a extensão dos predicados contém “*x*”. Os autores afirmam que

Isto está de acordo com a intuição a respeito da distinção entre os limites expressivos em funcionamento durante a ampliação do sentido em oposição àqueles em funcionamento quando uma expressão previamente ampliada é usada (ou seja, a geração da metáfora versus seu reconhecimento).<sup>160</sup> (1997:08)

Os autores acrescentam, ainda, que o modelo “não impede os significados não literais de serem interpretados um tanto literalmente. Isto foi o que o último exemplo demonstrou.”<sup>161</sup> (1997:08). Eles afirmam, no entanto, que isso pode acontecer porque uma sentença do tipo *ser*<sub>lit +</sub> pode tanto fazer uso de um significado literal quanto de uma denotação ampliada e que, por outro lado, as sentenças com *ser*<sub>lit -</sub> só podem acontecer se a predicação for literalmente verdadeira para servir de *input* para que aquilo que vem em seguida possa ampliar o predicado “assumindo que a função de interpretação ampliada está disponível pelo encadeamento composicional que nós esboçamos.” (1997:08)<sup>162</sup>. Os autores ainda acrescentam que

A ambiguidade de *ser*<sub>lit +</sub> implica que **nós não temos, na formulação atual, um mecanismo para restringir a interpretação tanto para os sentidos literais quanto os ampliados**. Entretanto, essa parametrização pode ser acomodada. Para simplificar, nessa apresentação, deixaremos as coisas como *P(x)* é verdadeira se ela é literalmente verdadeira ou se ela é verdadeira de acordo com um significado ampliado acessível.<sup>163</sup> (1997:08) [grifos meus]

Podemos imaginar que os ditados populares não sejam expressões atômicas. De qualquer forma, poderíamos, como um exercício, “fatorar” os ditados de forma a acomodá-los nessa análise. Assim, a sentença

(82) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau.

---

<sup>160</sup> “*This accords with intuitions about the distinction between expressive limits at work during sense extension as opposed to those at work when a previously extended expression is used (i.e. metaphor generation vs. recognition).*”

<sup>161</sup> “*Note that our model does not preclude nonliteral meanings from being interpreted somewhat literally. That is what the last example demonstrated.*”

<sup>162</sup> “*(...) assuming that the extended interpretation function is available by the compositional threading that we outlined.*”

<sup>163</sup> “*The ambiguity of *is*<sub>lit +</sub> implies that we don’t in the current formulation have a mechanism for constraining interpretation to either the literal or to the extended senses. However, such a parameterization could be accommodated. For simplicity in the current presentation we leave things as they are *P(x)* is true if it is literally true or if it is true according to an accessible extended sense.*”

seria entendida como uma expressão **ser**<sub>lit-</sub> da seguinte forma:

(82a) **ser**<sub>lit-</sub> O espeto é de pau.

O que serve de *input* para a outra parte da sentença

(82b) **ser**<sub>lit-</sub> em casa de ferreiro.

Ou seja, há uma dinâmica de forma que uma parte da sentença serve de *input* metafórico para a outra parte. No entanto, diferentemente da sentença em (81), o *output* não é **ser**<sub>lit+</sub>, mas **ser**<sub>lit-</sub>. É o mesmo que acontece com outros ditados populares sem sujeito determinado, como (83) abaixo:

(83) Quem não tem cão, caça com gato.

Da mesma forma, a interpretação de (83) acima se daria da seguinte maneira:

(83a) **ser**<sub>lit-</sub> Não ter cão.

(83b) **ser**<sub>lit-</sub> Caçar com gato.

E, novamente, (83a) e (83b) serviriam de *input* para

(83c) **ser**<sub>lit-</sub> Quem não tem cão, caça com gato.

De qualquer forma, entendemos que aqui não importa tanto a decomposição em átomos para o processamento da interpretação, porque, como afirmamos para a análise sob a GTS, na seção 4.1, um ditado popular não parece predicar sobre indivíduos, mas, no máximo, sobre situações ou sobre eventos.

Por outro lado, uma questão que fica dessa análise é em que momento a interpretação metafórica seria implementada na sentença, ou seja, é necessário saber de antemão, pelo *input*, que a sequência do enunciado será metafórica? Talvez sim, mas, por outro lado, Vogel (2001) afirma que é possível e esperado que, algumas vezes, as expressões metafóricas sejam introduzidas por expressões como “metaforicamente falando” e “literalmente” (usada com ironia). E, ainda, que a “interpretação, na ausência de algum outro indício, é relativa ao

sentido que o ouvinte acha pertinente”<sup>164</sup> (VOGEL, 2001: 11) – *i.e.*, na ausência de qualquer indício que aponte para outra interpretação desejada, o default é o sentido literal. Além disso, Vogel assume que “os significados podem ser dados em uma ordem parcial. Um possível ordenamento é a relação de frequência – a frequência com que cada termo é usado com um significado particular”<sup>165</sup> (2001:08).

Por outro lado, poderíamos pensar que a fatoração em átomos que fizemos acima serviria de *input* para a interpretação da seguinte forma: a partir do momento em que “juntamos” as duas partes atômicas em uma única expressão (complexa), definiríamos que o significado não poderia mais ser literal. Esse procedimento parece com aquele realizado por supercâmeras, capazes de filmar milhares de frames por segundo, que produzem filmes em que uma fração de segundo é estendida para que acompanhem minuciosamente cada detalhe. No entanto, parece ser uma saída para pensarmos o processamento por trás da compreensão desse tipo de enunciado.

O funcionamento da análise de Vogel (2001), parcialmente apoiado em Vogel (1998), é o seguinte:

- existe um conjunto de índices que corresponderiam a mundos possíveis, que o autor considera serem outros significados possíveis para os predicados;
- há, também, uma função de interpretação que mapeia constantes individuais (os nomes) em elementos de um domínio fixo e relações de predicados construídos a partir desse domínio. Assim, para cada índice, há apenas um único identificador e as designações de significado são mapeadas apenas com índices.

Além disso, o autor acrescenta outras especificações do modelo que, no entanto, não são relevantes aqui, pois nos interessam, sobretudo, as contribuições que a semântica dinâmica pode trazer para o modelo de Vogel (2001). Dentro da perspectiva dessa linha teórica, entendemos que a interpretação das sentenças tem um *input* e um *output* e que este serve como *input* para a interpretação da sentença subsequente e assim por diante. Segundo Vogel,

há um número de formas possíveis de um ouvinte interpretar um enunciado, a depender se o ouvinte toma a informação como nova ou duvidosa. O *input* e o *output* para a interpretação é o domínio e a função de interpretação mencionados

---

<sup>164</sup> “Interpretation, in absence of a signal, is relative to the sense a hearer finds germane.”

<sup>165</sup> “I assume that senses can be given a partial order. One possible ordering is the frequency relation - the frequency with which the term is used with a particular sense.”

acima. Assumindo, para simplificar, que o domínio é constante, o que pode mudar o curso da interpretação é precisamente a função de interpretação – quais constantes apontam para quais no domínio em direção a um índice; que extensão um predicado tem em um índice; quais índices existem. (VOGEL, 2001: 13)<sup>166</sup>

Dessa forma, a semântica dinâmica apresenta uma possibilidade de análise, segundo Vogel (2001), que usa a interpretação dinâmica para gerar um novo significado a partir de um já existente – no caso de metáforas completamente novas.

Nesse caso, o ouvinte decidiu aceitar a atualização da informação fornecida pela sentença (literal ou não literal). O resultado é simplesmente que um indivíduo designado (no caso de uma relação unária ou constante), ou uma ênupla, de modo geral, é adicionado à função de interpretação. No caso de o índice designado não existir ainda, teremos uma metáfora nova. Nos outros casos, teremos uma ampliação dos significados existentes, literais ou não-literais. (2001:13)<sup>167</sup>

Pensar a interpretação de uma forma dinâmica pode trazer consequências interessantes, como a criação de novos índices ou de novos conjuntos de predicados, com características ampliadas, a partir de índices preexistentes. Para os ditados populares, isso poderia significar que há uma flexibilidade daquilo que o ditado popular pode significar em determinada ocasião. Segundo Vogel (2001), neste segundo caso, o processo é o mesmo tanto para a ampliação de significado literal quanto para a do não literal.

Simplesmente, o conjunto de características do predicado designado em um índice é ampliado a fim de incluir elementos adicionais. No caso de geração de um novo sentido global, o mundo fornecido como *input* para a interpretação é entendido como o padrão – todas as denotações de outros predicados não relacionados ao predicado ampliado mantêm os seus conjuntos de características existentes. Estipula-se que o predicado ampliado e quaisquer outros predicados relacionados têm, em suas extensões, a ênupla focalizada. O resultado estará disponível para o discurso subsequente. A teoria não oferece um método para decidir quais outros predicados ampliar. Nem estipula um método para identificar qual mundo ampliar quando o sentido não está assinalado. (2001: 14)<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> “There are a number of possible ways for a listener to interpret an utterance, depending on whether the listener takes the information as new or disputable. The input and output to interpretation is the domain and interpretation function mentioned above. Assuming the domain is constant for simplicity, what can change over the course of interpretation is precisely the interpretation function – what constants point to what in the domain at an index; what extension a predicate has at an index; what indices exist.”

<sup>167</sup> “In this case, the listener has decided to accept the information update supplied by a sentence (literal or nonliteral). The result is simply that a designated individual (in the case of a constant or a unary relation) or a tuple in the general case, is added to the interpretation function. In case the designated index does not yet exist, we have a novel metaphor. In other cases, we have extension of existing senses, literal or nonliteral.”

<sup>168</sup> “(...) simply, the characteristic set of the designated predicate at an index is extended to include additional elements. In the case of generating a new sense altogether, the world given as the input to interpretation is taken as the standard - all the denotations of other predicates unrelated to the extended predicate maintain their existing characteristic sets. The extended predicate and any related predicates are stipulated as having in their extension the focused tuple. The result is available for subsequent discourse. The theory does not offer a method

Ou seja, esta proposta de Vogel prevê a possibilidade de ampliação do conjunto de significados de determinada expressão, mas é incapaz de prever qual será essa ampliação e em qual dos seus significados isso ocorrerá. É uma “faca de dois gumes”, porque, ao mesmo tempo em que a teoria é interessante pela possibilidade de trabalhar bastante próximo do processamento que o falante ou o ouvinte irão fazer para interpretar (que pode ser ampliar qualquer significado a depender do que foi dado, anteriormente, pelo discurso; ou seja, algo imprevisível), ela não explica como determinados significados serão vetados.

Como o que nos interessa aqui é o ditado popular, é bastante pertinente pensar que algo no discurso serviu de *input* para que ele seja interpretado como uma metáfora da situação como um todo. Em geral, esse tipo de expressão é utilizado como um “fecho”, uma “conclusão” de determinado processo enunciativo. Isso nos permite explicar porque as sentenças (84a) e (84b) abaixo, apesar de utilizarem o mesmo ditado popular, têm interpretações diferentes.

(84a) O Otávio mudou outra vez de emprego e estava reclamando que não consegue nunca juntar dinheiro pra mudar de casa. É como dizem, “pedra que rola não cria limo”.

(84b) O Otávio mudou outra vez de emprego e vai fazer outro curso de capacitação. Agora vai atuar como gerente de TI. É como dizem, “pedra que rola não cria limo”.

De alguma forma, é todo o discurso que cria a interpretação possível para a sentença “fecho”. Por outro lado, a ampliação do significado não é completamente caótica, porque acontece dentro de um conjunto possível e preexistente de significados.

Vejamos (85) abaixo:

(85) Filho de peixe, peixinho é.

(85a) A Maria está se tornando uma acadêmica tão influente quanto a mãe.

(85b) O Mário está se tornando um bandido tão perigoso quanto o pai.

Se utilizarmos, por exemplo, (85) como “conclusão” do discurso em (85a) ou (85b), podemos perceber que não estamos fazendo exatamente a mesma utilização do ditado – porque em um caso, afirmamos algo positivo sobre a pessoa e, no outro, algo negativo. No entanto, em ambos os casos, “ser filho de peixe” significa “apresentar um padrão de comportamento similar ao dos pais”, e o significado pretendido pode variar apenas dentro do conjunto de significados preexistentes.

Por fim, Vogel (2001) afirma que “identificar quais predicados são pertinentes para um complexo implicado pela metáfora é exatamente o trabalho dos modelos de processamento de mapeamento estrutural”<sup>169</sup> (2001:18), ou seja, a sua proposta não é capaz de prever que significações são possíveis para os predicados metafóricos – e, segundo acreditamos, também para os ditados populares –, mas prevê que há a possibilidade de ampliar as suas significações e de mostrar como determinadas interpretações não funcionam em determinadas situações.

De qualquer maneira, acreditamos que o modelo de interpretação da metáfora como o proposto por Vogel (2001) pode acomodar também os ditados populares, cuja interpretação seria atribuída através da marcação inicial, positiva ou negativa, a respeito da sua literalidade, e cuja significação cabal será dada no domínio atualizado pela somatória dos discursos precedentes. Isso porque, assim como entendemos que a metáfora era a função que mapeava de forma não literal um indivíduo dentro da extensão do predicado, ampliando assim esse domínio; estamos entendendo o ditado popular como a função que estabelece uma relação de sentido não literal com os discursos precedentes e amplia, assim, a extensão de predicados possíveis para aquela situação.

---

<sup>169</sup> “Identifying which predicates are pertinent to a metaphor’s implicative complex is exactly the business of structural mapping process models.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos esse trabalho, tínhamos apenas a tarefa ingrata de trabalhar com os ditados populares. Por diversas vezes fomos questionados sobre a validade de pensarmos nesse fenômeno enfocando apenas um de seus tantos aspectos – a interpretação em detrimento do uso, da cultura a que ele pertence, do tipo de entrada no léxico que ele teria.

A verdade é que, ao priorizar a interpretação, não estamos negando que haja outros aspectos e nem estamos hierarquizando, dando maior importância ao significado. Apenas entendemos que são muitas as facetas que compõem esse fenômeno e assumimos nossa impotência em dar conta de todos.

O que nos restava, assim, era estudar a melhor forma de investigarmos a nossa hipótese: seria a significação dos ditados populares análoga à significação da metáfora? E, em caso afirmativo, o questionamento que sempre permeou esta pesquisa consistia no que isso significaria em termos de ganho teórico.

A reflexão que dá início a este trabalho, a respeito dos limites estabelecidos para a semântica e a pragmática a partir dos tratamentos que dão a seus fenômenos, serviu de mote para nos debruçarmos sobre a epistemologia dessas disciplinas. A partir de um levantamento bibliográfico – ainda que incipiente –, cremos ter podido olhar menos ingênua e deslumbradamente para as teorias, de forma a optar por uma ou outra com maior segurança.

No entanto, o percurso que empreendemos pela literatura revisada, nos levou a pensar que, se fôssemos mesmo considerar a metáfora como balizadora da significação dos ditados populares, tanto a literatura semântica quanto a pragmática não trariam grandes contribuições para a nossa investigação. Dessa forma, precisaríamos nos valer de uma teoria que unisse alguns pontos considerados tradicionalmente como da alçada da semântica e, outros, da pragmática, para poder pensar a metáfora – e, por conseguinte, os ditados populares – de uma forma que, entendemos, estaria na interface entre essas duas áreas – lugar, esse, onde julgamos estarem os ditados populares.

No segundo capítulo, prestamos um tributo à configuração multifacetada dos ditados populares que serviu para mapear o fenômeno que estávamos investigando. Nesse mesmo capítulo, pudemos brincar um pouco com os ditados fazendo testes e observando seu comportamento. Constatamos que os ditados populares não se comportam como as expressões idiomáticas, ainda que sejam um grupo com o qual são usualmente identificados. No entanto,

descartamos a caracterização como uma única categoria por entender que esses fenômenos apresentam um comportamento e natureza diferentes. Ainda nesse capítulo, pudemos perceber como a sintaxe parece não fazer diferença na significação não composicional dos ditados, enquanto parece alterar radicalmente a significação não composicional das expressões idiomáticas.

Assumindo que trataríamos os ditados populares como um tipo especial de metáfora, devotamos o terceiro capítulo a explicitar o que as literaturas semântica e pragmática já haviam elucidado sobre a metáfora. Esse capítulo se constituiu, em sua maior parte, de resenhas a respeito deste fenômeno, tanto na tentativa de compreendê-lo quanto na de buscar uma aplicação dos tratamentos encontrados ao estudo que pretendemos fazer. No entanto, não encontramos uma correspondência possível entre as propostas teóricas resenhadas e o tratamento pretendido pela nossa hipótese.

Em razão disso, no último capítulo, apresentamos duas teorias dinâmicas do significado, com as quais encontramos mais afinidade, tanto pelo fato de estarem numa interface entre a semântica e a pragmática, quanto por já apresentarem teorias que tratam da metáfora levando em conta o contexto no qual ela está sendo enunciada. Além disso, esse capítulo contou com um esboço de análise possível dos ditados populares pelos vieses teóricos apresentados.

Dessa forma, podemos afirmar que, aparentemente, não há entraves em se tratar a significação dos ditados populares da mesma maneira como essas teorias dinâmicas tratam a metáfora, ainda que sejam necessários ajustes de um caso a outro. Assim, podemos pensar num ditado popular como algo com um significado relativamente estável, embora sempre atualizado pelo contexto no qual foi enunciado.

É verdade que um ditado não tem sempre o mesmo significado, mas, por outro lado, sua significação é relativamente estável. Em geral, é mesmo o contexto de enunciação que vai determinar precisamente o que o ditado está significando naquele momento, mas parece que esse significado vai estar dentro de um conjunto menor de possibilidades. A proposta das semânticas dinâmicas é interessante justamente porque consegue localizar no discurso o que estamos chamando de contexto e prever de que forma ele pode influenciar a significação.

É fato que não analisamos exaustivamente os dados, mas isso não parece invalidar a nossa hipótese. Em compensação, o que poderia sofrer uma objeção mais grave diz respeito à noção de metáfora que utilizamos neste trabalho (uma vez que não opera com a concepção



cognitiva), que sabemos não ser nem unânime nem a mais em voga no momento. No entanto, é uma concepção ainda viva na literatura e que permite dar conta do que estamos pretendendo.

Concluir uma dissertação de mestrado parece, definitivamente, mais uma vírgula do que um ponto final. Sem querer repetir clichês, parece que terminamos esse período com mais dúvidas do que começamos e com a sensação de que não estamos contribuindo adequadamente para o progresso da ciência. Por sorte, este não era mesmo o meu objetivo inicial e, como acabo de ingressar no doutorado, sinto que mais 4 (!) anos de incertezas me aguardam.

No mais, até logo e obrigada pelos peixes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BECKER**, J. “The phrasal lexicon”. In: SHANK, R. e NASH-WEBBER, B.L. (orgs.) *Theoretical issues in natural language processing*. Cambridge, MA: Bolt, Beranek e Newman. 1975.

**BIDERMAN**, M. T. C. “Unidades complexas do léxico”. In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O.M; SILVA,F. (Org.). *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. 1ª ed. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, v. II, p. 747-757.

**CANÇADO**, Márcia. *Manual de Semântica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG. 2005.

**CANN**, R. *Formal Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press. 1993.

**CARDOSO**, M.M. “O estudo dos sintagmas bloqueados no gênero informe”. In: Cadernos do CNLF, Vol. XI, Nº 11. CIFEFIL: Rio de Janeiro, 2008. Pp.115-126.

**CHIERCHIA**, G. e **McCONNEL-GINET**, S. *Meaning and Grammar. An introduction to semantics*. Cambridge, The MIT Press. 2000.

**DASCAL**, M. “Epistemologia, controvérsias e pragmática”. Revista da SBHC, nº 12. p.73-98. 1994.

**ESCANDELL**, M. V. *Introducción a la pragmática*. 2ª edición. Ariel Lingüística: Barcelona. 2006.

**GAZZAR**, G.. *Pragmatics: implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979

**GAZZANA**, M. A. “A Contribuição Semântica das Partículas nas Verb-Particle Constructions: Um Estudo Sobre ‘Away’, ‘Out’ e ‘Over’ Através da Linguística de Corpus”. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008

**GRICE**, H. Paul. (1975). *'Logic and conversation'*. In: P. Cole & J.L. Morgan (eds.), *Syntax and Semantics: Volume 3*. New York: Academic Press.

**GROENENDIJK**, J. and **STOKHOF**, M. “Meaning in Motion”. In: von **HEUSINGER**, K. & **EGLI**, U. (orgs.), *Reference and Anaphoric Relations*, Dordrecht, Kluwer, 1999, pp. 47-76. Versão em português disponível em <http://people.ufpr.br/~arthur/>

**GROENENDIJK**, J. ,**STOKHOF**, M e **VELTMAN**, F. “Coreference and Contextually Restricted Quantification” In: M. Krifka (ed), *Proceedings of the Fourth Conference on Semantics and Linguistic Theory*, Ithaca, NY, DMML Publications, 1995.

**HINTIKKA**, J. & **SANDU**, G. “Metaphor and Other Kinds of Nonliteral Meaning”. In: **HINTIKKA** (Ed.). *Aspects of Metaphor*. Dordrecht: Kluwer, 151-189. 1994.

**IFILL**, T. “Seeking the Nature of Idioms: A Study in Idiomatic Structure”. 2002. Disponível em <http://tinyurl.com/5wkstew>. Último acesso em 20/01/2011.

**KREIDLER**, C. W. *Introducing English Semantics*. Londres, Routledge. 1998.

**LEGROSKI**, M.. “Definindo metáfora”. Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá. Vol. 1, nº2. Pp.15-31. 2010.

**LEVINSON**, S. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press. 1983.

**MEIRELES**, S. e **BLÜHDORN**, H. “Negação, prosódia e foco em diálogos do Alemão”. In: Revista Contingentia, V. 2, No. 2, novembro 2007, 61–72. Disponível em <http://tinyurl.com/6a8435s>. Último acesso em 20/01/2011.

**MILLER**, G. A.. “Images and Models, Similes and Metaphors”. In: ORTONY, A.(org). *Metaphor and Thought*. Cambridge, CUP. 1979.

**MIOTO**, C., **SILVA**, M. C. F., **LOPES**, R. E. V. *Novo manual de sintaxe*. 3ª. Edição. Florianópolis: Insular. 2007.

**NEGRI**, L. *Zona de fronteira: a delimitação entre a semântica e a pragmática sob a lente das expressões de polaridade negativa*. Tese de doutorado. Curitiba, 2006. Disponível em <http://hdl.handle.net/1884/7562>. Último acesso em 29/03/2010.

**PAGANI**, L. A. “Descrição Definida na Semântica Dinâmica”. Comunicação oral apresentada no 55º Seminário do GEL, 2007.

**PALMA**, S. “Donde manda capital no manda guerrillero: estratégias enunciativas en los falsos refranes”. In: Caderno de Estudos Linguísticos ,51(1). Campinas, 2009. pp.107-119.

**PINKER**, S. *Do que é feito o pensamento: A língua como janela para a natureza humana*, São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

**PIRES DE OLIVEIRA**. *As faces do rosto*. Dissertação de mestrado. Campinas. 1991. Disponível em <http://tinyurl.com/63onaxu>.

**PIRES DE OLIVEIRA, R.. e BASSO, R.M.** “A Semântica, a Pragmática e seus Mistérios”, in *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. v.5, n.8, 2007. Disponível em <http://tinyurl.com/6fs4hus>. Último acesso em 29/03/2010.

**PORTNER, P. e PARTEE, B.H.(orgs)** *Formal semantics – Essential Readings*. Oxford. Blacwell Publishing. 2002.

**SEARLE, J. R.** (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

**SPERBER, D. e WILSON, D..** *Pragmatics*. In F. Jackson and M. Smith (eds.) *Oxford Handbook of Contemporary Philosophy*. OUP, Oxford, 468-501. 2005.

**VALE, O.A.** “Expressões cristalizadas: transparência e opacidade”. In: *Signótica* 11: 163-172. Jan./Dez 1999. p.164

**VOGEL, C.** “Dynamic Semantics for Metaphor”. Disponível em <http://tinyurl.com/63n57wk>. Último acesso em 17/09/2009.

**VOGEL, C. e BOUCHET, C.** “Semantic Ambiguity, Vagueness, and Constitutional Ramifications for the Family Law Act of 1996”. 1998. Disponível em <http://tinyurl.com/696ds4u>. Último acesso em 17/09/2009.

**XATARA, C. M.; RIVA, H. C.; RIOS, T. H. C.** “As dificuldades na tradução de idiomatismos.” *Cadernos de Tradução, Florianópolis, NUT*, v. 8, p. 183-194, 2002.

**YULE, G.** *Pragmatics*. (Oxford Introductions to Language Study). Oxford University Press. 1996.